

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MICHELLE LEON SILVY**

**VIOLÊNCIA SOCIAL, VIOLÊNCIA URBANA: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA  
PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E  
APOIO SÓCIO FAMILIAR - POASF**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 06/03/08

  
Rosana Marra Gaio  
Depto de Serviço Social / CSE

**FLORIANÓPOLIS**

**2007/02**

**MICHELLE LEON SILVY**

**VIOLÊNCIA SOCIAL, VIOLÊNCIA URBANA: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA  
PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E  
APOIO SÓCIO FAMILIAR - POASF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina, como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Elizabeth Callado de  
Oliveira Carreirão

**FLORIANÓPOLIS**

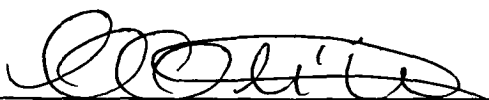
**2007/2**

**MICHELLE LEON SILVY**

**VIOLÊNCIA SOCIAL, VIOLÊNCIA URBANA: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA  
PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E  
APOIO SÓCIO FAMILIAR - POASF**

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e foi julgado e aprovado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela Comissão Examinadora constituída dos membros:

**BANCA EXAMINADORA:**



---

**Orientadora**

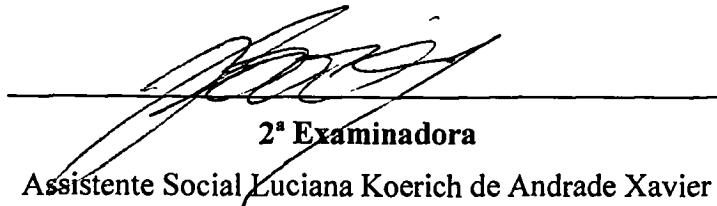
Prof<sup>ª</sup>. Ms. Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

**1ª Examinadora**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edaléa Maria Ribeiro  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

**2ª Examinadora**

Assistente Social Luciana Koerich de Andrade Xavier  
Coordenadora do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

Florianópolis, março de 2008.

*Dedico este trabalho à minha **MÃE**, sempre guerreira; aos meus **IRMÃOS**, companheiros; e ao meu namorado e **AMADO**, Dilson, que diariamente me ensina que o segredo da felicidade é a humildade.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço inicialmente a esta energia maior que me guia e me deu força para não desistir nos momentos mais difíceis.*

*À minha mãe, Eliete, pelo exemplo de mulher guerreira e ótima mãe; às minhas irmãs, Daiane, Janine e Vanessa, que sempre companheiras entenderam a minha ausência; e a meu irmão, Djonatam, que ainda nas desavenças serviu-me de incentivador para continuar a minha caminhada. Sempre amarei vocês!*

*Às minhas sobrinhas, Haianne, Estefani e Thuanny, e à priminha Ariéle, que através do dom da vida incentivaram-me a nunca desistir. Amo muito vocês!*

*Ao meu namorado, amigo e companheiro, Dílson, pelas trocas, apoio e força. Sem você seria muito mais difícil chegar ao fim desta etapa. Eu te adoro.*

*À Dr<sup>a</sup> Simone e ao Dr. Emerson, pela compreensão e incentivo nos momentos que mais precisei. Muito Obrigada!*

*Às assistentes sociais, psicólogas, estagiárias e profissionais do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, pela troca de experiências e disposição em responder a todos os meus questionamentos, e também por terem me acolhido carinhosamente durante o estágio.*

*À professora Edaléa Maria Ribeiro, minha ex-orientadora e examinadora, que apesar de especialista em outro assunto, propôs-se a enfrentar comigo este desafio. Meu muito obrigada pelos valorosos momento de construção, que tiveram de ser interrompidos com seu afastamento.*

*À professora Elizabeth Carreirão, que se tornou minha orientadora, mesmo com o trabalho em andamento, e apesar disso cumpriu brilhantemente este papel. Meus sinceros agradecimentos.*

*À assistente social e coordenadora do POASF, Luciana, por oportunizar-me o estágio, através dos viabilizadores, Junior e Cacá, aos quais agradeço profundamente, e por aceitar fazer parte da banca examinadora. A todos muito obrigada!.*

*A todos os mestres, por transmitirem seus conhecimentos mostrando-nos a grande importância dessa profissão.*

*Aos amigos do Dilson, que tornaram-se meus amigos e contribuíram muito para a viabilidade deste trabalho, em especial, ao Mazinho. Você foi um verdadeiro amigo, Obrigada!*

*A senhora, Ana Lúcia, que gentilmente fez a correção deste trabalho, mesmo sem tempo para executar o seu melhor, foi fantástica. Muito obrigada!*

*Quero agradecer aos amigos que ganhei ao dividir a sala de aula durante esses anos desta caminhada. Vocês foram muito importantes, em especial: Drica e Dil, pela amizade e*

*transcrição das entrevistas, Dai, Cíntia, De Gerent, Moni, Cris Bell, Jarbas, e Ca Lückmam, vocês foram e são ótimas amigas (as). Obrigada por tudo!*

*E com muito carinho agradeço a todos que participaram e contribuíram para finalizar este processo, pois de alguma forma certamente fui influenciada, direta ou indiretamente, no modo de agir e pensar. Sendo assim, seria difícil mencionar cada nome, cada palavra, cada gesto ou cada momento, portanto, gostaria que todos se sentissem representados por estes personagens, citados acima, pois certamente vocês também foram muito importantes. OBRIGADA!*

*Michelle Leon Silvy*

**"É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática".**

**Paulo Freire**

**SILVY, Michelle Leon. VIOLÊNCIA SOCIAL, VIOLÊNCIA URBANA: implicações para a prática profissional das assistentes sociais do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar - POASF. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, 81f.**

## **RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso parte do entendimento de que o aumento da violência urbana e da criminalidade traz implicações para a prática das assistentes sociais do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – POASF, uma vez que as manifestações da violência urbana são problemas comumente enfrentados na prática cotidiana destas profissionais. Este trabalho busca, através da pesquisa empírica: a) caracterizar o que as assistentes sociais do POASF entendem por violência urbana e, para elas, quem são os principais causadores deste processo; b) apontar como se sentem estas profissionais ao fazerem atendimento in loco; c) identificar se estas profissionais já presenciaram ou sofreram alguma situação de ameaça, intimidação, ou qualquer manifestação atribuída a violência urbana, nas visitas domiciliares; d) indicar as dificuldades enfrentadas, no exercício profissional destas assistentes sociais, em face da violência urbana e da criminalidade; e, por fim, d) verificar como o Serviço Social do POASF vem lidando com as situações de violência urbana e suas manifestações no exercício profissional. É através dos objetivos propostos, que pretendemos discorrer sobre a concepção e conseqüências da violência social, violência urbana e da criminalidade distintas do conceito que as ligam diretamente às manifestações isoladas. Este trabalho revela intrinsecamente, entre suas análises, a imprescindível necessidade de distanciar-se de sentimentos individuais para com sentimentos profissionais, de modo que se possa adquirir a habilidade de compreender uma realidade sem confundi-la. Com base nos dados e reflexões deste trabalho, destacamos alguns desafios contemporâneos para a profissão, os quais instigam cada profissional a construir uma visão coletiva sobre o tema, além de suscitar à profissão, à academia e à sociedade, na compreensão de que as manifestações inerentes da violência urbana são frutos de um conjunto de questões construídas historicamente e não conseqüência de uma manifestação isolada, do capitalismo, da globalização, da urbanização desenfreada, da migração, etc. O que não significa dizer que fatores como a desigualdade, exclusão, desemprego, Estado mínimo, migração, urbanização, ação coercitiva da segurança pública, corrupção e outros não colabore para a propagação da violência e criminalidade, a questão é que estes não podem ser analisados separadamente e pontuados por "X" ou "Y" questão, pois do contrário obter respostas concretas, que possibilitem a ampliação do leque interventivo e reflexivo da profissão torna-se uma utopia. Esperamos que este trabalho sirva de subsídios, aos sujeitos citados, a fim de auxiliar a discussão e reflexão sobre o tema, possibilitando construções de respostas coletivas.

**Palavras-chave:** Implicações. Prática profissional. Violência Urbana. Violência Social. Criminalidade. Desafios profissionais contemporâneos.



## **LISTA DE SIGLAS**

<b>AS</b>	<b>Assistente Social</b>
<b>AFLOV</b>	<b>Associação Florianopolitana de Voluntário</b>
<b>CF/88</b>	<b>Constituição Federal de 1988</b>
<b>CLT</b>	<b>Consolidação das Leis Trabalhistas</b>
<b>CDL</b>	<b>Câmara de Dirigentes de Lojistas</b>
<b>CMDCA</b>	<b>Conselho Municipal da Crianças e do Adolescente</b>
<b>CAPS</b>	<b>Centro de Atenção Psicossocial</b>
<b>ECA</b>	<b>Estatuto da Criança e do Adolescente</b>
<b>FHC</b>	<b>Fernando Henrique Cardoso</b>
<b>FMI</b>	<b>Fundo Monetário Internacional</b>
<b>IPQ</b>	<b>Instituto de Psiquiatria</b>
<b>LOAS</b>	<b>Lei Orgânica de Assistência Social</b>
<b>LOPS</b>	<b>Lei Orgânica de Previdência Social</b>
<b>LBA</b>	<b>Legião Brasileira de Assistência</b>
<b>LA</b>	<b>Liberdade Assistida</b>
<b>NOB</b>	<b>Norma Operacional Básica</b>
<b>OAB</b>	<b>Ordem dos Advogados do Brasil</b>
<b>POASF</b>	<b>Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar</b>
<b>PETI</b>	<b>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil</b>
<b>PSC</b>	<b>Prestação de serviço à comunidade</b>
<b>PNAS</b>	<b>Plano Nacional de Assistência Social</b>
<b>PMAS</b>	<b>Plano Municipal de Assistência Social</b>

<b>PMF</b>	<b>Prefeitura Municipal de Florianópolis</b>
<b>SUAS</b>	<b>Sistema Único de Assistência Social</b>
<b>SMCAIFDS</b>	<b>Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social</b>
<b>SMHTDS</b>	<b>Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social</b>
<b>SMAS</b>	<b>Secretaria Municipal de Assistência Social</b>
<b>UFSC</b>	<b>Universidade Federal de Santa Catarina</b>

## **LISTA DE GRÁFICO**

<b>GRÁFICO 1</b>	<b>BAIRRO EM QUE MORA</b>	<b>48</b>
<b>GRÁFICO 2</b>	<b>TEMPO DE MORADIA NO BAIRRO/COMUNIDADE</b>	<b>48</b>
<b>GRÁFICO 3</b>	<b>INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>49</b>
<b>GRÁFICO 4</b>	<b>RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA</b>	<b>50</b>
<b>GRÁFICO 5</b>	<b>PROVEDOR DA FAMÍLIA</b>	<b>50</b>
<b>GRÁFICO 6</b>	<b>ESCOLARIDADE DOS RESPONSÁVEIS</b>	<b>51</b>
<b>GRÁFICO 7</b>	<b>FAIXA ETÁRIA DOS RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA</b>	<b>52</b>
<b>GRÁFICO 8</b>	<b>RENDA FAMILIAR</b>	<b>52</b>
<b>GRÁFICO 9</b>	<b>NÚMERO DE FILHOS</b>	<b>53</b>
<b>GRÁFICO 10</b>	<b>NÚMERO DE PESSOAS QUE RESIDEM NA CASA</b>	<b>54</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (CF/88).....</b>	<b>18</b>
<b>1.1.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS).....</b>	<b>25</b>
<b>1.1.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA): UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DESTA POLÍTICA.....</b>	<b>30</b>
<b>1.2 O POASF NA PMF – SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.....</b>	<b>33</b>
<b>1.2.1. COMO SURGE O POASF .....</b>	<b>33</b>
<b>1.2.2 O POASF NA ATUALIDADE .....</b>	<b>37</b>
<b>1.2.3. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO POASF.....</b>	<b>42</b>
<b>1.3 O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO POASF .....</b>	<b>46</b>
<b>1.3.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS MENSURADOS.....</b>	<b>46</b>
<b>2. VIOLÊNCIA SOCIAL, VIOLÊNCIA URBANA: UM TEMA QUE SE COLOCA PARA O SERVIÇO SOCIAL NO SEU EXERCÍCIO COTIDIANO.....</b>	<b>57</b>
<b>2.1 VIOLÊNCIA SOCIAL – VIOLÊNCIA URBANA: AFINAL DO QUE SE TRATA? .....</b>	<b>57</b>
<b>2.2 APRESENTANDO A PESQUISA E INTERPRETANDO O RESULTADO .....</b>	<b>65</b>
<b>2.2.1. PASSOS METODOLÓGICOS: PROPORCIONANDO A PESQUISA .....</b>	<b>65</b>
<b>2.2.2 INTERPRETANDO AS CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA: DADOS DA ENTREVISTA .....</b>	<b>68</b>
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE 1 .....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE 2 .....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO 2 .....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO 3 .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO 4 .....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO 5 .....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO 6 .....</b>	<b>94</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Percebe-se atualmente que profissionais do Serviço Social, em particular aqueles que trabalham em programas sociais como executores finais de políticas públicas, esboçam conversas a respeito da violência urbana. E não fora deste contexto, enquadram-se os profissionais do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – POASF, do município de Florianópolis, que discutem o tema informalmente, como um sentimento pessoal e também em estudos de casos, apresentando dificuldades para sua inserção, no campo profissional.

Esta observação se fez possível, a partir do estágio Curricular Obrigatório I e II, realizado no citado Programa, de março a dezembro de 2007, totalizando cerca de mais de 900 horas de observação e atuação profissional enquanto estagiária.

Sendo assim, a partir destas conversas e observações, tornou-se iminente o interesse pelo tema, mesmo porque os diversos relatos e situações vivenciadas tornaram-se rotina na minha atuação como estagiária, impondo-me indagações que ansiavam por esclarecimentos mais concretos.

Estas indagações surgem com uma questão central: quais as dificuldades encontradas/enfrentadas pelas assistentes sociais do POASF na atuação profissional, em face da violência urbana?

Foi partindo deste ponto, que o trabalho em tela começou a fundamentar-se, uma vez que saber como estas profissionais lidam com as mudanças impostas pela violência urbana e pela criminalidade, na prática cotidiana de atendimento às famílias que são encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude e pelos Conselhos Tutelares de Florianópolis, tornou-se o problema de pesquisa e apresentar as dificuldades cotidianas, o objetivo geral deste trabalho. Sendo assim determinamos alguns objetivos específicos, a saber:

- registrar o que as assistentes sociais do POASF entendem por violência urbana e quem são, para elas, os principais causadores deste processo;
- definir como se sentem estas profissionais, no atendimento *in loco*;
- saber se presenciaram ou sofreram alguma situação de ameaça, de intimidação, ou qualquer manifestação atribuída ao aumento da violência urbana, nas visitas domiciliares;

- mostrar as dificuldades enfrentadas, no exercício profissional destas assistentes sociais, em face da violência urbana e da criminalidade;
- verificar como o Serviço Social do POASF vem lidando com as situações de violência urbana e suas manifestações no exercício da profissão.

Diante disso, construímos um projeto de TCC<sup>1</sup> no qual elencamos alguns objetivos para viabilizar este trabalho, tais como:

- apresentar a instituição POASF, a partir do resgate histórico da política social no Brasil, partindo da Constituição Federal de 1988 (CF/88);
- identificar o perfil dos usuários do POASF, com o intuito de romper alguns estigmas;
- apresentar aspectos da violência social, focando principalmente na escassez de políticas sociais, ressaltando esta como uma das principais causadores do aumento da violência urbana e suas manifestações, ainda que não seja um fenômeno exclusivo deste processo;
- realizar entrevista com as profissionais do POASF, diretamente envolvidas neste processo; e, por fim;
- apresentar quais são os novos desafios para a profissão de Serviço Social, gerados pelo aumento da violência urbana e da criminalidade.

Com base nestes objetivos, explícitos no projeto do TCC, norteamos a construção científica, apresentada através de alguns procedimentos metodológicos, pautados basicamente nas pesquisas: bibliográfica, documental e empírica que possibilitaram a divisão do trabalho em duas seções distintas, porém interligadas, conforme apresentamos abaixo.

---

<sup>1</sup> Durante este processo de construção do TCC aconteceram alguns imprevistos. Essa ressalva visa a esclarecer que toda esta construção inicial que fundamentou e norteou este trabalho (desde a seleção bibliográfica, documental, construção e utilização dos instrumentos metodológicos além de sistemáticas e periódicas orientações semanais que culminaram, ainda que indiretamente, nas reflexões das considerações finais) foi fruto da orientação e deliberação em conjunto com a Prof<sup>a</sup> Edaléa e desta acadêmica, até final de novembro de 2007 uma vez que a citada professora, por problemas de saúde, teve que se afastar desta função, que foi ocupada algum tempo depois, pela professora Elizabeth Carreirão, que, já com o processo de elaboração do trabalho em andamento, contribuiu muito para amarrarmos as seções, findarmos a segunda seção e construirmos as considerações gerais deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A primeira seção destina-se à explicação e apresentação do POASF. Começando pelo resgate da política social no Brasil, partindo sucintamente de pontos específicos das décadas que antecederam Constituição Federal de 1988, e pontuando com maiores detalhes os marcos considerados importantes da história, para chegarmos ao porquê de um Programa de Orientação e Apoio Familiar na atualidade brasileira. Utilizamos como principais autores: LIMA (2000), (2006); PEREIRA (2000); YASBECK (2001); HACK (2007).

Durante essa mesma seção, utilizamo-nos da pesquisa quanti-qualitativa para apresentar o perfil dos usuários do Programa, uma vez que tal levantamento visa a contribuir para que se rompa o estigma atribuído à população em vulnerabilidade social, bem como identificá-los e apresentá-los como sujeitos e vítimas de um mesmo processo sofrido por qualquer classe social, porém com expressões distintas.

Ainda durante a primeira seção, apresentamos aspectos da violência social, em específico a escassez de políticas sociais, como um dos principais causadores do aumento da violência urbana, criminalidade e suas manifestações. Já que este ambiente, em vulnerabilidade e fragilização de seus moradores, agravadas pela mínima presença do Estado, mostra-se propício para a prática de criminosos, que se aproveitam de tal situação para instalarem-se, e consigo suas regras, condutas e "leis", perpetrando o medo e a intimidação sob estes moradores, que expressam latentes o sentimento de revolta e indignação, contido devido às represálias.

Diante do exposto, é na segunda seção que proporcionaremos a familiaridade com aspectos relevantes da violência social, violência urbana e criminalidade, partindo da discussão sócio-política e não sociológica do tema, utilizando como principais autores: IAMAMOTO (2001); BAIERL (2002); BAIERL e ALMENDRA (2004); ZALUAR (1994, 1996); ABRANCHES (1994), ADORNO (2000).

Nesta seção apresentaremos as conseqüências da violência social, urbana e da criminalidade, para a vida cotidiana dos sujeitos citados nesta construção, bem como para o exercício dos profissionais do Serviço Social. Almejando a obtenção de resultados mais expressivos no que se refere às dificuldades de intervenção que estas assistentes sociais do POASF vêm enfrentando em decorrência do aumento da violência.

Relatamos os procedimentos metodológicos utilizados e descrevemos o resultado da pesquisa aplicada através da entrevista semi-estruturada.

Tendo em vista que a violência social é resultante também de um aumento demográfico acelerado, cujos investimentos na área social apresentam-se irrisórios, pretendo, através deste tema, chamar atenção para os problemas enfrentados por profissões interventivas como o Serviço Social, e principalmente apresentar o fenômeno da violência urbana e suas manifestações, como algo que não é inerente de um único processo.

Por fim, julgamos importante destacar que nossas reflexões corroborando as considerações destacadas pelo teórico José Fernando Siqueira da Silva, em que destacaremos os novos desafios para a profissão.

A partir daí, este trabalho visa a contribuir ainda, mesmo que este não seja o "tema da hora", para com profissionais e academia reflitam o presente tema sob a égide da racionalização da intervenção dos assistentes sociais, no sentido de acionar instrumentos técnico-operativo e teórico-metodológicos, que contribuam para viabilizar a inserção destes profissionais, nas complexas e diversas formas de enfrentamento das questões urbanas, neste caso a violência urbana e a criminalidade.



# **1. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: BREVE INTRODUÇÃO ACERCA DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

## **1.1 POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (CF/88)**

Atualmente, discutir com propriedade a Política de Assistência Social no Brasil requer uma contextualização histórica, ainda que breve, para que se possa, a partir desta, entender quais os desafios presente na atual conjuntura; mesmo que sejam desafios ainda não reconhecidos por diversos atores políticos, mas que diante das manifestações não podem ser ignorados.

Sendo assim, esta seção tem por objetivo apresentar brevemente os “equivocos” e “avanços” desta política. A partir do contexto histórico brasileiro, busca-se entender como estão presentemente estruturadas estas políticas, em especial aquelas voltadas à criança, ao adolescente e à família.<sup>2</sup>

No entanto, é a partir da apresentação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que poderemos, durante esta seção, compreender o porquê da iminência do tema (violência social, violência urbana e criminalidade) e sua ligação com o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – POASF.

Na sociedade contemporânea, a proteção social, no âmbito público, operacionaliza-se de forma legal e legítima, com vistas a garantir o bem-estar dos seus cidadãos, o que, segundo Lima (2006), pode ser concretizado por meio das políticas sociais, através do acionamento de uma complexa rede de recursos institucionais, políticos e econômicos.

Desta forma, Di Giovanni citado por Lima, expõe que “a proteção social exercida através do Estado é assumida como função do poder público e representa a existência de um conjunto de garantias, mais ou menos extensas, através da intervenção política e administrativa”(DI GIOVANNI, 1998 *apud* LIMA, 2006, p. 45). O que, ao fazermos um sucinto resgate histórico, nos fez verificar que nem sempre os objetivos foram pautados desta forma citada pelos autores.

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que o presente trabalho não pretende aprofundar a discussão pertinente às políticas públicas relacionadas à área da saúde e aos direitos previdenciários conquistados pelos trabalhadores, já que não é o seu objeto de estudo. E sim pontuá-los, tendo em vista serem importantes para o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, consolidando a proteção social até os dias de hoje.

A história nos revela que a política social no Brasil sofreu inúmeras modificações, bem como o próprio modelo econômico no País. Ao resgatarmos sucintamente a década de 1930, em que o País viveu sob uma economia agroexportadora combinada à expansão dos setores urbano-industriais, observa-se uma crescente urbanização e a emergência da classe operária como sujeito político organizado, culminando em crescentes manifestações e reivindicações.

É diante desses reflexos sociais que o Estado passa a assumir, em resposta aos intensos movimentos reivindicatórios, uma intervenção reguladora, ante a questão emergente no País; e é esta questão, visivelmente social, que o impulsiona na criação de medidas de proteção ao trabalhador e sua família. O que para alguns autores estabeleceu-se “como uma espécie de zona cinzenta, onde se operavam barganhas populistas entre Estado e parcelas da sociedade e onde a questão social era transformada em querelas reguladas jurídica ou administrativamente e, portanto, despolitizada” (PEREIRA, 2000, p.130).

Na década seguinte, foram criadas pelo Estado algumas entidades, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, que estava voltada para a assistência à maternidade e à infância. Ela surgiu para intervir junto aos segmentos mais empobrecidos da sociedade por meio de ações, consideradas paternalistas e emergenciais, na maioria das vezes.

De acordo com Yazbek (2006, p. 125), estas ações visavam a intervir “junto aos segmentos mais pobres da sociedade”, com o intuito, dentre outros, da mobilização da sociedade civil e da profissionalização dos Assistentes Sociais.

Os governos vigentes no Brasil, anteriores à CF/88, pouco privilegiaram a área social, e tampouco a reconhecem como um direito social, mesmo porque as ações desprendidas nesse período, ainda que por assistentes sociais, eram permeadas de filantropia, benemerência e caridade.

No entanto, estas formas de atenção aos pobres gestadas na filantropia e na benemerência vão aos poucos evoluindo com a criação de políticas públicas, programas e projetos, em face da situação de pobreza e desigualdades acentuadas.

Os modelos de políticas sociais, “copiados” dos países europeus, pouco investiram para que se efetivasse de fato o Estado de Bem Estar Social no País.

Pereira (2000) destaca que “no Brasil, as políticas sociais tiveram a sua trajetória em grande parte influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no plano internacional

e pelos impactos reorganizadores dessas mudanças na ordem política interna” (PEREIRA, 2000, p.125).

O País passou por períodos em que os regimes políticos autoritários reprimiam os movimentos das classes trabalhadoras, impedindo grandes avanços na direção de políticas sociais mais amplas e/ou universais.

A partir da década de 1950, percebe-se a crescente politização da sociedade civil, que culminou com as lutas de distintos movimentos sociais em defesa de seus direitos individuais e coletivos, além de interesses políticos. Durante este período, ocorre também a estagnação da economia, e inúmeros setores sociais comprometeram-se na luta por reformas estruturais e de base. Esse processo abrange diversas categorias, como os estudantes e intelectuais, os operários e camponeses, e outros movimentos sociais. Nota-se que nessa conjuntura a questão social, conforme aponta Silva (1995, p. 27):

[...] é enfrentada por medidas de extensão da educação, ampliação da Previdência, extensão da legislação trabalhista ao trabalhador do campo com o Estatuto do Trabalhador Rural, barateamento de alimentos básicos, combate a doenças endêmicas e programas de habitação popular.

Destaca-se, como um dos reflexos destes movimentos, em 1960, a criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que almejava a uniformização de benefícios e serviços prestados. Porém, a abrangência previdenciária que era prevista pela LOPS atendia apenas a trabalhadores com cobertura da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, não beneficiando trabalhadores rurais e domésticos.

Os anos subsequentes a essa década, constatado por Pereira como um período de intenção governamental de realizar as reformas de base tão reivindicadas pela sociedade, são interrompidos por um processo político que se deparou com posições de diferentes forças atuantes na sociedade. Este processo, encabeçado pela burguesia industrial e a classe média, rearticulou-se com as antigas forças agroexpomercantis para se opor ao governo. Resultante deste processo é “o golpe militar de 1964 e a inauguração de um outro padrão (autoritário) político administrativo no País”. (PEREIRA, 2000, p. 134)

A partir deste período, define-se um novo modelo econômico que valorizava o capital estrangeiro e as políticas sociais da época, voltadas às classes trabalhadoras, revelavam o interesse da burguesia em dar continuidade à lógica capitalista de produção, com vista ao lucro.

As políticas sociais somente ganharam maior destaque durante o processo de redemocratização do País, ao final dos anos 70, fruto do movimento das classes trabalhadoras e da sociedade civil organizada que resultou na elaboração de uma nova Constituição Federal, aprovada em 1988. De acordo com Gonçalves,

[...] a Constituição de 1988 – conhecida informalmente como a Constituição Cidadã – incorporou uma série de direitos sociais e deveres do Estado para com seus cidadãos no campo das políticas sociais. A universalização da saúde, da proteção social, através da previdência e da assistência são exemplos desses direitos. (GONÇALVES *apud* SOUZA, 2005, p.33)

Assim, a nova CF/88 concretizou conquistas e ampliou direitos, incorporando inovações importantes ao Sistema de Seguridade Social.

No que concerne à Assistência Social, esta foi introduzida na referida Constituição como garantia a todos que dela necessitem, sem contribuição prévia, rompendo com a prática assistencialista de constituições passadas.

Com isso, a Assistência Social brasileira adquire um novo estatuto, passando a ser reconhecida como dever do Estado e instituída no sistema de Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência. Deixando de ser uma política isolada e complementar à Previdência Social, para tornar-se um direito de cidadania.

Com a CF/88 a Assistência Social passa a se articular aos moldes “sociais democratas de bem-estar”, guiada pelos preceitos de universalidade da provisão social pública com requintes de participação efetiva do Estado, consistindo-se direito efetivo das classes trabalhadoras. De acordo com Pereira (2000),

[...] os conceitos de direitos sociais, seguridade social, universalização, equidade, descentralização político-administrativa, controle democrático, mínimos sociais, dentre outros, passaram de fato, a constituir categorias chave

norteadoras da constituição de um novo padrão de política social a ser adotado no País (PEREIRA, 2000, p.152)

No início da década de 1990, o presidente civil, pós-ditadura militar, Fernando Collor de Mello desenvolve uma política que resgata o assistencialismo e o clientelismo numa rejeição clara ao padrão de seguridade social previsto na CF/88. O governo, conforme coloca Pereira (2000, p. 163), também

[...] reiterou a tentativa da administração passada de desvincular os benefícios previdenciários e da assistência social do valor do salário mínimo; relutou em aprovar os planos de benefícios e a organização do custeio da seguridade social; vetou integralmente o projeto de lei que regulamentava a assistência social; e represou, por vários meses, a concessão de benefícios previdenciários; seletivização e focalização das políticas sociais, a partir de 1991.

Contudo, os projetos do governo foram em parte inviabilizados, devido ao alto índice de inflação e pelas exacerbadas práticas de corrupção, o que provocou a destituição do então presidente em 1992.

Ao assumir a presidência, Itamar Franco defrontou-se com o desmonte do sistema de Seguridade Social, que vinha sendo construído desde a década de 1930. A exemplo desse contexto, destaca-se: a fragmentação de recursos; a redução drástica do gasto social federal; a desarticulação das redes de serviços sociais; os cortes dos programas sociais; sobretudo, destaca-se o veto do projeto que propunha a implantação da LOAS, denotando as centralizações das ações na esfera federal e a negativa do governo em apoiar a descentralização das políticas sociais.

Diante a esta realidade, as ações governamentais do governo de Itamar Franco foram praticamente “nulas no sentido de referendar os direitos sociais contidos na Constituição de 1988”. (COUTO, 2004, p. 148)

Cabe evidenciar, segundo Hack (2007), que em 1993 foi lançado o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida, numa parceria entre o Estado e a sociedade civil. Todavia, o Programa acabou sendo extinto, pois não obteve prioridade no governo, sendo utilizado em algumas regiões do País de forma clientelista e também por não serem disponibilizados os recursos necessários para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, é possível compreender que até meados da década de 1990

[...] a Assistência Social possuía ainda um caráter compensatório que atuava na produção e reprodução das desigualdades sociais e não vinha cumprindo sua tarefa histórica de emancipação, ruptura da subalternidade e o enfrentamento da pobreza, reduzindo-se a uma prática. Apesar desse cenário, as mobilizações da sociedade civil pressionavam para a construção da política pública da Assistência Social e garantia do seu financiamento. (SOUZA, 2006 *apud* HACK, 2007, p.27)

Deste modo, a primeira metade da década de 1990 foi marcada por ações clientelistas e assistencialistas. Sendo assim, fazia-se premente neste cenário a ruptura com estas práticas. Isto acontece através de mobilizações de atores sociais distintos que, com ações mesmo incipientes, materializaram conquistas e ganhos na área da Assistência Social. Essas ações culminaram, com a implantação da Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a então Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e com o surgimento de pressões emergentes, que apontavam para regulamentação dos artigos 203 e 204 da referida Lei.

Sposati (2005, p.39) destaca que, nesse período, passou-se a compreender o conceito de Seguridade Social que envolve “a idéia de cobertura da população inteira em relação aos direitos sociais, considerados dever do Estado, independentemente da capacidade contributiva do indivíduo”.

Entretanto, embora a Seguridade Social seja considerada, desde então, como direito de cidadania e dever do Estado, a expansão dos direitos sociais ficou mais em tese do que propriamente em sua efetivação universal. Certamente, influenciado pelo desmonte desta consciência social, a partir da política econômica imposta. Mesmo porque, segundo Lesbaupin (1999),

No Brasil, entre os anos 30 e o final dos anos 80 houve um processo de construção de um Estado nacional. Foi Collor de Mello quem iniciou, em 1990, o seu desmonte, com a adoção do ideário neoliberal. Mas a iniciativa de Collor foi interrompida pelo seu impeachment. Fernando Henrique Cardoso (FHC), se encarregou de levá-la a seu pleno desenvolvimento. No início de seu governo, em 1995, o Brasil era um País ainda respeitado internacionalmente, com um

parque industrial significativo, com imensos recursos naturais, com empresas estatais altamente competitivas [...]. Quatro anos depois, o Brasil é um País imerso numa grave crise econômica, em pleno processo recessivo, submetido diretamente ao controle do Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo privatizado quase todas as suas empresas estatais, [...], perdido grande parte de suas reservas cambiais, com um nível de desemprego alarmante e crescente, com uma evidente queda da renda salarial média, e com acentuada deterioração dos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência, de previdência, de moradia [...]. (LESBAUPIN, 1999, p.07)

Pereira (1996 *apud* HACK, 2007, p.23) afirma que a Assistência Social ficou limitada; “a ela cabe, nas entrelinhas da lei, tangenciar as demais políticas sociais no sentido de compensar suas limitações ou os seus efeitos perversos”.

Assim, a Política de Assistência Social continua sendo voltada para a população em situação de exclusão social, direcionada à pobreza absoluta, caracterizada, de acordo com Pereira (1996 *apud* HACK, 2007), pela ausência de requerimentos mínimos necessários para manter a vida ou a subsistência de pessoas submetidas a essa condição.

Yasbeck (2001) faz uma crítica dura ao afirmar que a política de Assistência Social não passou de uma “modernização conservadora de práticas tradicionais”, com um caráter mais técnico; não houve modificações significativas no que tange à legitimação de direitos, assim como não houve a efetiva participação da sociedade civil. (YASBECK, 2001, p.40)

O que se pode apontar é que a CF/88 e, mais tarde a LOAS, que surge com vistas a regulamentar os artigos 203 e 204 da referida Constituição, acabaram por reproduzir uma Assistência Social fragmentada e segmentada, executada de forma setORIZADA.

De acordo com Couto (2004, p.162), apesar de a Assistência Social inovar, assumindo um caráter de política social da área da seguridade social, ela continua cercada por heranças históricas, que fazem parte da cultura política nacional.

Sposati (2001), seguindo esta linha de raciocínio, diz que:

[...] a Constituição de 1988 elevou a assistência social formalmente ao patamar de uma política setorial de seguridade. Todavia, transmutação, da prática à política, ainda não exerceu as necessárias mudanças no escopo dos serviços de assistência social, de modo a reconfigurá-los em qualidade, quantidade e condição de direito social. (SPOSATI, 2001, p. 64)

É fato que as ações de setores dominantes sempre se colocaram contrárias aos avanços estatais na política social, sobretudo aos da Assistência Social, com vistas a barrá-los. Desta forma, foram e são inevitáveis os embates entre setores opostos da sociedade. Segundo Pereira (2000, p. 156), muitos dos avanços almejados na CF/88, na prática, não se viabilizaram, passando a serem alvos de uma “contra reforma conservadora” que teve início em 1987 e foi auferindo força na década de 1990. (FAGNANI, 1996 *apud* PEREIRA, 2000, p.156)

De acordo com o mesmo autor,

Dentre as principais medidas previstas nesta contra-reforma, cabe destacar o retorno da prática assistencialista, passível de manipulação clientelista e fisiologista; algumas propostas regulamentadoras sofreram paralisação ou mesmo extinção; houve um desmonte institucional na área social, principalmente no que se refere a setores como transporte público, alimentação e reforma agrária. Pode-se considerar que a área mais atingida foi a do financiamento da Seguridade Social. (PEREIRA, 2000, p. 163)

Destarte a este contexto, embates organizados colaboraram para a implantação da LOAS, com vista à regulamentação da Assistência Social, bem como a incorporá-la às ações que a CF/88 a destina, isto é, romper com as práticas e conceitos que permearam a construção desta área, até consolidar-se como política pública inerente ao direito social cidadão. Assim sendo, no item seguinte apresentaremos a LOAS como parte significativa para que, a assistência social, como noção de direito constitucional obtivesse esta consolidação.

### **1.1.1 A implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**

Faz-se premente destacar, no item em tela, que a década de 1990 no Brasil foi marcada, também, pela instauração da ideologia do neoliberalismo e pelo processo de globalização, assinalando um período marcado pelo desemprego estrutural e pela criminalização da pobreza, pondo a violência urbana como uma realidade não mais velada.

De acordo com alguns estudiosos, o processo de globalização trouxe profundas transformações para a sociedade contemporânea, acelerando o desenvolvimento tecnológico, que



impulsionou a "profissionalização" do crime organizado e pôs em xeque os atributos do Estado – através da segurança pública e suas formas de contenção – para o enfrentamento de tal situação, colocando novos desafios para a sociedade. Aprofundaremos o debate sobre as manifestações da violência e criminalidade na seção seguinte.

Entretanto, o processo de globalização trouxe inúmeras mudanças e gerou impactos no contexto brasileiro, destacados por Costa (2007) como "um fenômeno que trouxe implicações diversas para o Brasil",

[...] principalmente no que diz respeito às questões sociais, havendo, portanto, necessidade de políticas públicas nos setores onde o impacto da globalização se fez sentir com maior intensidade, como por exemplo, no crescimento acentuado do desemprego desde 1990, particularmente com a abertura de mercado interno às importações, [...]. No entanto, cabe ressaltar, que a política neoliberal trouxe resultados negativos, como o aumento da pobreza e da desigualdade social [...]. (BERTUZZI 2007, p. 14 *apud* COSTA, 2007, p.17)

Diante do cenário exposto que se implementa a LOAS, que de acordo com Martins e Paiva (2003), citado por Hack (2007), tem como objetivo “prevenir e superar as diferentes formas de exclusão social, garantindo os padrões de cidadania às parcelas desprotegidas e excluídas da população”. (MARTINS; PAIVA *apud* HACK, 2007, p.29) A inserção da Assistência Social na Seguridade Social conota seu caráter de política de proteção social direcionada para a garantia de direitos e de condições dignas de vida, garantia efetivada por meio de programas, projetos e benefícios, direcionados para proteção social e atendimento das necessidades dos usuários de tal política.

Com a implementação da LOAS, a família passa a ter importância fundamental, com leis específicas de proteção, definindo como principal objetivo, em seu artigo 2º, o seguinte:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração no mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – garantia de 1(um) salário mínimo de benefício mensal a pessoas portadoras de deficiência e ao idoso, que comprovem meios de prover a própria manutenção ou de tê-las providos por sua família.

Observa-se que a LOAS vem para atuar em todos os níveis de reprodução da vida da população desprovida de recursos básicos para a própria subsistência. A sua inovação prevê a universalização dos direitos sociais e introdução aos conceitos de mínimos sociais, ou seja, vem assegurar direito a todo cidadão brasileiro, até então ignorados ou erroneamente interpretados.

A LOAS, visa à descentralização das ações, em que estabelece princípios para a execução da política de assistência social para estados e municípios, uma vez que preconiza em seu artigo 34º que "A União continuará exercendo papel supletivo nas ações de assistência social, por ela atualmente executada diretamente no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, visando à implementação do disposto nessa lei [...]". (LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2001, p.33)

Esta contribuição para descentralização das políticas de assistência social significa avanços no que se refere à concepção de direitos e de cidadania, destinados principalmente às classes em situação de vulnerabilidade.

Além de re-significar a Assistência Social, distiguindo-a do assistencialismo, a LOAS reafirma-se como política de Seguridade Social. A Lei ainda “propõe o sistema descentralizado e participativo na gestão da assistência social no País, sob a égide da democracia e da cidadania”. (YAZBEK, 1997 *apud* COUTO, 2004, p. 175)

No período de 1995 a 1998, o País esteve sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tendo como principal meta política de seu governo o plano de estabilidade econômica, que pode ser destacado como uma característica dos governos neoliberais pós-1985. Seu governo utilizou-se do recurso de medidas provisórias, procurando afastar a sociedade das decisões governamentais. Tinha como discurso acabar com a prática do clientelismo, mas, de fato, desenvolveu uma política de troca de favores.

Para a área social foi criado, em 1995, o Programa Comunidade Solidária, numa tentativa de responder aos imensos problemas da área social, cujo descaso foi alvo de manifestação, em 1995, por meio do Relatório do Tribunal de Contas da União, que aponta esta situação.

Para Couto (2004),

[...] uma das características desse período é a retomada da matriz da solidariedade, como sinônimo de voluntarismo e de passagem da responsabilidade dos programas sociais para a órbita da iniciativa privada, buscando afastar o Estado de sua responsabilidade central, conforme a Constituição de 1988, na garantia de seus direitos. (COUTO, 2004, p.150)

A respeito deste item, o que se destaca no período governado por FHC é uma política de assistência social que não obteve avanços e que se pautou em ações focalizadas. Segundo Lopes (2006 *apud* HACK, 2007), chega-se ao ano de 2003 “[...] com uma avançada descaracterização dos direitos, tão duramente conquistados, reduzidos paulatinamente à esfera do voluntarismo, do favor, e deslocados para a insólita e descontinuada base solidária de atendimento, a cargo da sociedade” (HACK, 2007, p.36)

É no governo Lula, eleito em 2001, que a LOAS foi efetivada por meio da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005. Este foi criado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em vigor, e sua estrutura de gestão e o sistema de financiamento foram regulamentados por meio da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).<sup>3</sup>

Segundo Hack (2007), com a aprovação da LOAS, em 1993, a Assistência Social inicia seu processo de gestão pública e participativa, que se operacionaliza por meio dos Conselhos nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e também por meio das Conferências, posto que estas vieram para avaliar e propor reformulações na política de Assistência Social, buscando aprimoramento e funcionamento da rede de proteção social. A política de Assistência Social ganha níveis de efetividade almejados e precisa ser descentralizada, o que significa a partilha de poder entre o governo e as coletividades locais.

Com a aprovação da LOAS, o estado de Santa Catarina pautou-se por articular excepcionalmente a implementação da Política de Assistência Social em seus municípios, preconizados pela LOAS, capítulo V, art. 30:

---

<sup>3</sup> Para um maior aprofundamento da atual conjuntura do governo Lula para com a Política de assistência social, sugere-se consulta: HACK, Lílian. **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar: Novos desafios frente ao Sistema Único de Assistência Social.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007/1, Florianópolis.

È condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que se trata esta Lei, a efetiva instituição e financiamento de:

- I – Conselhos de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- II – Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;
- III – Plano de Assistência Social [...].

Ao Estado compete a elaboração de políticas sociais, bem como destinar investimentos com vistas à efetivação da rede de atendimentos a crianças, adolescentes e suas famílias, como, no caso do município de Florianópolis, o POASF.

Como bem coloca Hack (2007, p.45), o POASF foi definido pelo Plano de Assistência Social, gestão 1997-2000, e pela II Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 1997.<sup>4</sup>

Foi também esta II Conferência que subsidiou a formulação do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), dando a este o caráter de instrumento de planejamento a partir do conhecimento da realidade local, assegurando dessa forma um dos princípios da LOAS.

No tocante às Conferências Municipais, Madeira afirma que as deliberações das Conferências em âmbito municipal “são decisivas no sentido de subsidiar o planejamento do atendimento socioassistencial, planejamento este que se materializa no Plano Municipal de Assistência Social” (MADEIRA, 2006, p. 141).

Também, faz-se necessário, mesmo que brevemente, para enriquecer o debate proposto à apresentação da política da criança e do adolescente, especificamente o ECA, para que possamos compreender as ações do POASF e sua ligação com tal político.

---

<sup>4</sup> A I Conferência Municipal de Assistência Social, realizada no ano de 1995, seguiu o lema: “A Assistência Social – Direito do Cidadão e Dever do Estado”, e discutiu o tema “família” a partir das seguintes pontuações, conforme explicita Santos (2004, p. 95), foram apontadas as seguintes proposições, “priorizar a formação do Conselho Municipal de Assistência Social em Florianópolis; cadastrar entidades assistenciais priorizando a realização de convênios com aquelas que desenvolvam trabalhos junto a: gestante, materno-infantil, pré-escola, escolar, atendimento global extra classe (7 a 14), adolescentes, profissionalização (adolescentes e adultos), terceira idade, portador de deficiência, trabalho educativo junto às famílias para que assumam seu papel na sociedade”.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis ficou encarregada de oferecer subsídios para a infra-estrutura e capacitação de profissionais dos Programas Assistenciais da Prefeitura.

Na II Conferência Municipal, que teve como tema: “O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social Construindo a Inclusão – Universalizando Direitos”, as deliberações foram direcionadas a programas, projetos e serviços, o que “confirmou suas prerrogativas enquanto lócus de avaliação e proposição da assistência social”. (MADEIRA, 2006, p. 147)

### **1.1.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Uma breve contextualização desta política**

Foi através de uma ampla mobilização de diversos setores da sociedade civil organizada que se deu em 13 de Julho de 1990, através da Lei 8.069, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA apresenta-se como um marco na história do atendimento à criança e ao adolescente, sendo a primeira lei do País a considerar todas as crianças e adolescentes como seres iguais, ou seja, todos devem ser tratados como sujeitos de direitos merecedores de proteção especial.

Faleiros (*apud* LIMA 2000) destaca que a

Doutrina de Proteção Integral a qual reconhece a criança e o adolescente como cidadãos; garante a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes; estabelece uma articulação do Estado com a sociedade na operacionalização da política para a infância com a criação dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Tutelares e dos Fundos [...]; descentraliza a política através da criação desses conselhos em nível estadual e municipal [...] garante à criança a, mais absoluta prioridade no acesso as políticas sociais; estabelece medidas de prevenção, uma política especial de atendimento, um acesso digno à Justiça [...]. (FALEIROS, 1995 *apud* LIMA, 2000, p. 16)

O ECA surge com vistas a substituir o Código de Menores, com consideráveis e significativas mudanças nas políticas destinadas à criança e ao adolescente, constituindo-se em marco positivo na história da política social voltada à infância e juventude, no Brasil. Assinala Santos e Ramos *apud* Souza (2005):

A diferença entre eles é que, enquanto o velho Código era um apanhado de leis mais punitivas do que educativas, e que limitavam os direitos dos chamados "menores", o Estatuto trata a criança e o adolescente como pessoas que, em fase de formação e desenvolvimento, têm suas peculiaridades; por isso, com suas leis criam-se condições e oportunidades para que eles possam se desenvolver como cidadãos. (SANTOS; RAMOS, 1998 *apud* SOUZA, 2005, p. 34)

Destarte, o ECA estabelece no seu artigo 4º que "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Portanto, entende-se que na situação em que a família não consegue proporcionar as condições necessárias que oportunizem o pleno desenvolvimento e proteção de seus membros, em especial crianças e adolescentes, o Estado deve prover, por meio de políticas públicas, ações que garantam a concretização destes direitos sociais.

De acordo com Souza (2005), o Estatuto "reafirma o direito a convivência familiar e comunitária", em que "os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos e, para isso precisam ter acesso, junto com a comunidade, à formulação das políticas básicas". Para que o preconizado no artigo 19 da referida Lei tenha êxito, "[...] toda criança tem direito a ser criada e educada no seio de sua família e, excepcionalmente em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes".

No entanto, o momento atual impõe-nos um "alarme" constante, uma vez que a estas ações governamentais, que deveriam contribuir para o exercício e esforço de muitos pais em manter seus filhos em ambientes seguros, são falhas ou inexistentes, trazendo para atual conjuntura um risco eminente do envolvimento destas crianças e adolescente, com ações ilícitas. Diante disso, parece-me que a própria Lei, aqui relatada, não está "adequada" a tal realidade, uma vez que, notoriamente, é interpretada como uma lei protetiva, e tornou-se estratégia de fuga para muitos "criminosos" que ao atingirem a maioridade utilizam-se de menores de idade para assumir tais crimes.<sup>5</sup>

Para autores como Lima (2000), que dialogam constantemente o ECA "o vínculo é essencial para o desenvolvimento humano; seres humanos precisam estabelecer relação com outros seres humanos, para estabelecerem-se no mundo. Estas relações, de preferência devem ser fundamentadas em bases saudáveis, onde estejam presentes os diálogos, o respeito, o amor, entre outras" (LIMA, 2000, p.18).

---

<sup>5</sup> É importante salientar que não compete a este trabalho a discussão sobre a eficácia ou operacionalização do ECA e tampouco suas vertentes de utilização. Apenas utilizamos o parágrafo que se seguiu para exemplificar uma realidade atualmente utilizada por grande parte dos criminosos, que aliciam crianças e adolescentes, e estes, por sua vez, ficam à mercê das exigências do narcotráfico.

O Estatuto, ao tratar da aplicação das medidas de proteção, visa ao fortalecimento dos vínculos familiares, colocando a família em extrema importância no desenvolvimento da criança e do adolescente por ter a função de socialização e de formação da identidade destes. E as medidas de abrigamento e internação, que privam estes segmentos da convivência familiar e comunitária, devem ser aplicadas somente ao esgotarem-se os outros recursos. O que conota para Lima que o "abrigo é medida provisória excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade". (ECA, art. 101, parágrafo 1º *apud* LIMA, 2000, 19-20)

E, quanto ao regime de internação, o Estatuto destaca que, "[...] a internação constitui medida privativa de liberdade, sujeitos aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento". (ECA, art.121)

Pelo processo de descentralização, cabe ao Estado a municipalização das políticas sociais, entendida, de acordo com Rosa 2006 (*apud* HACK, 2007, p.38), como a "[...] passagem de serviços e encargos que possam ser desenvolvidos mais satisfatoriamente pelos municípios. É a descentralização das ações político-administrativas com a adequada distribuição de poderes político e financeiro, é uma ação desburocratizante, participativa, não autoritária, democrática e desconcentradora do poder".

Ao contrário deste processo, a história vem pontuando e mostrando que as políticas sociais no Brasil se concretizaram de forma focalizada. Inclusos neste contexto estão as políticas direcionadas ao atendimento de crianças e adolescentes, reveladas por ações centradas e responsabilizando estes indivíduos sem abranger as suas famílias.

O ECA, ao colocar estes indivíduos como sujeitos de direito, assegura o direito à convivência familiar estabelecendo-o como programa de política de atendimento, o que, no caso da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), se materializa no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar - POASF.

Tendo em vista que cabe ao Estado a implementação de programas e/ou projetos para que os direitos das famílias sejam assegurados, o ECA traz no seu artigo 90 a regulamentação desta exigência:

---

Sendo assim, é fato que ações deste tipo, estejam cotidianamente na atuação profissional do Serviço Social, uma vez que a profissão atua diretamente com os diversos extratos da sociedade contemporânea, e que nem sempre estão preparadas para as inúmeras exigências que a profissão lhes impõe cotidianamente.

As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: **I – orientação e apoio sociofamiliar**; II – apoio sócioeducativo em meio aberto; III – colocação familiar; IV – abrigo; V – liberdade assistida; VI – semiliberdade; VII – internação. (SOUZA, 2005, p.38)

Pode-se constatar, a partir do já destacado neste trabalho, que a orientação e o apoio sociofamiliar apresentam-se como modalidades de atendimento. Nesta conjuntura, a criação do POASF enquadra-se nos programas de proteção à criança e ao adolescente, por ser um programa articulado junto à família, que tem como finalidade atender, orientar e apoiar em questões que envolvam a sua problemática, vindo a favorecer alterações positivas no contexto familiar, e que por consequência possibilitem a superação de situações que colocam em risco o crescimento e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes envolvidos nesta realidade.<sup>6</sup>

No item seguinte far-se-á um detalhamento do surgimento do POASF, bem como a sua implantação no município de Florianópolis.

## **1.2 O POASF NA PMF – SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

### **1.2.1. Como surge o POASF**

Com a regulamentação do SUAS, diversas ações e iniciativas de atendimento à população empobrecida deixam o campo do voluntarismo e filantropia e passam a operar sob a estrutura de uma política de Estado, enquanto parte de uma política pactuada nacionalmente, que prevê a organização participativa e descentralizada da Assistência Social, com ações voltadas para o fortalecimento da família (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2007 *apud* HACK, 2007, p.39).

Com o processo de municipalização, coube aos municípios a efetivação do SUAS, por estes entendidos como esferas mais próximas da população, uma vez que “é no município que as

---

<sup>6</sup> Dados extraídos do Relatório de estágio apresentado à Disciplina de Supervisão de Estágio Obrigatório I, semestre 2007/1.



situações de fato acontecem. É no município que o cidadão nasce, vive e constrói sua história. É aí que o cidadão fiscaliza e exercita o controle social”. (ROSA, 2006 *apud* HACK, 2007, p.38)

Cabem aos municípios algumas competências:

Art. 15. Compete aos Municípios: I – destinar recursos financeiros para custeio de pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; II – efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral; III – executar os projetos de enfrentamento da pobreza incluindo a parceria com organizações da sociedade civil; IV – atender às ações assistências de caráter de emergência; V – prestar os serviços assistências de que trata o art. 23 desta Lei (HACK, 2007, p.38).

Estas competências se fizeram possíveis com a implementação em 2006 do SUAS, que coloca em prática os preceitos da CF/88, conferindo à Assistência Social as possibilidades de cumprimento dos atributos de universalização da proteção social da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social.<sup>7</sup>

A função desta política social, além de se preocupar com o provimento de bens materiais, deve contribuir para a efetiva solidificação do direito do indivíduo à convivência familiar e comunitária saudável, à informação, ao acesso a oportunidades de participação. O usuário da Assistência Social deve desfrutar dos benefícios que lhes são devidos como uma questão de direito.

No caso do município de Florianópolis, por ser tratar de uma unidade federativa de grande porte,<sup>8</sup> apresenta uma estrutura econômica complexa, com serviços mais especializados, e, também por concentrar maior oportunidade de emprego e oferta de serviços públicos, torna-se atrativo para uma população que migra de municípios de menor porte em busca de oportunidades de emprego, estabilidade financeira, bem como melhores condições de vida para os seus

---

<sup>7</sup> Não aprofundarei esta discussão apenas a citando para esclarecer a conjuntura atual da assistência. Para maiores informações do SUAS, bem como a sua localização e ligação com o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – POASF, consultar: HACK, Lílian. **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar: Novos desafios frente ao Sistema Único de Assistência Social.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007/1, Florianópolis.

<sup>8</sup> Segundo Hack (2007, p.51) ao apresentar os dados do IBGE, contabilizaram-se até o ano de 2003 cerca de 369.103 habitantes na região de Florianópolis, e estabelece como município de grande porte aqueles cuja população fica entre 101.000 e 900.000 habitantes.

membros. Este crescimento vertiginoso dos centros urbanos de médio e grande porte traz consigo o agravamento da violência social, e nessa, a violência urbana.

Diante disso, esses municípios precisam

[...] de serviços nas diversas áreas de políticas públicas, e é por esse motivo que a "rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção social básica, bem como, uma ampla rede de proteção especial nos níveis de média e alta complexidade"<sup>9</sup>. (PNAS, 2004 *apud* HACK, 2007, p. 51)

Dentre os serviços prestados pela Prefeitura, temos o POASF, que busca, dentre outros objetivos, garantir a convivência familiar de crianças e adolescentes que se encontram em situação de negligência familiar e risco social. O intuito é desenvolver ações para o fortalecimento organizacional das famílias, de modo a preservar a permanência de crianças e/ou adolescentes no seio familiar e a reintegrar aqueles que foram temporariamente afastados do convívio familiar (MAFRA, 2001).

Segundo Mafra (2001), no município de Florianópolis, tal programa passou a ser pensado a partir da preocupação de lojistas do centro da cidade, que se deparavam diariamente com a presença de meninos e meninas de rua, que praticavam mendicância em frente a suas lojas. A partir dos reclamos destes lojistas, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) estabeleceu contato com a PMF para que tal "problema" fosse resolvido. De acordo com Mafra (2001), setores da sociedade civil e a Ordem dos Advogados do Brasil, de Santa Catarina (OAB/SC) também voltaram suas atenções para a questão. Neste sentido, a PMF convocou estes atores sociais e outros segmentos da sociedade civil<sup>10</sup> para um debate com vistas à resolução dessa questão<sup>11</sup>, através da Conferência Municipal, já citada.

---

<sup>9</sup> Para aprofundar este debate, consultar: HACK, Lílian. **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar: Novos desafios frente ao Sistema Único de Assistência Social.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007/1, Florianópolis.

<sup>10</sup> De acordo com Mafra (2001), faziam parte destas discussões: OAB/SC, Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS), Irmandade do Divino Espírito Santo, CDL, Ação Social Arquidiocesana (ASA), Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), Rotary Clube, Grupo Integrado de Obras Sociais (GIOS), Associação Flor, Associação de Empresários de Florianópolis (AEMFLO), Programa Liberdade Assistida (LA), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Prefeitura Municipal de Florianópolis (através da Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social – Programas Abordagem de Rua e SOS Criança), Conselho

Diante da seriedade da demanda, as discussões suscitaram propostas de médio e longo prazo, visando à atenção integral e ao fortalecimento de vínculos familiares. Este debate foi subsidiado pela proposta de um projeto de orientação e apoio sóciofamiliar dos Conselhos Tutelares de Florianópolis, tendo em vista que, no ano de 1996, estes órgãos contabilizaram 81,08% de suas demandas como violação do direito à convivência familiar e comunitária, onde, deste total, 46,89% indicaram a necessidade de aplicar como medida de proteção à orientação e o apoio familiar;<sup>12</sup> o que se deu também pelo diagnóstico do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA). Desta forma, o contexto acenava para a urgência de se criar, no município, um Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar.

Após estes debates, definiu-se como responsabilidade da PMF a implantação do referido programa, o que culminou em novembro de 1997 com o lançamento oficial do Projeto de Orientação e Apoio Sócio Familiar, através da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujo Projeto foi criado com o seguinte objetivo:

[...] trabalhar sistematicamente com as famílias das crianças e adolescentes de rua ou aqueles que freqüentam as ruas, propondo o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como apoiando as famílias no que se diz respeito a sua situação sócio-econômica, tendo em vista o retorno destas crianças para o lar. (SILVEIRA *apud* MAFRA, 2001, p.32)

No decorrer desse mesmo ano e início do subsequente, com base no ECA, o Ministério Público, após Investigação Civil, pressiona judicialmente a PMF para a implementação do Projeto, acarretando em multa, caso houvesse o descumprimento desta ação. Em março de 1998, mesmo com a escassez de recursos humanos, de infra-estrutura e sem uma metodologia de atendimento traçada e estruturada, implanta-se o POASF.

---

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal de Entorpecentes (CME), Conselho Tutelar de Florianópolis.

<sup>11</sup> Tinha o propósito de organizar ações que atendessem à crescente presença de meninos e meninas nas ruas do centro da cidade, tendo como enfoque principal a “retirada” destes da rua.

<sup>12</sup> Dados obtidos a partir do Projeto do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar em março de 2007, pela atual coordenação de Luciana K. A. Xavier.

Os anos que seguem foram tempos de inúmeras modificações e rearranjos no Programa, para que estivesse de acordo com as diretrizes preconizadas pelo ECA.

Dentre estas mudanças,<sup>13</sup> no ano de 2001, dividiram-se a Secretária da Saúde e a do Desenvolvimento Social, surgindo duas secretarias. O POASF passou a ser um Programa da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, como parte da Gerência da Assistência Social (SMHTDS) (Organograma no anexo1).

No ano de 2004, o POASF passa a fazer parte da Secretária Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social (SMCAIFDS), surgindo a partir de uma nova divisão da SMHTDS, onde passaram a se concentrar praticamente todas as ações relacionadas à assistência social. Em agosto de 2007, diante das exigências do SUAS, uma delas em não trabalhar de forma setORIZADA a Política de Assistência Social, decide-se por nova terminologia na denominação da secretária. Esta passa a se chamar Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS). A seguir aprofundaremos como o POASF se estrutura atualmente junto à SMAS.

### **1.2.2 O POASF na atualidade**

Conforme já citado, o POASF foi oficialmente implantado em março de 1998, com localização no Complexo Ilha da Criança – Bairro Agrônômica-, vinculado, na data de sua implantação, à Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, através da Gerência da Assistência Social e a Divisão de Atenção à família, sendo financiado pelos Fundos Municipais da Assistência Social da Criança e do Adolescente. Estes repasses eram e são controlados pelos Conselhos Municipais da Assistência Social da Criança e do Adolescente, onde representantes da sociedade civil e do poder público são partícipes no processo de tomadas de decisões.<sup>14</sup>

---

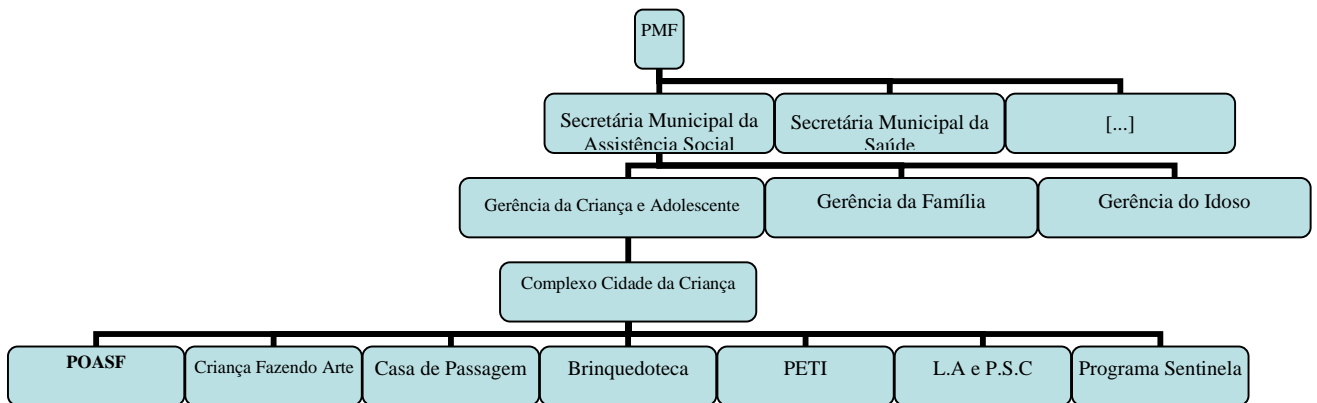
<sup>13</sup> Mudanças estas de estrutura física, contratação e demissões de técnicos (assistentes sociais e psicólogos), revisão da metodologia de atendimento, revisão do objetivo do Programa, mudanças de Secretária, aquisição ou a inviabilidade destes recursos materiais (carro para visita domiciliar, salas, computadores, arquivo, material de expediente e outros), contratação de um auxiliar administrativo, isto é, mudanças estas tanto estruturais e físicas quanto de recursos humanos e financeiros.

<sup>14</sup> Segundo Hack (2007, p. 45), para que "os municípios tenham direito ao repasse de recursos financeiros, a LOAS prevê em seu artigo 30, que estes tenham instituído Conselhos, Fundos e Planos. Em relação ao Plano Municipal, a NOB/SUAS/2005 explicita que ele 'é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004, na perspectiva do SUAS'. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e

Atualmente o POASF é coordenado pela Assistente Social Luciana Koerich de Andrade Xavier, o qual pela hierarquia da instituição está ligado à Gerência da Criança e Adolescente, pertencente à Secretaria da Assistência Social, financiado pelos mesmos Fundos e presidida pela então primeira-dama do município de Florianópolis, a Sra. Rosemeri Bartucheski Berger.

A atual Secretaria divide-se em três gerências, a saber: Gerência do Idoso, Gerência da Família e a Gerência da Criança e do Adolescente; a última sob responsabilidade da advogada Alexandra de Oliveira. No que concerne a esta divisão, podemos visualizá-la através do organograma apresentado abaixo.

### ORGANOGRAMA<sup>15</sup>



O POASF visa a acompanhar e orientar as famílias que são encaminhadas pelos Conselhos Tutelares de Florianópolis, localizados na Ilha, Norte e Continente, e Juizado da Infância e Juventude.

São encaminhadas, ao POASF, famílias originárias de inúmeras comunidades,<sup>16</sup> com maior expressão as comunidades de baixa renda, precisamente nas regiões do bairro do Monte

---

participativo”. Após a implementação a execução passa a ser do Estado, por meio da política de municipalização e elaboração de políticas sociais, apesar de que, atualmente, a sociedade civil vem responsabilizando-se cada vez mais pelo desenvolvimento de ações na área social. Considera-se ainda nos termos de Lima (2000, p. 21) que “as políticas sociais na perspectiva do Estatuto deveriam ser geradas para garantir as condições adequadas ao bem-estar das famílias, assegurando o cuidado e a proteção de seus (as) filhos (as). O que levaria ao rompimento com o ciclo da exclusão e proporciona a emancipação e autonomia das famílias, para atuarem como sujeitos na busca de recursos para a manutenção de suas gerações. Somente o acesso à produção (através do trabalho) e aos produtos (através do consumo) permite à família esta condição de sujeito”.

<sup>15</sup> Além das gerências já citadas, existe na hierarquia da Instituição (PMF), a Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

Cristo e região – como Abraão, Vila Aparecida e Passa Vinte - ; Morro da Cruz e comunidades localizadas ao seu entorno; são originários também do Morro da Caixa, no Estreito, e Centro, estendendo sua abrangência às comunidades da Vila Aparecida; além de bairros como Saco Grande e Vila União, Tapera e Costeira do Pirajubaé. Vale ressaltar que é crescente a demanda proveniente das regiões norte e sul da ilha.<sup>17</sup>

Certamente, a partir das comunidades listadas, não precisamos discorrer muito sobre o objetivo deste trabalho para ficar clara a nossa preocupação em saber, e tornar público, como se sentem as assistente sociais e quais as principais dificuldades que enfrentou no campo de atuação, nessas áreas alardeadas pelos meios de comunicação de massa como áreas violentas e com alto índice de criminalidade ao se depararem com uma realidade.

Foi em 1998 que os Conselhos Tutelares começaram a encaminhar famílias que estavam passando por situação de miserabilidade, associada a outras questões, tais como: crianças e adolescentes em situação de rua e/ou negligência<sup>18</sup> familiar, para que o POASF realizasse seu acompanhamento sistemático, com vistas a superações de tais situações, que influenciam na dinâmica familiar e colocam em risco o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

É importante destacar que estas situações, citadas acima, geralmente são provenientes da violência social e, agravadas pela violência urbana. Tema este, que daremos mais destaca à frente.

<sup>16</sup> A saber: Vila União, Balneário do Estreito, Rio Vermelho, Ingleses, Coqueiros, Santa Vitória, Costeira do Pirajubaé, Tapera, Caeira do Saco dos Limões, Barra do Sambaqui, Vargem do Bom Jesus, Trindade, Saco dos Limões, Campeche, Armação, Riberão da Ilha, Barra e Costa da Lagoa, Santo Antônio, Carianos, Rio Tavares e diversos Morros da Capital, tais como: Morro da Cruz, Mariquinha, do Vinte Cinco, do Horácio, da Caixa, dentre outras localidades. Estes dados foram obtidos a partir da mensuração do perfil familiar produzido em Agosto/Setembro de 2007, por Michelle Leon Silvy. É possível observar nos documentos em anexo a lista de comunidades que estão na demanda reprimida (Lista de Espera), o que possibilita uma visualização mais ampla do total de comunidades atendidas pelas profissionais do POASF.

<sup>17</sup> Dados obtidos a partir da leitura do Projeto do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, expedido em março de 2007.

<sup>18</sup> Entende-se por negligência "o ato de omissão do responsável pela criança ou adolescente em promover a necessidade básica para o seu desenvolvimento" (ABRAPIA, 1997). O abandono é considerado uma forma extrema de negligência, a qual pode significar a omissão em termos de cuidados básicos, como a privação de medicamentos, cuidados necessários à saúde, higiene, ausência de proteção contra as inclemências do meio (frio, calor), a não promoção do estímulo e condições para a frequência à escola. A identificação da negligência no nosso meio é complexa devido às dificuldades *sócio-ecônomicas* da população, o que leva ao questionamento da existência de intencionalidades. No entanto, independentemente da culpabilidade dos responsáveis pelos cuidados da vítima, é necessária uma atitude de proteção em relação a esta.

Atualmente o Programa dispõe de uma equipe multidisciplinar responsável pela aplicabilidade das medidas de proteção, deliberadas pelos órgãos encaminhadores, com vistas ao suprimento de necessidades básicas como: saúde, educação, alimentação, moradia e outras demandas, buscando a reorganização da dinâmica família a fim de garantir os direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelecidos no ECA. (BRASIL, 1990 *apud* VERCHAI, 2006)

Os objetivos específicos do Programa consistem em;<sup>19</sup>

- Conhecer as necessidades que a dinâmica familiar apresenta;
- Identificar as possibilidades de intervenção na rede de relações familiares, acionando os recursos para promoção da autogestão da família;
- Fornecer benefícios matérias;
- Promover a auto-estima e autoconfiança , bem como os direitos de cidadania;
- Estabelecer vínculo de confiança entre o profissional e a família, servindo de apoio a esta;
- Possibilitar condições à família para que possa assumir os cuidados e a proteção dos filhos;
- Possibilitar a inserção dos mantenedores das famílias no mercado de trabalho.

O POASF pauta-se no pressuposto de que "as relações familiares são de fundamental importância para os seres humanos, é nesse contexto que construímos nossa identidade, desenvolvemos o sentido do pertencimento, buscamos nossa segurança física, afetiva e emocional". Acrescenta ainda que, "em nenhum outro grupo se supera o valor da família no desenvolvimento de sua prole." (PROJETO DO POASF, 2007, p. 02)

Salienta-se que as dificuldades familiares em se organizar como "núcleo sadio" para o desenvolvimento de seus membros, na maioria das vezes, se faz apesar da escassez de recursos financeiros, caracterizados principalmente pela carência sócioeconômica, relacionada à privação de alimentação, habitação, educação, trabalho, saúde e outros fatores presentes na realidade familiar destes sujeitos.

---

<sup>19</sup> Dados obtidos a partir do Plano de Estágio Obrigatório I, realizadas precisamente no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – POASF, cumprindo com as exigências da disciplina Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório I – DSS 5126.

Vale destacar que é com a implementação do ECA que se estabelece a família como o centro e a base para a vida de crianças e adolescentes. Segundo Hack (2007), “essa valorização que a família recentemente vem recebendo nas políticas sociais se deve muito à situação de abandono, negligência e sofrimento de crianças e adolescentes, tornando premente a necessidade de propostas para enfrentar” (HACK, 2007, p. 57).

Para Miotto (2004), partindo do entendimento que a família é o local adequado ao desenvolvimento humano, com vista à superação de um "mal-estar infanto-juvenil", o enfrentamento deve ser por meio de programas denominados orientação e apoio familiar. (MIOTTO, 2004, p. 43)

Partindo do mesmo entendimento, o POASF se fundamenta em serviços de intervenção em "situações sintomáticas", pois suas ações são voltadas às famílias que sozinhas não conseguem solucionar suas demandas e seus desafios cotidianos, passando a demonstrar sinais de sofrimento.

Com o objetivo da superação deste "mal-estar infanto-juvenil", a atuação da equipe multiprofissional do POASF norteia-se para a busca e/ou consolidação dos laços familiares e a superação de carências sociais que permeiam o âmbito de suas relações, através de um plano de intervenção específico para cada situação posta.

O POASF, é composto por cinco assistentes sociais, duas psicólogas e quatro estagiárias do Serviço Social. Dispõe, ainda, de um auxiliar administrativo e um motorista, além da coordenação sob a responsabilidade de uma assistente social.

Entretanto, é importante salientar que o trabalho profissional do Serviço Social do POASF encontra-se prejudicado, tendo em vista a precariedade dos recursos financeiros, materiais e humanos. Além do espaço físico destinado às assistentes sociais, psicólogas, estagiários e auxiliar administrativo (um total de 13 pessoas), distribuídos em um espaço de 37,76 m<sup>2</sup>, onde cada profissional dispõem em média 2,5 m<sup>2</sup> para realizar sua atividade, é inadequado, fazendo com que o local de trabalho desses profissionais embora não apresente "agentes químicos ou biológicos nocivos à saúde" (Estatuto dos Servidores Públicos de Florianópolis, 2003) – se torne insalubre.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Informações retiradas do Trabalho de Conclusão de Curso de Jacson K. Verchai – 2006/1. As condições de Trabalho das Assistentes Sociais da PMF: O caso do POASF.



Também a ausência de materiais de expedientes e materiais para o apoio (cesta básica, materiais escolares, roupas, medicamentos, brinquedos, vale transporte, entre outros) deixam de ser eventualidade e tornam-se rotina no cotidiano das assistentes sociais do POASF, contribuindo para as precárias condições institucionais disponíveis na intervenção profissional do Serviço Social, embora estas desenvolvam estratégias que visam à garantia dos direitos destes sujeitos, além da integridade ética de sua atuação.

### **1.2.3. O exercício profissional do Serviço Social no POASF**

O processo de intervenção profissional do Serviço Social no POASF se dá após a notificação dos Conselhos Tutelares, quando as famílias são encaminhadas para o cumprimento da medida de proteção preconizada no ECA , em seus artigos 101 e 129.

O POASF tem definido alguns critérios de atendimento<sup>21</sup> que são verificados pela coordenação do programa, assim que são recebidas as guias de encaminhamentos, a saber:

- O encaminhamento deverá estar de acordo com o objetivo do Programa, quando isto não ocorre, a coordenação do POASF encaminha um ofício, comunicando que a referida demanda não condiz com a atendida pelo programa;
- São consideradas situações de risco: questões econômicas associadas a outros fatores como evasão escolar, hábitos de rua, envolvimento com drogas, conflitos familiares, violência psicológica e negligência, entre outros, que podem levar à crise familiar. Um fator de risco isolado não caracteriza o atendimento no POASF.

---

<sup>21</sup> São adotados critérios também para o desligamento de uma família do programa, a saber:

A não-adesão da família, verificada pelo técnico após três tentativas de contato; as famílias que não estejam dentro dos critérios de ingresso no Programa, citado acima; caso a família esteja dentro dos critérios e negar o atendimento, será comunicado ao órgão encaminhador, que deverá tomar as providências que julgar necessárias, após o prazo de 45 dias estabelecido pelo programa, para a manifestação deste órgão ante a situação; mudança de endereço, sem comunicação prévia ao programa, colocando-se em situação de paradeiro desconhecido; quando há mudança de município, é enviado ao Conselho Tutelar encaminhador a sugestão de que se a situação "problema" permanecer que se encaminhe ao Conselho Tutelar da cidade a referida medida de proteção. Quando há a superação das situações das quais as famílias enfrentam, expondo a criança ou adolescente em situação de risco; caso a família não demonstre motivação e interesse para a superação dos problemas após seis meses de acompanhamento, tendo esgotado as possibilidades de intervenção, e após a apresentação do caso em reunião de equipe, se optarem pelo desligamento da família, este será feito, podendo o prazo ser revisto, se dentro do prazo de elaboração do relatório social houver manifestação da família.

É preciso destacar que o programa trabalha com uma demanda reprimida, visto estarem, neste momento, 136 famílias à espera de atendimento. Todavia, são priorizados os casos de abrigos e casos representados<sup>22</sup>.

Ainda em relação à lista de espera, o atendimento que as famílias necessitam, em determinadas situações ou etapa de sua vida, muitas vezes demora tanto para se viabilizar que as próprias famílias resolvem, do seu jeito, situações que mereceriam estar inclusas no programa.

Quando se viabiliza o atendimento, os profissionais do Serviço Social partem do diagnóstico social e traçam o plano de intervenção para a família (ver fluxograma anexo 2). De forma pontual, destaca-se como ações cotidianas das assistentes sociais no POASF os seguintes procedimentos operacionais:

**1) O acolhimento<sup>23</sup>** é o primeiro contato realizado com a família e tem por objetivo “recebê-la”, esclarecer os motivos do encaminhamento e do desenrolar dos trabalhos, com o intuito de estabelecer, mesmo que preliminarmente, um vínculo com a família.

Ao receber a família, através da Guia de Encaminhamento, cada profissional faz a leitura minuciosa da guia de encaminhamento, sendo muitas vezes, pelas poucas informações presentes sobre a família, necessário o contato com a rede de atendimento<sup>24</sup> (escolas, centros de saúde, creches, Programas como o PETI, Sentinela, Liberdade Assistida, entre outros, Conselhos Tutelares, Juizado da Infância e da Juventude etc.), no sentido de buscar dados e informações acerca da família, de tal modo que estas informações possam subsidiar a elaboração do plano de intervenção do profissional ou ainda contribuir para diagnosticar demandas que não condizem com os critérios do programa.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> Os casos representados são casos que estão em lista de espera, e já foi requisitado atendimento, pelo Conselho Tutelar que os encaminhou, isto significa dizer que o conselheiro tutelar entra com uma ação de representação civil contra a PMF. Salientamos, que durante a construção deste trabalho esta priorização de casos em representação estava sendo revista pela comissão de revisão de metodologia em que prezava pela priorização de casos apenas em situação de abrigo, pelo fato dos conselheiros tutelares não seguirem um padrão para suas representações. O que gerava para o Programa situações constrangedoras, por acabar, devido o número insuficientes de profissionais, prestar o atendimento apenas de casos em representação.

<sup>23</sup> É preciso esclarecer que diante das transformações sofridas, no Programa, uma outra mudança inevitável foi à extinção, por falta de recursos humanos, do grupo de acolhimento, que era responsável pelo preenchimento deste formulário, ficando neste momento sob a responsabilidade de cada profissional do Serviço Social.

<sup>24</sup> Diante das mudanças metodológicas sofridas no POASF, principalmente durante a construção deste trabalho, o contato com a rede é o primeiro passo a ser feito, antes de estabelecer contato com a família. Ver Fluxograma, 2 anexo, para que o detalhamento metodológico atual fique mais claro.

<sup>25</sup> Nestas guias nem sempre ficam clara a demanda do encaminhamento, apenas pela leitura feita pela coordenação, antes de repassar o caso à profissional que será a responsável pela família. Salienta-se que o Programa não faz

**2) O acompanhamento** é feito através do atendimento social ou psicossocial, visitas domiciliares e institucionais, estudo social, ofícios, parecer social e situacional. Tem por objetivo, em conjunto com a família, contribuir para a "solução" dos “transtornos” familiares. Durante a etapa de diagnóstico, são realizados encaminhamentos e intervenções consideradas emergenciais. O plano de intervenção é apresentado à família, sendo estabelecido um “contrato verbal” de atendimento, para que a família sinta-se sujeitos deste processo em que agora se insere.

Com três meses do início do atendimento, após a fase do diagnóstico social, o caso é apresentado em reunião de equipe para o estudo social, bem como a cientificação dos encaminhamentos feitos até o referido momento, além do desligamento da família, caso não tenha se efetivado o atendimento. Este movimento é feito uma vez que parte do entendimento destas profissionais que a socialização dos dados pode garantir uma maior efetividade nas deliberações.

Nestes primeiros contatos com a família, através de ações socioeducativas, são realizadas orientações quanto à prevenção de doenças e uso de drogas, quanto aos papéis dos pais e responsáveis, quanto ao planejamento familiar, quanto à violência intra e extra-familiar e também questões relacionadas à educação e limites. Com base nas ações socioassistenciais, viabilizam-se os encaminhamentos para projetos extra-escolares, instituições que fazem parte da rede de apoio e/ou para concessão de benefícios, ou ainda para inserção no mercado de trabalho. O programa também pauta suas ações em ações socioterapêuticas, a mudanças de padrões de comportamento, a fim de tornar estas famílias mais protetivas.

Inicialmente, a família é atendida por uma assistente social e, caso esta perceba dificuldades emocionais no grupo familiar, solicita o atendimento de uma psicóloga<sup>26</sup>, passando o acompanhamento a ser prestado por profissionais da área de Psicologia e do Serviço Social, que intervêm para reorganização da dinâmica familiar, trabalhando nas relações familiares, bem como buscando a organização desta, com vista à superação de conflitos e outras indigências contra crianças e adolescentes.

---

diagnóstico social em específico e, sim trabalha com demandas já identificadas, de acordo com os objetivos do POASF.

<sup>26</sup> O POASF, bem como sua coordenação, entende que todos os casos são pertinentes para o atendimento multidisciplinar (Serviço Social e Psicologia), mas diante da escassez de profissionais da psicologia, é necessário obter estratégias para o este atendimento.

O trabalho é realizado através do acompanhamento social e/ou psicossocial, que se dá de forma individual e/ou familiar, sob a responsabilidade destas profissionais, tendo por objetivo identificar as demandas psicológicas, como traumas de infância ou distúrbios mentais. Tal identificação é necessária para os futuros encaminhamentos a serem tomados pelos assistentes sociais.

Os atendimentos psicológicos, socioeducativos e socioterapêuticos, são operacionalizados por meio do atendimento familiar e comunitário, de acompanhamentos em visitas domiciliares e institucionais pelas assistentes sociais. O acompanhamento socioterapêutico se dá por meio da terapia familiar sistemática, com atendimentos individuais e familiares, além de, quando necessário, serem feitos encaminhamentos para realização de laudos e/ou acompanhamento psiquiátrico para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), CAPS Infantil, CAPSad (consumo de álcool e outras drogas), e Instituto São José e Instituto de Psiquiatria (IPQ).

Hack (2007, p. 64) destaca que no ano de 2006, 66% das famílias atendidas apresentaram dificuldades emocionais em lidar com seus problemas cotidianos e com isso necessitaram de acompanhamento psicológico sistemático.

Através da equipe multidisciplinar, busca-se um trabalho que vá ao encontro da reorganização familiar, permitindo uma abordagem para que se elimine o risco familiar e social, bem como indiretamente o risco urbano ao qual está sujeito à criança e o adolescente.

Apesar de viverem em contexto marcados pela violência social e urbana, com grandes carências sócio-econômicas, estas famílias costumam apresentar melhoras significativas na estrutura familiar e nos cuidados dos filhos, tornando-se famílias mais protetivas, a partir do trabalho realizado por estas profissionais.

É principalmente neste processo de acompanhamento familiar, do qual fazem parte do plano de intervenção as visitas *in loco*, que o profissional de Serviço Social se depara com a violência urbana e a criminalidade, bem como seus dificultadores para intervenção destas profissionais, tema este, que aprofundaremos no item que se segue.

Porém, é necessário primeiramente conhecer o perfil familiar da população usuária do POASF, para a perceber a situação de violência social e urbana em que estes sujeitos estão inseridos.

Tais situações acredita-se que são/foram perpetradas e/ou agravadas pela ausência do Estado em suprimentos básicos e outros agravantes, posto que surgem como respostas

construídas historicamente através das inúmeras modificações políticas, econômicas e sociais, inerentes ao contexto brasileiro.

Portanto, o perfil familiar subsidia a afirmação em que os usuários do POASF são sujeitos e vítimas da violência social, imposta pelo sistema político e econômico vigente, e são sujeitos e vítimas das limitações e exigências impostas pela violência urbana e criminalidade.

Assim sendo, o seguinte item surge para elucidar e fundamentar o objetivo e a afirmação deste trabalho respectivamente. Em suma, julgamos importante compreender estes sujeitos e vítimas como inerentes de um mesmo processo.

### **1.3 O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO POASF**

#### **1.3.1 Apresentação dos dados mensurados**

Este item é fruto do levantamento de dados realizado nos meses de agosto e setembro de 2007 para traçar o perfil das famílias, com base no objetivo central, explícito no item anterior, almejando proporcionar também uma maior familiaridade com a realidade destes usuários, tornando-a explícita. Usaram-se como fonte os dados da Ficha de Acolhimento (anexo 3).

Importante destacar que, devido às mudanças na metodologia de atendimento no programa, estas fichas não possuíam um padrão único definido,<sup>27</sup> o que culminou em uma seleção de itens em comum a todas, uma vez que traçado o objetivo deste trabalho.

Nesse sentido, o item em tela utilizou-se de procedimentos metodológicos para alcançar seus objetivos, ressaltando-se que se trata de uma pesquisa descritiva, pois, de acordo com Gil (1999, p. 44), entende-se "como aquela que tem por objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis. [...] e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados".

Assim, partiu-se de um universo de 93 famílias em atendimento no período da pesquisa, divididas entre as cinco assistentes sociais, somando cerca de 18 famílias para cada profissional. E, a partir do critério de seleção para a delimitação do levantamento, obtivemos um percentual de

---

<sup>27</sup> Ressaltamos que os prontuários analisados continham modelos de ficha de acolhimento brevemente distintos uns dos outros, uma vez que o atendimento das famílias pode se estender por longo período. Todavia, em outubro de 2007, esta mesma ficha foi reestruturada a partir da discussão metodológica em reunião de equipe, re-formulação foi realizada por Michelle Leon Silvy. (ver nova formulação em Ficha de Cadastro. Anexo 4).

56,9% destes prontuários que continham a Ficha de Acolhimento preenchida com os dados almejados, o que significa que 53 famílias<sup>28</sup> foram analisadas como objeto desta pesquisa.

Lembremos que família, no entendimento do POASF, trata-se

[...] o grupo de pessoas que convivem no mesmo ambiente doméstico (espaço físico) e estão ligados por relações de consangüinidade (laços de parentesco) ou não, e podem compor diversos arranjos familiares. Na especificidade do Programa, o grupo familiar é sempre aquele que contém criança ou adolescente. (REUNIÃO TEMÁTICA, 2004)

Nesse sentido, a pesquisa agrega-se as palavras de Aboim (2003), citado por Lima (2006), em que define "a base para um agregado doméstico a co-residência, onde se dividem além do teto, os recursos e as funções (tarefas domésticas e responsabilidades)" (LIMA, 2006, p. 82).

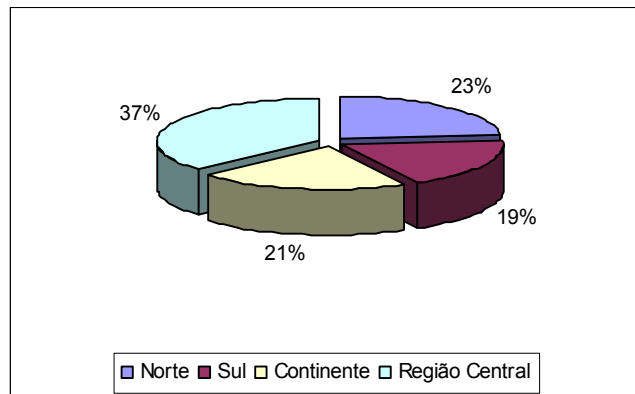
Contudo, com o intuito de demonstrar, ainda que minimamente, as características e condições desta população, com base nos objetivos já explícitos, é que se expõem, a seguir, os dados levantados com a primeira pesquisa realizada no POASF.

#### GRÁFICO 1 – BAIRRO EM QUE MORA<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Ver tabela com dados Apêndice 1.

<sup>29</sup> Foi dividido por região os bairros que apareceram na pesquisa, tais como: **Região Central:** Trindade, Saco dos Limões, Caeira do Saco dos Limões, Prainha, Agronômica, Morro da Penitenciária, Serrinha, Morro do Horácio, Santa Vitória, Centro e Morro do Mocotó; **Região Norte:** Saco Grande, Barra de Sambaqui, Ingleses, Vargem do Bom Jesus, Rio Vermelho, Barra da Lagoa, Costa da Lagoa e Cachoeira do Bom Jesus; **Região Sul:** Costeira do Pirajubaé, Tapera, Carianos, Rio Tavares, Campeche, Armação do Pântano do Sul e Ribeirão da Ilha; **Continente:** Coqueiros, Balneário do Estreito, Vila Aparecida, Morro da Caixa (Estreito), Monte Cristo, Chico Mendes, Abraão. Para uma noção mais abrangente dos bairros de atuação do POASF, consultar anexo 5, onde consta a lista de espera, com os bairros discriinados.

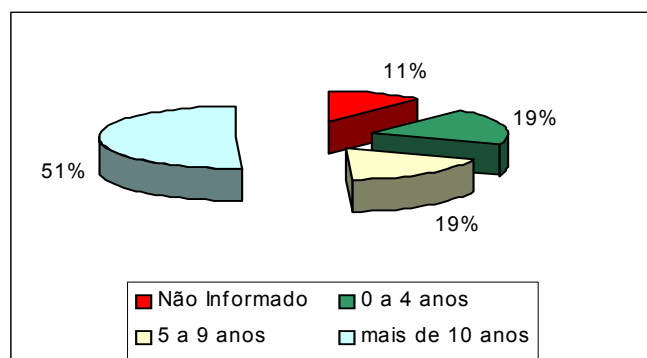


O gráfico acima nos indica que parte significativa das famílias atendidas, ou seja, 37%, mora na região central da cidade de Florianópolis.

Entretanto, não são menos expressivos os demais locais de procedência, o que na realidade reflete a distribuição espacial da população na capital.

Portanto, não há, neste período, uma região ou bairro em especial, de onde provenham os usuários do programa. Mesmo porque o cerne da questão não visa à quantidade de bairros visitados, para que este apresente um dificultador a prática dos assistentes sociais, mas sim, que estes bairros constituem-se como região de abrangência do POASF, e que possivelmente pelo "controle do tráfico de drogas", bastaria uma única família a ser visitada, para que se apresente tal situação.

GRÁFICO 2: TEMPO DE MORADIA NO BAIRRO/COMUNIDADE



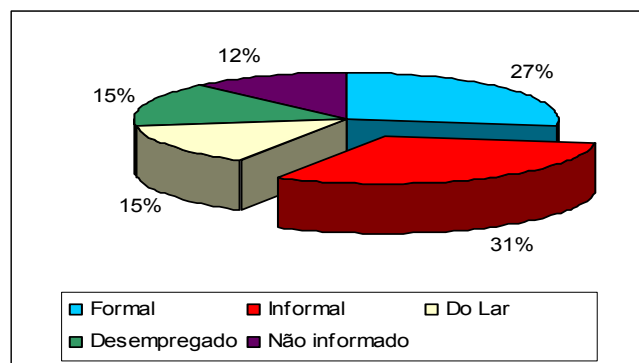
Quanto ao tempo de moradia no local de procedência, é significativo o percentual de famílias que habitam sua comunidade/bairro por mais de dez anos (51%), seguido de um

percentual de 19% dos que habitam entre cinco e nove anos. Isto nos indica que se trata de famílias que, mesmo que sejam migrantes, já se estabeleceram e "adequaram-se" às exigências do mundo urbano e à lógica que este impõe.

Se considerarmos que cinco anos ou mais de residência num determinado local é tempo suficiente para apreender/dominar o modo de vida do local, isto totaliza um percentual de 70% das famílias em atendimento no POASF.

Estes dados nos levam a considerar, ainda que preliminarmente, que as expressões da violência têm interface com a dinâmica perpetrada pelo mundo urbano, ainda que não seja um fenômeno exclusivo dele.

GRÁFICO 3: INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO



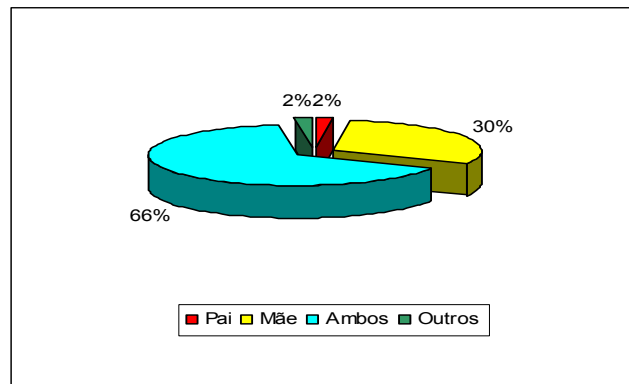
O gráfico acima informa que nas famílias atendidas no POASF, as expressões da violência, a priori resultante da violência social, elemento gerador que as levam ao programa, atinge principalmente famílias que estão no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal (58%).

Tal dado nos leva a indagar, a relação que isto informa, considerando as condições hoje vividas pelos trabalhadores no mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente quanto ao nível de instrução e qualificação profissional. Tais situações podem ser exemplificadas através das condições de empregabilidade, sobrecarga de trabalho, super-exploração, pressão psicológica e/ou moral que o envolve, dentre outros fatores que colaboram para o agravo da situação.

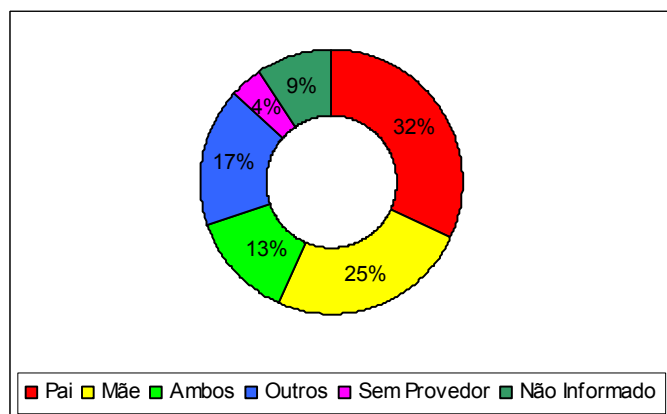
O gráfico que segue apresenta os responsáveis pela família, isto é, responsável pelo ambiente familiar, incluindo o cuidado com os filhos.



GRÁFICO 4: RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA



Mesmo com as novas configurações familiares já amplamente difundidas pela academia, constata-se, a partir do gráfico acima, que 66% das famílias em atendimentos são unidades nucleares, isto é, são famílias que se estruturam nos padrões tradicionais, salientando que se considerou família nuclear mesmo as recompostas, pois, apesar das mudanças de padrões, busca-se manter a estrutura – pai, mãe e filhos. Reiterando esta estrutura, o gráfico que se segue confirma esta análise, quando identificamos o provedor da família.

GRÁFICO 5: PROVEDOR DA FAMÍLIA<sup>30</sup>

Neste gráfico percebemos que o pai ainda se apresenta como o principal provedor (32%), seguido pela mulher (25%) e ambos (13%). Se somados as porcentagens, teremos um percentual

<sup>30</sup> Nesta pesquisa foram considerados, além de pais biológicos, padrasto e madrasta com relação aos filhos e enteados, a pesquisa não se ateve a distingui-los, já que não fazia parte deste estudo.

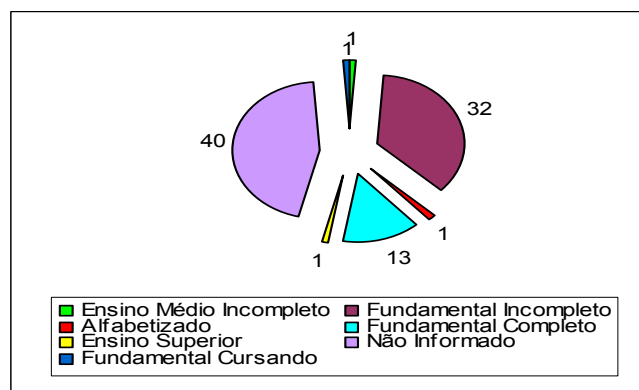
de 70% , confirmando os dados do gráfico 4, que apresenta ambos como os responsáveis no âmbito familiar, reiterando o modelo nuclear de família.

Entretanto, quando analisamos os dois gráficos, ainda que o pai se apresente como o responsável pela família, no que concerne em provê-la, a responsabilidade é praticamente de ambos, o que indica a necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho para a sobrevivência da família.

Todavia, mesmo com a inserção da mulher no mercado de trabalho, colocando-a como um dos provedores familiares, isto não é suficiente para tirá-la de condições econômicas críticas ou desfavoráveis.

O perfil econômico destas famílias traz dados importantes, quando mensuramos: a escolaridade, como pode ser vista a partir do gráfico 6; a faixa etária, outro item relevante que é conferido no gráfico subsequente; e a renda familiar, apresentada no gráfico 8. A combinação destes três itens nos indica, a partir do dado conferido no gráfico 3, que a inserção no mercado de trabalho se dá de forma precária diante das exigências do próprio mercado de trabalho, fruto da política econômica atual, expondo à mercê da sociedade este contingente da população que, certamente, exercem serviços braçais, mau remunerado, sobrecarregado e sem proteção social.

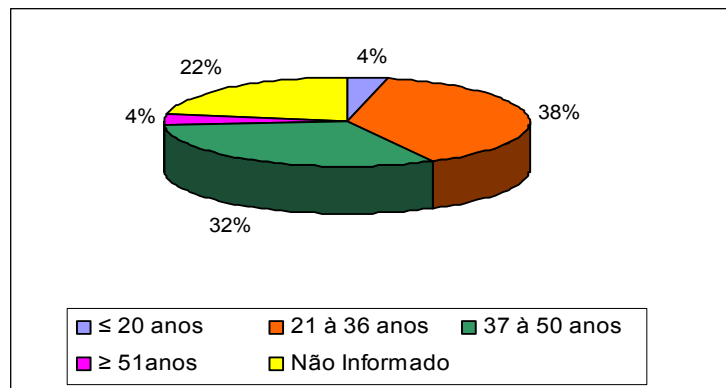
GRÁFICO 6: ESCOLARIDADE DOS RESPONSÁVEIS



Apesar do percentual "não informado" ser bastante significativo, 45%, o que corresponde a quarenta pessoas, podemos analisar que 36% dos membros adultos da família possuem o ensino fundamental incompleto, demonstrando que a baixa escolaridade é um fator presente na realidade

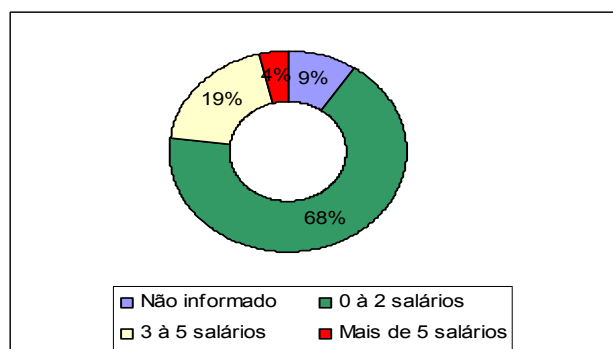
destas famílias, o que conseqüentemente reflete na renda familiar, mesmo porque são pessoas em idade laboral. Daí a importância de analisarmos a relação escolaridade X postos de trabalho.

GRÁFICO 7: FAIXA ETÁRIA DOS RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA



Percebe-se que os usuários do programa se constituem de uma população jovem, tendo em vista que 70% deste total estão entre 21 e 50 anos, exatamente em idade laboral. Porém, as mudanças sofridas no mundo do trabalho atribuem a esta população um outro dificultador: para o jovem, requerem experiência; para os que passaram dos quarenta anos, paira o "fantasma da aposentadoria", neste último caso julga-se importante destacar que não refere-se à aposentadoria formal, mesmo porque, para esta população em vulnerabilidade social, isto seja quase uma utopia, o simples descarte e substituição de mão-de-obra "mais velha por uma mais nova".

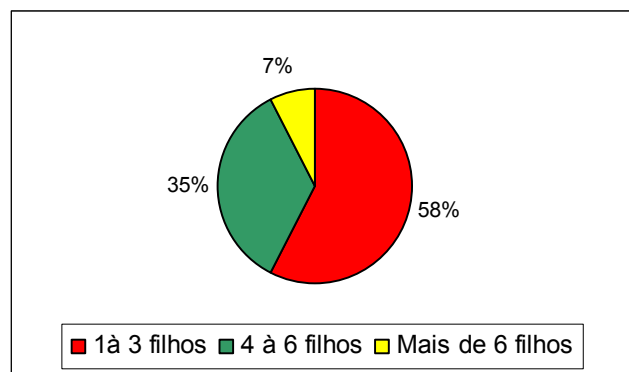
GRÁFICO 8: RENDA FAMILIAR



Já o gráfico anterior nos indica a inserção destas famílias no mercado de trabalho, cuja renda familiar predominante é de dois salários mínimos (68%), atualmente cerca de R\$760,00, valor insuficiente para subsidiar as necessidades básicas de uma família composta por nem sempre poucos membros, acarretando conseqüências as mais diversas possíveis.

O gráfico que se segue mostra-nos exatamente a quantidade de integrantes que compõem as famílias no POASF.

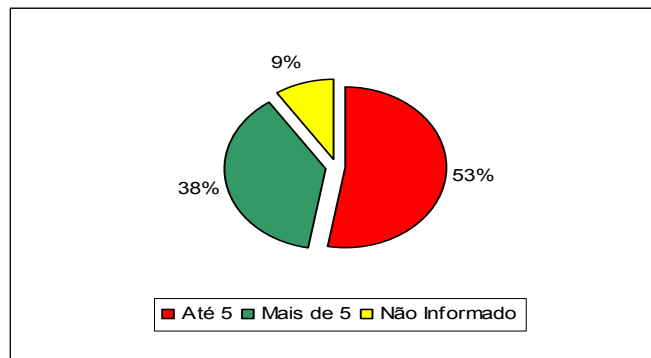
GRÁFICO 9: NÚMEROS DE FILHOS



Este gráfico indica que 42% do total de famílias atendidas no POASF possuem mais de três filhos, o que significa que no mínimo estas famílias são compostas por cinco membros; isto quer dizer que, se dividirmos o total do salário pelo número de membros, teremos cerca de pouco mais de R\$15,00 por integrante da família, caracterizando um valor insuficiente para assegurar direitos inerentes às crianças e adolescentes, tais como: educação, alimentação, vestuário, lazer, saúde e outros.

Estas dificuldades em se autogestar coloca a família em situação de vulnerabilidade social e exposta às armadilhas da violência urbana, impostas principalmente pelo narcotráfico (mas não somente), realidade constatada no cotidiano destas. Tal realidade tem rebatimento direto no exercício profissional. Já o gráfico abaixo revela que esta realidade pode ser ainda mais grave quando constatamos o número de pessoas que residem no domicílio.

GRÁFICO 10: NÚMEROS DE PESSOAS QUE RESIDEM NA CASA



Como podemos observar no gráfico em tela, o percentual que apresenta até cinco membros é de 53%, o que segue a lógica do gráfico anterior quando destina-se pouco mais de R\$15,00, por membro familiar. No entanto, observamos que 38% destas famílias são compostas por mais membros, o que reduz ainda mais a renda per capita destes usuários.

Estudos como o de Lima (2007) mostram que as famílias no Brasil em vinte anos reduziram o número de integrantes de 4,5 para 3,3 pessoas em média: [...] entre as famílias com maior poder aquisitivo, esse número cai para 2,6 pessoas por arranjo familiar,<sup>31</sup> enquanto para os mais pobres o percentual médio de membros por família ainda é de 4,8, elevando-se além da média nacional, o que corresponde à realidade das famílias atendidas no POASF.

Concluimos, a partir dos dados obtidos pela ficha de acolhimento, que o perfil das famílias atendidas no POASF, mesmo que na sociedade contemporânea haja modificações e conseqüentes transformações estruturais e de relações familiares, as famílias aqui analisadas não mudaram significativamente seu padrão. Ainda que os pais não sejam os pais biológicos, procura-se manter, como os dados nos revelam, o modelo tradicional de família.

Também constatamos que são famílias que possuem, ainda que superficialmente ou incertos, devido às exigências do próprio sistema capitalista, vínculo de trabalho, o que as colocam à mercê dos impactos do mundo do trabalho, da violência social e da violência urbana, atribuindo a estas famílias um peso significativo na dinâmica familiar e cotidiana.

Considerando tal realidade, expressada diariamente pela vinculação na mídia e meios de comunicação de massa, em que relatam um crescente território e proliferação do narcotráfico,

<sup>31</sup> Ver LIMA, E. M. **A proteção Social no âmbito da família:** Um estudo sobre as famílias do Bairro Monte Cristo em Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006, Florianópolis.

estes sujeitos sobrevivem entre uma linha tênue que os distingue, entre "criminosos" e "trabalhadores honestos", mesmo porque o ambiente latente a pressões, em que vivemos, nos impulsionam para ambos os caminhos - independente da classe social que pertencemos -, no entanto é atribuído à população de baixa renda o estigma, construído historicamente por ideologias culturais, que atribui a este segmento populacional a tarja "você certamente é criminoso".

Portanto, acreditamos e reiteramos a concepção que atribui a esta população o pertencimento como sujeito e vítima de um mesmo processo, apesar de se manifestarem por mazelas distintas.

Os dados ainda nos indicam que são famílias inseridas no mundo urbano e, devido ao tempo de permanência na comunidade, já absorveram a sua dinâmica, sendo ou não migrantes, um vez que este fenômeno, que ganha força no Brasil a partir da década de 1970, em que vivenciamos um intenso fluxo migratório, leva para o espaço urbano pessoas que ocupavam o âmbito rural. No entanto, estudos como o de Lima (2006) nos contempla com novos dados ao explicitar que

A cidade de Florianópolis, capital do Estado catarinense, vem desde esta década recebendo em seu território muitos migrantes. [...] as características da população migrante se diversificaram ao longo desses 35 anos, e hoje conforme tem mostrado a mídia nacional. As pessoas que chegam à cidade, em uma boa parcela, já não são migrantes do campo, mas dos grandes centros urbanos, que atraídos pelas vantagens de viver em uma capital, como melhor qualidade de vida e cercados por belezas naturais, estabelecem aqui local de moradia. (LIMA, 2006, p. 75)

Tais dados contribuem para indagarmos o que levam estudiosos a atribuir diretamente migração *versus* criminalidade. Na seção seguinte, iniciamos tal debate, para que, a partir dos nossos estudos, contribuamos para uma nova reflexão deste tema. Podemos afirmar, ainda que preliminarmente, tratar-se de um novo elemento para a profissão, uma vez que pouco nos debruçamos sobre este fenômeno da violência urbana e da criminalidade. E ao não refletirmos sobre ele, nos fragilizamos no enfrentamento desta expressão da questão social.

Diante do exposto, um novo elemento se coloca para o Serviço Social no trato com estas famílias. Além da violência social a qual os usuários do POASF são sujeitos e vítimas e que se materializa no cotidiano familiar, agrega-se um novo elemento - a violência urbana - aquela relacionada ao consumo e tráfico de drogas, ao narcotráfico, ao medo, à intimidação etc. O Serviço Social, ao intervir profissionalmente junto a estas famílias, depara-se no seu cotidiano profissional, com estas mazelas ainda não "amadurecidas" e absorvidas pela profissão, de forma a serem tratadas individualmente e não como uma patologia coletiva.

Assim, é acerca da violência urbana e da criminalidade que dissertamos na seção seguinte, apresentando também os dados obtidos com a aplicação de uma entrevista semi-estruturada, realizada com as profissionais do Serviço Social do POASF, em que se apontam quais as maiores dificuldades encontradas *in loco* nas áreas de atuação do Programa, bem como lidam com tal situação e quais os possíveis causadores deste processo de violência urbana.

## **2. VIOLÊNCIA SOCIAL, VIOLÊNCIA URBANA: UM TEMA QUE SE COLOCA PARA O SERVIÇO SOCIAL NO SEU EXERCÍCIO COTIDIANO**

### **2.1 VIOLÊNCIA SOCIAL – VIOLÊNCIA URBANA: AFINAL DO QUE SE TRATA?**

Esta seção propõe-se a trazer a discussão sociopolítica da violência social e urbana, bem como apresentar seu significado e conseqüências para a vida cotidiana dos sujeitos com os quais trabalhamos e, principalmente, para o exercício profissional.

É fato que o tema violência urbana não constitui “tema da hora” no serviço social, muito embora a prática profissional tenha como matéria-prima as distintas expressões da questão social, que se materializa no cotidiano dos usuários do serviço social. É no cotidiano destes sujeitos que as distintas particularidades da violência social e urbana se consolidam.

Também é fato que os profissionais de serviço social, em tempos mais recentes, vêm-se demandados a intervir em situações, fruto das profundas modificações do mundo do trabalho, política neoliberal e globalização dentre outros, para as quais não foram preparados, seja ao longo da sua formação, seja depois, em termos de qualificação. Junto a esta nova ordem mundial e seu ideário neoliberal, com seus desdobramentos e conseqüências, temos o crescimento da violência urbana, e profundamente emaranhada a esta, a criminalidade.

Assim, busca-se compreender do que se trata a violência urbana e a forma como esta vem impactando o exercício profissional. Mesmo porque, percebe-se presentemente, este como um dos desafios "na ordem-do-dia" para a profissão. Destarte, Iamamoto (2001, p.20) há quase uma década, coloca que "um dos maiores desafios que o Assistente Social vive na contemporaneidade é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano".

Com base nesta afirmação, as respostas que a profissão vem construindo é tema de maior relevância para o serviço social, seja porque compreender a realidade é o primeiro passo para uma intervenção profissional qualificada teórico-metodológica e ético-política, seja porque é fundamental colocar o debate contemporâneo como norteador da prática profissional.

Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2007), violência é a "ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força". Em se tratando do aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a



submeter-se à vontade de outrem; coação". (DICIONÁRIO HOUAISS *apud* [www.serasa.com.br/guiacontraaviolencia/violencia.htm](http://www.serasa.com.br/guiacontraaviolencia/violencia.htm), acessado em 18 outubro de 2007)

O que se constata hoje é que, como diz Odalia (1983, p.09), "a violência no mundo, parece estar tão arraigada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato relativo, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem". O autor faz esta reflexão a mais de duas décadas. Entretanto, esta é totalmente pertinente no mundo contemporâneo, talvez com manifestações ainda mais graves.

Afirmam também, Baierl e Almendra (2002, p.59) que a "violência, em todas as suas manifestações é hoje, sem dúvida alguma, o principal problema que estamos enfrentando. Deixou de ser um fator exclusivamente policial para ser um problema social que afeta a sociedade como um todo".

É preciso destacar que o conceito de violência é bastante amplo e de difícil definição, como bem aponta o artigo publicado pelo sociólogo Michel Wieviorka, intitulado *Violences em France* (1999), ao afirmar que "a própria noção de violência é difícil definir: variável no tempo e no espaço, ela é consequência de um sistema de representações e de percepção particular. O medo e a insegurança dependem ao mesmo tempo de fatores subjetivos e objetivos [...]".(WIEVIORKA, 1999, disponível em [www.ambafrance.org.br](http://www.ambafrance.org.br), acessado em 05 outubro de 2007)

Segundo o referido artigo, o campo que se deve considerar no entendimento da violência deve ser amplo, uma vez que esta se estende das violências urbanas às violências no seio da família, da violência pedófila às violências simbólicas das instituições ou do sistema econômico, ou seja, a violência tanto se mostra insidiosa ou manifesta, reprimida ou de impunidade garantida, tolerada ou estigmatizada.

Abordaremos aqui a violência na sua forma mais aguda, a violência urbana, entendendo que a compreensão desta, aqui trabalhada, se opõe a um conjunto de princípios que garantem a dignidade humana, a defesa da vida, a integridade física, a liberdade de expressão, de opinião, de religião e, principalmente, a garantia econômica e social de qualidade de vida, através da educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e outros, ou seja, a violência em consonância com a desigualdade social e suas "mazelas" urbanas.

A comunidade internacional de direitos humanos pontua o tema da violência urbana como consequência de uma série de violações de direitos, isto porque, para ela, violência é compreendida

[...] como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir-e-vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura). As formas violentas, tipificadas como violação da lei penal, como assassinato, seqüestros, roubos e outros tipos de crimes contra a pessoa ou contra o patrimônio, formam um conjunto que se convencionou chamar de violência urbana, porque se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades [...]. ([WWW.SERASA.COM.BR.2007](http://WWW.SERASA.COM.BR.2007), acessado em 18/outubro de 2007)

Compreende que a violência urbana não abarca apenas os distintos tipos de crimes, mas todos os efeitos que provocam sobre as pessoas e as regras de convívio em sociedade. Ela interfere na vida social, compromete a qualidade das relações sociais, e destrói a qualidade de vida das pessoas. Presente em todas as classes sociais distingue-se apenas pelas manifestações correntes desta situação.

Oliveira afirma que, nos dias de hoje, a violência atingiu proporções assoladoras e se agrava a cada dia, resultantes "da má distribuição de renda, do desemprego estrutural, da política neoliberal e da desorganização e da precariedade dos serviços prestados pelo Estado, não resolvendo os problemas estruturais e de segurança pública" (OLIVEIRA, 2004, p. 96).

Ainda que a violência não seja um fenômeno tipicamente urbano, como já destacado acima, para a sociologia mais tradicional, o processo de urbanização mostra-se como um dos principais fatores que gera a violência.

De acordo com estudiosos, no Brasil, a urbanização é um fenômeno da segunda metade do século XX, quando acontece o desenvolvimento da automação na agricultura, e conseqüente expulsão de grandes contingentes de trabalhadores do campo, transferindo-os para as grandes cidades. Seus habitantes vendem as pequenas propriedades ou as abandonam, bem como a seus empregos e dirigem-se para médios e grandes centros à procura de oportunidades de vida e trabalho.

Sem muitas perspectivas, estes migrantes acabam por ocupar áreas sem o mínimo de infra-estrutura urbana. As economias – quando as têm - são insuficientes para a aquisição de terreno, onde possam iniciar a construção de uma casa e se estabelecer para o desenvolvimento das suas famílias.

Também encontramos estudos que afirmam que o próprio espaço urbano é o causador desta violência. Segundo esses, nas periferias das cidades, sejam elas grandes, médias ou pequenas, cuja a presença do Poder Público é fraca, é onde o crime consegue instalar-se mais facilmente, visto tratarem-se de espaços segregados, sem infra-estrutura urbana de equipamentos e serviços (saneamento básico, sistema viário, energia elétrica e iluminação pública, transporte, lazer, equipamentos culturais, segurança pública e acesso à justiça) ou com infra-estrutura precária e insuficiente, e onde há baixa oferta de postos de trabalho. ([HTTP://WWW.SERASA.COM.BR/GUIACONTRAVIOLENCIA/VIOLENCIA\\_URBANA.HTM](http://www.serasa.com.br/guiacontraviolencia/violencia_urbana.htm), acessado em 25 outubro de 2007)

Entretanto, são diversos também os estudos de pesquisadores como Zaluar, Abranches, Caldeira, Adorno e outros que apontam os limites das concepções que explicam o aumento da violência urbana à questão da pobreza, da recessão econômica, da segregação dos espaços urbanos etc.

Abranches afirma que “as desigualdades e destituições de uma sociedade urbana como a brasileira certamente contribuem para a revolta e o ressentimento dos despossuídos e dos mais pobres. Mas, seria um erro imaginar que só as desigualdades e só as suas vítimas recorrem a formas de violências de inserção na convivência” (1994, p. 125).

Para Sérgio Abranches (1994, p.124-25), a violência urbana também é mais ampla que a criminalidade, estando associada à tensão urbana, às contradições sociais de convivência metropolitana, ainda que haja correspondência entre ambas.

Para ele, a violência urbana envolve formas de comportamento social desviante, transgressor e de rebeldia, que, embora possam levar a atos contra o patrimônio e a pessoa, previstos no Código Penal, não devem ser considerados como parte do mesmo gênero de ações que caracterizam a criminalidade. Constituem-se, pois, situações de violência urbana, (excluídos aqui do conceito de criminalidade) os arrastões, saques, as brigas de turmas, mesmo aquelas que envolvem extrema violência física e uso de armas, as pichações e ações semelhantes.

Para Abranches (1994, p. 125), “a violência urbana surge e se avoluma à medida que as cidades crescem e tomam-se mais complexas, mais dominadas pela multidão, produzindo mais solidão, mais anonimato e, ao mesmo tempo, mais espetáculo, por meio de uma mídia mais diversificada, em que pode sobrar um segundo de fama para os transgressores, revoltados e ressentidos ou até para as formas menos incisivas de diferenciação, todo tipo de esquisitos e exóticos”.

O autor corrobora com a compreensão de que as desigualdades, presentes na realidade brasileira, contribuem para a revolta das classes populares. Entretanto, considera um engano supor que somente a desigualdade e somente suas vítimas recorrem a formas violentas de inserção social. Outros extratos de classe também se valem da violência, tanto quanto os despossuídos.

Para Abranches, o que explica a presença mais escancarada do crime organizado, das quadrilhas criminosas e dos bandos delinquentes nas áreas populares e favelas é o fato de que estes se valem das carências destas áreas, que não têm capacidade de resistência, não conseguem obter segurança pública suficiente para evitar tais ações, e tampouco condições de mobilizar recursos privados de segurança, fazendo com que vivam prisioneiros do seu próprio espaço, submetendo-se à tirania destes grupos, não porque os considerem heróis, mas para não sofrerem represálias futuras.

Andréa Damacena e Edy Arnaud (2001, p.17) afirmam que a criminalidade tem novas características: há tempos se tornou organizada e ligada ao narcotráfico, tendo um enorme poder econômico e corruptor, além da cumplicidade direta de grande parte do aparato de segurança pública. Esta situação tem implicações diretas no cotidiano das classes populares, obrigadas a conviverem com uma realidade de ausência do Estado, tendo como consequência a crescente submissão ao poder “ordenador” do crime organizado e a barbárie nas relações pessoais e nas condições de vida.

Sérgio Abranches também, nesta mesma linha de raciocínio, é enfático ao afirmar que (1994, p.128) “a maioria da população das favelas em que se abrigam o crime organizado, as quadrilhas criminosas e os bandos delinquentes, vive com medo, vive em um regime de terror [...] a omissão da autoridade entrega as ruas e as favelas ao império da violência e da lei do mais forte. O “darwinismo social brasileiro” decorre do colapso das obrigações elementares do Estado no contexto social.

Para ele, violência urbana e criminalidade dividem pontos de partida comuns, mas constituem-se fenômenos ético e sociologicamente distintos. A dimensão social da violência tem um plano macro, dado pela institucionalidade vigente, e micro, pela estrutura da vivência nos bairros populares. Estas duas dimensões determinam as possibilidades sociais e institucionais para a violência e a criminalidade.

Para o autor, a mudança estrutural vertiginosa da sociedade brasileira, nas últimas décadas, trouxe em seu interior mudanças culturais (dentre outras) complexas. Mudanças estas que colocaram em xeque tanto as regras políticas quanto as regras de convivência. Para ele, ambas apresentam crise de legitimidade, com um ambiente alienante, seja em termos ético, político e/ou social: “há, claramente, um problema institucional, macro e micro, de enfraquecimento das barreiras morais, sociais, políticas e pessoais que restringem o cálculo da ação coletiva e individual ao que é legítimo e legal” (ABRANCHES, 1994, p. 144).

Outra autora que discorda da relação migração, pobreza, criminalidade é Alba Zaluar. Segundo ela, o aumento da criminalidade não é resultado direto do aumento da pobreza decorrente do processo migratório, mas, talvez, de uma série de elementos combinados tais como: novos arranjos familiares, novos padrões de consumo, novo “ethos” do trabalho, da filosofia do prazer e da felicidade imediatos, do sistema escolar, das políticas para crianças e adolescentes, bem como para o usuário de drogas, da crise institucional e da presença de organizações criminosas que cresceram e se fortaleceram a partir da década de 1980 no Brasil (ZALUAR, 1994, p. 90).

Segundo essa autora (1994, p. 93-94), as condições de vida das famílias urbanas empobrecidas que recorrem ao trabalho infanto-juvenil nas ruas colocam suas crianças e adolescentes em situação mais propícia à influência dos grupos organizados de criminosos. Entretanto, estudos efetuados pela autora indicam que a maioria permanece ao largo das atividades dos criminosos, ainda que convivendo com ela. Apenas parte destes terminam envolvidos pelas quadrilhas de traficantes.

Para Zaluar, baseada em Offe (1989), depois da Segunda Guerra Mundial, o hedonismo colocou o prazer, a felicidade e o lazer imediatos à frente das preocupações humanas. Vivenciou-se uma cultura da valorização do dinheiro, do poder, da violência, do consumismo, dos lucros altos e rápidos, tornando os jogos, as drogas, a diversão, como algo fundamental na vida de setores da população, principalmente o dos mais jovens. Isto tem relação direta com o crime

organizado, uma vez que muitas destas práticas são proibidas por força de lei, mas que propiciam lucros inigualáveis àqueles que se dispõem a negociar estes “bens”.

Também a forma como o tráfico se organiza mudou profundamente, principalmente a partir dos anos 1980, no Brasil. Não se trata mais de algo construído na base "familiar do grupo" de vendedores ou na relação pessoal dos consumidores, onde todos se conheciam, por serem relativamente poucos. Tal prática foi substituída por uma forma de “organização internacional complexa e muito bem montada, na qual conflitos comerciais, traições aos princípios e regras da organização ou questões pessoais são decididas pelas armas” (ZALUAR, 1994, p. 106).

A autora segue sua reflexão afirmando que

[...] o tráfico de drogas, organizado internacionalmente mas localizado nas suas pontas nos bairros mais pobres das cidades, além de criar centros de conflito sangrento nessas vizinhanças pobres, além de corromper as instituições encarregadas de reprimi-lo, também criou na população da cidade um medo indeterminado, aumentou o preconceito contra os pobres em geral, por tomá-los como os agentes da violência e auxiliou a tendência a demonizar os usuários de drogas [...] Mas o tráfico não conseguiria realizar tantas façanhas sem o estímulo fornecido a ele pela política repressiva que criminaliza o usuário de drogas ilícitas e o leva a cometer outros crimes mais graves porque atingem os outros. Sobretudo nos bairros pobres, ele tem tido efeitos trágicos na vida cotidiana. As relações entre vizinhos, entre familiares, entre usuários e não-usuário de drogas, entre bandidos armados e trabalhadores desarmados, as relações dentro de suas organizações vicinais foram profundamente afetadas. (ZALUAR, 1994, p. 107)

Para a autora em tela, a população das cidades, sejam elas médias ou grandes, profundamente afetada pela insegurança e pelo medo, produz uma outra imagem das classes trabalhadoras empobrecidas, estabelecem outras prioridades políticas, bem como outra imagem das instituições encarregadas de manter a lei e a ordem: o legislativo, o executivo, judiciário, como também da própria polícia.

Também a sensação de insegurança e medo se expressa de forma distinta nos diversos extratos sociais. Os efeitos mais visíveis da insegurança e medo são os muros, grades, cercas elétricas, corrida à segurança privada, condomínios cada vez mais, proporcionando opções inovadoras de lazer, de tal forma que seus moradores não precisem conviver com “estranhos”, mas, principalmente, o descrédito no trato com o outro e à participação democrática. Vemos uma

volta ao espaço doméstico e às relações familiares muito restritas e com poucos amigos e que, em última instância, se materializa no isolamento social.

Para Damacena e Arnaud (2001, p. 25), a classe média e média-baixa são as que se sentem mais ameaçadas, embora se verifique que na maioria dos casos isto não procede de experiências ou riscos diretos. Tendo como referência Tereza Pires Caldeira (1991), as autoras afirmam que freqüentemente a insegurança assume o valor de ameaça global ao seu modo de vida, ao seu lugar conquistado na sociedade, ao status e aos privilégios de que goza.

O medo imaginário, fruto do real, nas áreas mais empobrecidas, onde a população efetivamente pouco participa de práticas político-associativas, também favoreceu o crescimento enorme de seitas religiosas. Segundo Zaluar (1994, p. 115), “estas novas seitas e igrejas enfatizam a necessidade de destruir o diabo através de rituais de exorcismo praticados nos indivíduos que as procuram”. A solução para a questão é Cristo, e que todos precisam se converter e se salvar, inclusive o traficante, que não precisa ser preso. Não há saídas políticas possíveis nesta visão.

Nas comunidades e bairros populares é visível o abandono às formas de organização, como associações de moradores, grupos de mães, grupos de jovens e outras. Isto sem dúvida contribuiu para a presença maior do traficante local, inclusive hoje presentes nas associações de moradores, nos clubes de futebol, nas escolas de samba e outras formas organizadas.

Para as autoras, o medo se agrega à criminalidade, através de uma via simbólica, ou seja, surge da situação urbana de desorganização social, de alienação, de isolamento dos seus cidadãos. A vida cotidiana chega via meios de comunicação de massa, que “advertem” pelos telejornais e outros, como a criminalidade está presente no espaço urbano, indiscriminadamente, consolidando uma sensação de insegurança e medo muito mais associado às imagens do que à realidade efetiva.

Como diz Baierl (2004, p. 37), “a questão que se coloca é o medo condicionado socialmente e o uso que se faz desse medo. O medo tem sido utilizado como estratégia de manipulação para subjugar, controlar, escravizar e dominar as pessoas. Frente destas situações de uso do medo, as pessoas se sentem aterrorizadas, fogem do perigo ou se entregam”.

Refletindo sobre a correlação violência – medo, a autora afirma:

A violência, na forma como vem se constituindo na realidade, faz emergir o medo, que leva as pessoas a paralisarem e alterarem suas relações de ser no espaço que vive, em seus contextos individuais. O estranho potencialmente ou não, de acordo com as circunstâncias, é objeto de medo e provoca no sujeito reações de paralisação, de entrega ou de agressão. Isso vai depender, contudo, do conjunto das normas e regras tecidas nesses contextos e dos códigos aprendidos e internalizado pelas pessoas (BAIERL, 2004, p. 40).

Os profissionais de serviço social do POASF, que atuam nas áreas empobrecidas e favelas, em seu cotidiano convivem e lidam com as questões e conflitos gerados em torno da violência e da criminalidade, local e mais ampla. Ao mesmo tempo em que precisam estar atentos ao contexto dos usuários acompanhados, têm de lidar tanto com a insegurança e os medos sentidos pela população demantária de seu trabalho, bem como com seus próprios sentimentos.

Os programas sociais, desenvolvidos em espaços dominados pelos traficantes, de alguma maneira se confrontam com esta realidade de violência urbana e criminalidade. Em última instância, os profissionais que atuam diretamente em campo, são os mais afetados na sua prática profissional cotidiana. Como eles têm lidado em áreas urbanas, onde o tráfico existe, onde a lei não é a do Estado, mas destes grupos organizados? Qual o respaldo institucional dado a estes profissionais? Quais os dilemas éticos?

É disso que trataremos no próximo item, a partir da pesquisa empírica realizada junto a assistentes sociais do POASF.

## **2.2 APRESENTANDO A PESQUISA E INTERPRETANDO O RESULTADO**

### **2.2.1. Passos metodológicos: proporcionando a pesquisa**

Antes de apresentarmos o resultado da pesquisa, torna-se necessário explicar como chegamos a tais resultados, quem foi nosso público-alvo, o tipo de pesquisa utilizada e outros procedimentos metodológicos inerente a um trabalho científico.

Porém, salientamos que este trabalho parte de uma hipótese, "*o aumento da violência implica a atuação profissional*", esta entendida conforme os termos de Lakatos e Marconi (1991), como "uma suposta, provável e provisória resposta a um problema, cujo adequação (comprovação = sustentabilidade ou validade) será verificada através da pesquisa".



Por tratar-se de um Trabalho de Conclusão de Curso, consideremos que a idéia de pesquisa que melhor explicita suas características é a exploratória, que, conforme Lakatos e Marconi (1991), "são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com uma tripla finalidade: desenvolver hipóteses; aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; ou modificar e clarificar conceitos." (LAKATOS e MARCONI 1991, p.188)

Este trabalho deve ser considerado uma pesquisa qualitativa, por conter a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e o sujeito, conforme assinala Minayo

A pesquisa qualitativa se preocupa, nas Ciências Sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde ao espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p.21).

A coleta de dados envolveu primeiramente em limitar a população a ser estudada, o que concerne o público-alvo, são as cinco profissionais do Serviço Social, que comporta o corpo técnico do POASF, estes foram convidadas formalmente em uma das reuniões sistemáticas do programa, realizada no mês de agosto de 2007, na qual destacamos o profundo interesse destas profissionais em contribuir para a construção deste trabalho, mesmo porque foram unânimes em aceitar o convite.

Embora seja a pesquisa qualitativa o eixo do trabalho, são várias as formas de coletas de dados, como já pode ser observado na seção anterior, a qual, utilizamos o recurso quantitativo como elemento complementar. Segundo Lakatos e Marconi, essas formas variam de acordo com as circunstâncias ou tipo de investigação (1991).

Para a realização da referida pesquisa, produzimos um roteiro de entrevista que foram utilizado nos meses de novembro e dezembro de 2007, através da entrevista que, de acordo com Nogueira *apud* Gonçalves (2004, p.84), "é uma conversa orientada para um objetivo definido. Se expressa em uma situação social em que há interação entre o entrevistador e o entrevistado, não

só através da palavra, mas pela inflexão da voz, gestos, expressões, fisionomia, aparência e comportamentos".

A entrevista aplicada nos termos de Lakatos e Marconi (1991), configura-se como estruturada ou padronizada, que é "aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido [...]. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas de acordo com um plano" (p.197).

Utilizamos para tal entrevista, que durou em média vinte minutos, e posteriormente foram analisadas por categoria de resposta, as seguintes questões norteadoras (apêndice 2), para que pudéssemos entender como as assistentes sociais entrevistados compreendem e lidam com a questão da violência urbana.

- Para você o que é violência urbana? Na sua opinião, quem são os principais causadores desse processo?
- Como você se sente, como profissional, quando vai fazer visita "*in loco*", onde moram os usuários do POASF?
- No seu exercício profissional, você já *presenciou* ou *sofreu* alguma situação de ameaça, intimidação, perseguição, medo ou homicídio no atendimento, "*in loco*" ou na Instituição?
- Você tem encontrado alguma dificuldade em atuar nestes bairros por causa das manifestações da violência urbana e criminalidade ou pela própria ameaça à presença do Estado?
- Como o Serviço Social no POASF vem lidando com as situações de violência urbana no seu cotidiano do exercício profissional?

Julga-se importante, antes de apresentar tais resultados, falar brevemente sobre o perfil das profissionais entrevistadas, a qual poderemos ater-se à instituição formadora; o ano de formação destas profissionais; o tempo de atuação no programa pesquisado; dentre outros quesitos que julgamos necessário para uma maior análise sobre este resultado.

Durante a entrevista, a pesquisadora solicitou a entrevistada uma apresentação formal contendo: nome completo,<sup>32</sup> instituição formadora, ano de formação e área que já atuaram, isto para que os dados da pesquisa tornem-se ainda mais fiéis, além de contribuir com o processo de transcrição para que não haja "confusão" entre as falas.

Diante do exposto, obtivemos o seguinte perfil das entrevistadas: contamos com cinco profissionais do Serviço Social, todas mulheres, formadas pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, entre os anos de 1976 e 1999, e que atuavam em áreas distintas, mas sempre voltadas para a atenção da criança, adolescente e família. Destacamos o tempo em que atuam no programa, que varia em torno de dez anos (formada em 1994 e mestrado em 2006) e 9 meses (formada em 1998). Um outro ponto, que vale ressaltar é os vínculos empregatícios destas profissionais, sendo assim que das cinco AS, 4 (quatro) são concursadas e 1 (uma) é contratada pela empresa Associação Florianopolitana de Voluntariado (AFLOV). E acerca da pesquisa, destacamos o item seguinte para sua visualização.

### **2.2.2 Interpretando as características da pesquisa: dados da entrevista**

Entendemos, tendo como referência Iamamoto, que a capacidade de leitura e compreensão da realidade posta é condição necessária e fundamental para que o profissional estabeleça sua intervenção, bem como as alianças que se fazem necessárias aos sujeitos sociais envolvidos neste processo, sejam eles os usuários, profissionais, instituições e outros (IAMAMOTO, 2006).

E, para que possamos chegar ao objetivo almejado por este trabalho, esta capacidade de leitura faz-se necessária, uma vez que é a partir desta que pautamos nossa pesquisa.

Para refletir melhor sobre cada uma das questões propostas aos profissionais, nada mais próprio que trazeremos a fala dos profissionais entrevistados, e logo refletir sobre esta compreensão.

Sendo assim, ao serem perguntadas como se sentiam-se, profissionalmente nas visitas aos locais de moradia dos usuários do POASF, as respostas transitam por sentimentos que variam a

---

<sup>32</sup> Por uma questão de ética e normas institucionais, o nome das profissionais entrevistadas não pode ser divulgado. Desta forma, elas serão identificadas por números (1 -5), aleatório à ordem das entrevistas, bem como a ordem em que estão anexados os termos de consentimentos (anexo 6), o que impossibilita a identificação das profissionais.

partir das condições de moradia, de vida dos usuários, e ainda por sensação pessoal de apreensão, insegurança, medo, principalmente (mas não só) em se tratando de um primeiro contato.

Sentimentos que expressam sensação de impotência diante da realidade das famílias:

Olha... eu me sinto bastante incômodada, assim por ver, presenciar como que as pessoas vivem, quais as condições das habitações e ver que o Estado pouco o nada faz; que a gente não consegue, infelizmente, uma telha, uma caixa d'água, uma porta quebrada, enfim, não consegue ajudá-los na mínima condição de segurança e de conforto (AS 2).

Também estão presentes sentimentos que expressam insegurança diante de uma primeira visita *in loco*, considerando a “fama” que determinadas áreas de periferia da cidade têm:

Depende o lugar. Tem lugares que a gente se sente com medo mesmo... zonas consideradas de risco, áreas onde a violência é mais freqüente. Dependendo do local, por não conhecer, por não se sentir parte desse espaço, tu acaba ficando com receio... principalmente nas primeiras visitas. A partir do momento que a gente já conhece a área, já sabe onde que é a casa, já tem mais segurança do que acontece ali, aí já vai mais tranqüilo (AS 4).

Entretanto, por parte dos profissionais, sentimentos de insegurança, medo, permanecem, dependendo da realidade social em que vivem determinadas famílias atendidas:

Têm regiões que são bem complicadas... tu faz a visita independente da região, mas tu se sente, na verdade, temeroso... quando acontece algum episódio de ameaça ou tu chega numa região e está acontecendo uma batida policial, ou tem muita movimentação... se é Sexta-feira, tu já fica um pouco temeroso, então começa a pensar, sexta feira tem movimento né... é com o tempo de trabalho que tu vai pegando algumas coisas e vai passando por situações que tu acaba meio que se cuidando ... dependendo do dia e dependendo da região a gente toma mais cuidado. O horário também é algo complicado; dependendo do local a gente procura ir de manhã numa região, porque tem menos movimento ... até 5 horas no máximo, porque às vezes nos locais que têm movimento do tráfico, a gente atende famílias que às vezes têm um envolvimento, então tem uma

limitação de horários e de dias da semana que tu te sente um pouco mais... coagida (AS 5).

Procuramos compreender se tais sentimentos, sensações, eram frutos de situações vivenciadas ou apenas de relatos de terceiros. Assim, perguntamos aos profissionais entrevistados se eles têm encontrado dificuldades em entrar nessas comunidades por causa da crescente onda de homicídios, intimidação de traficantes, assalto, seqüestro ou até mesmo a ameaça à presença do Estado ou qualquer outra forma de violência urbana.

Pudemos perceber duas formas de dificuldades expressas pelos profissionais: a primeira, de ordem institucional: as pessoas não confiam no Estado, ou na efetividade das políticas que as alcançam. A política social que as alcança, em geral, é a política de segurança, e não com o objetivo de proteção a estas pessoas:

[...] pelo encaminhamento às vezes acontece de ter algum erro na digitação de número da casa, do nome da rua; daí tu vai tenta na comunidade, começa a perguntar pras pessoas, e claro, as comunidades geralmente são pequenas e eles se conhecem, mas ninguém conhece a pessoa porque eles não sabem ao certo qual o objetivo da visita ... eles não abrem, tu tem que descobrir por conta própria. Assim tu pergunta, mas com muita insistência, porque eles não abrem não (AS 1).

A segunda dificuldade se materializa na relação com a intimidação do tráfico e na criminalidade:

[...] em algumas comunidades tu tens que justificar a tua presença ali, dizer o que tu estás fazendo... onde que tu vais, sutilmente tu é questionado, né. Há comunidades que tu é acompanhada até o local que tu vai visitar. Isso é comum, principalmente na região dos morros (AS 4).

Procurando aprofundar a questão, perguntamos se no exercício profissional estas já haviam presenciado alguma situação de ameaça, intimidação, perseguição, medo ou homicídio

nos atendimentos. As respostas são unânimes na direção da realidade que circunscreve as famílias atendidas, como nos mostra o depoimento abaixo:

O clima e, às vezes, a própria família dizendo que está sendo ameaçada. As vezes eles têm um pouco de receio de vir conversar com a gente, porque há uma ameaça por trás, porque se eles tão trabalhando... no tráfico, alguma coisa, então ... eles não podem se abrir muito entende? (AS 1).

Há ainda, segundo nossas entrevistadas, aquelas famílias que, mesmo não estando envolvidas com o tráfico, sentem-se inseguras em falar da realidade que vivem no seu cotidiano de moradia:

Elas evitam falar a respeito, e quando falam geralmente ... não é no local, na casa percebo assim que elas têm mais dificuldades de se abrir. Às vezes na sede do Programa elas falam mais, abrem mais, porque colocam situações que vivenciaram e tal, pedem opiniões do que deve fazer, mas muitas não gostam... nem de tomar uma posição quando presenciam alguma coisa de violência na comunidade... até porque temem ter que sair da comunidade... num atendimento meu ... é bem recente, ela me colocou assim: “eu tenho minhas brigas com o meu marido, mas eu jamais posso chamar a polícia no morro”. Por quê? “Porque se eu chamar a polícia eles vão tomar a minha casa, eu vou ter que sair da minha casa na mesma hora”. Então eu não posso chamar a polícia pra ... nenhuma ocorrência assim, nem um filho que de repente esteja mal, alguma coisa assim não pode chamar, são proibidos (AS 3).

É do cotidiano das assistentes sociais do POASF conviverem com situações de ameaça, intimidação ou medo no atendimento “*in loco*” ou mesmo na Instituição, como nos mostram os relatos abaixo, ainda que esta ameaça nem sempre seja direta ou explícita:

Já senti medo, já me senti insegura ou ameaçada por situações trabalhadas em determinadas famílias, quando nessas famílias têm algum usuário de droga... no momento em que eles tão sob efeito, podem se tornar perigosos. Já tive umas três situações assim do usuário me ameaçar, um abertamente, telefonou pra cá e disse que ia me pegar.... mas tava sob efeito da droga (AS 2).

Também é do cotidiano destes profissionais depararem-se com o comércio de drogas, serem interpeladas e controladas onde vão:

Já cheguei numa comunidade que ... tava tendo batida e aí na hora eu disse: não hoje não dá pra fazer visita porque esta tendo batida policial e aí fica complicado porque pode ocorrer algum tiroteio. Eu nunca vi tiroteio, mas eu já entrei num beco desses e na ponta do beco tinha um jovem que me mostrou... uma arma; ele simplesmente levantou a blusa e mostrou. Eu não sei que atividade ele tava fazendo lá e voltei. Já encontrei outras situações, de entrar em uma determinada comunidade e tentar subir num morro e a pessoa parar na tua frente e perguntar onde você vai, com quem quer falar, com qual família e também de janelas assim, não da pessoa te ameaçar diretamente mas tu olhar numa janela e tu ver a pessoa com uma arma na janela assim, tipo meio que mostrando o domínio da região. E também já fui assessorada em visitas por pessoal que controla a comunidade, de perguntar quem eu tava procurando, dizendo “ah, então eu te levo até aqui” (AS 5).

Diante da realidade vivida por profissionais no seu cotidiano, fez-se necessário durante a entrevista perguntamos como é atuar em áreas onde a presença do Estado é *praticamente ausente*, Estado mínimo, sendo esta uma profissional que representa o Estado (este procedimento foi realizado no pré-teste, realizado com a primeira entrevistada que foi selecionada por ter, naquele momento, nove meses de atuação no POASF).

Ao longo de toda a entrevista, esta foi a questão que mais as entrevistadas tiveram dificuldade em formular uma resposta. Aqui constatamos respostas diferenciadas, o que nos leva a supor que nem sempre o profissional se dá conta que está representando o Estado, no caso a PMF, tampouco partícipe de um trabalho coletivo, organizado pela Instituição contratante.

Percebemos que a profissional nem sempre compreende o contexto institucional onde esta inserida, muitas vezes limitando-se à abrangência do Programa, isto significa dizer que seria interessante partir de anseios e dificuldades particulares para objetivar respostas coletivas e amplas, a fim de proporcionar à categoria profissional respostas certamente ansiadas por demandas em comum. Quero dizer que provavelmente outros profissionais encontram

dificuldades para atuar nestas mesmas áreas e também buscam por respostas que facilitarão a atuação.

Algumas vezes a gente tentou puxar essa discussão ... de ver que esta violência está crescendo de ela impedir de certa forma a presença do Programa, e também ela ser uma ameaça, não só para os objetivos do Programa, mas também por ela atingir a população como um todo. A gente tentou puxar discussões com o Conselho Municipal de Direitos, com a Gerência da nossa Secretaria, tentando buscar ações que fossem possibilitar uma eficácia maior do atendimento a essa população dentro até da Segurança Pública. Mas nós não tivemos sucesso ... acho que o Programa não tem nenhuma atuação nessa linha assim de buscar esse trabalho, até porque se entende que essa não é uma função nossa. A gente leva a discussão, mas não é nossa função resolver, né... (AS 4).

Fica a impressão de que se trata de uma questão mais ampla, fora da alçada profissional, de competência de outros setores da sociedade ou mesmo do Estado, a busca de soluções. O que, segundo Yamamoto, temos que romper, tornando-se " importante sair da redoma de vidro que aprisiona os AS numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como pre-condições para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrindo alternativas de ação". (IAMAMOTO, 2001, p. 20)

Também encontramos aquelas que entendem que a ausência do Estado, ou sua presença pouco significativa, é um elemento dificultador no que diz respeito a soluções para a diminuição da violência urbana e a criminalidade:

[...] é difícil assim quando a presença do Estado é ausente, porque na verdade ... eles esperam que tu leve alguma coisa que vá contribuir naquela comunidade, e na verdade às vezes tu vai pra atender específico uma família, então é bem complicado... quando a prefeitura tá negligenciando o atendimento naquela área... porque tu conhece a realidade, a necessidade daquele ambiente, mas depende das políticas, tem o profissional que tá intervindo ali, a gente pode tá trazendo pros Conselhos pra discutir, mas efetivamente lá, naquele local tu não consegue dar uma resposta imediata. Então a orientação é que se reúnam, que participem dos Conselhos Comunitários, é o que a gente falava pra comunidade, mas é bem complicado sim nos territórios, nas localidades que são desprovidos (AS 05).



Procuramos também entender qual a compreensão de violência urbana que orienta as profissionais de serviço social no POASF, bem como os fatores geradores desta. No geral as nossas entrevistadas entendem que a questão da violência urbana tem relação direta com o desemprego, a educação, pobreza, as desigualdades, a globalização, enfim, a situação política e econômica do País capitalista.

Eu acho que é toda questão do capitalismo né ...da política, eu acho que envolve muita coisa. Então a violência vem daí; a desigualdade, o desemprego, as questões sociais, tá tudo relacionado, e principalmente esse sistema capitalista que a gente vive hoje (AS 03)

Identificam ainda como elementos geradores da violência urbana: o tráfico de drogas, a insegurança, a marginalidade social.

Uma das nossas entrevistadas pondera que talvez a educação aliada à cultura hedonista também sejam fatores que contribuam para o aumento da violência urbana:

[...] eu vejo que a questão da desigualdade econômica, ela gera muito mais a violência, porque as pessoas elas acabam trabalhando em atividades ilegais por conta de ter uma renda né ... Trazendo pros jovens de hoje o que tem de atrativo pro jovem numa comunidade, que a escola não é atrativo, é o poder de ter dinheiro, de ter um tênis mais caro; hoje tu vai comprar um tênis que vai te dar um poder na sociedade de consumo ... que te dá status. E como que tu vai ter isso né... não é simplesmente sair portando uma arma que vai te dar status, mas roupa que tu usa, o local que tu frequenta, a marca que tu vai utilizar, então assim, eu acho que esse empoderamento dos bens de consumo que vai gerando, eu acho que aumenta mais essa criminalidade... o tráfico é uma oportunidade que gera bastante dinheiro[...] Não é só isso, eu acho que a violência como um todo, nos estádios de futebol , [...] o movimento de punks, skinheads, eu acho que isso é uma outra coisa bem complicada [...] idéias muitas vezes canalizada e individualista que acabam trazendo preconceito, discriminação, então eu acho que hoje a violência urbana ela tá envolvida em tudo isso, independente da classe [...] eu acho que é uma cultura que vem se desenvolvendo por conta dessa sociedade imediatista ... o valor, o respeito pela vida humana, o respeito pela vida do outro [...] Eu vejo a dificuldade econômica sim, mas eu vejo a questão também da família, da sociedade, a forma de criação dessas, e o nível de stress dessas pessoas por conta dessa sociedade de consumo, de pagar conta, e de ter salário, e de ficar desempregado, então eu acho que esse ritmo de vida

que a gente vem levando hoje ele leva as pessoas a um stress e que acaba gerando muito mais violência (AS 05).

Fechando a pesquisa de campo, perguntamos às entrevistadas como o Serviço Social no POASF vem lidando com as situações de violência urbana no seu cotidiano profissional, uma vez que entendemos que a leitura da realidade vai imprimir a direção do processo de intervenção profissional. O que constatamos na fala de quase todas as entrevistadas é que apesar da violência urbana e da criminalidade, ainda conseguem desenvolver seu trabalho profissional. Mas admitem, é paliativo. Pouco pode ser feito na perspectiva da prevenção:

[...] agindo como extintor de incêndio; a gente corre atrás do prejuízo. Infelizmente não se consegue fazer nenhum trabalho preventivo... até porque o Programa é uma medida de proteção e a gente tá sempre correndo atrás de reduzir os danos. Eu não vejo que o POASF tenha muita condição de... fazer muita frente a essa questão da violência. A medida em que a gente conversar com uma mãe, fortalecer ela do papel dela, orientar ela nesse papel de mãe, talvez até consiga fazer o mínimo de prevenção [...] Diretamente com a família pra enfrentar a questão da violência não, e eu diria mais diretamente até com a mãe, que é a figura que a gente consegue ter mais acesso, consegue dialogar mais, consegue até ter um retorno maior do que com a figura masculina (AS 02).

A partir dos dados da pesquisa aqui apresentados e dos elementos teóricos trazidos neste trabalho, é importante destacar algumas reflexões no sentido de problematizar o tema aqui por nós escolhido: violência social, violência urbana – um tema para o serviço social, visto que desafios são postos para a profissão. Abaixo faremos algumas considerações acerca destes desafios, à guisa de conclusão.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo norteador desta construção científica e reflexões sobre este estudo, subsidiadas pelo resultado da pesquisa empírica, e embasadas teoricamente, pontuaremos em nossas considerações, o que interpretamos como desafios contemporâneos impostos à profissão, diante das manifestações de violência urbana e criminalidade.

Salientamos que este trabalho visa contribuir para uma reflexão mais aprofundada do tema, a partir dos questionamentos já mencionados, e para que estes fomentem maiores discussões sobre o mesmo, com o intuito de contribuir para a construção de respostas ao exercício profissional em particular.

Acreditamos que a compreensão da realidade, seja institucional ou social, é o ponto fundamental para que possamos analisar o contexto sob uma ótica mais ampla, e desenvolver uma visão crítica da realidade em que tantos os sujeitos quanto os profissionais, em destaque o assistente social, desenvolvam ações e/ou atuem sob a égide transformadora de tal realidade, partido de demandas individuais pertinentes a sua atuação profissional, tratando-se do Serviço Social, para repostas e respaldos coletivos.

Diante deste entendimento, acreditamos que entender os processos políticos, econômicos e sociais do passado são essenciais para a compreensão e, quem sabe para as soluções do futuro. Mesmo porque são através destes reflexos históricos que se emoldura, a concepção da sociedade contemporânea, tornando-se notório que, devido à escassez de investimentos em setores como a educação, saúde, segurança, habitação, transporte, lazer, e outros, agravou-se o índice de violência na atual conjuntura.

Este baixo investimento atrelado aos avanços tecnológicos, gerados pela globalização, oportunizou a criminosos tornarem-se grupos organizados e constituir um poder paralelo que aprimorou-se e instalou-se em áreas mais vulneráveis socialmente, decorrentes da ausência do estado, gerando na população diretamente envolvida um sentimento de indignação misturado ao de revolta.

Nossos estudos também revelam que estes sentimentos são mantidos, uma vez que, a partir de ações isoladas deste segmento organizado, reflete a esta população o estigma de "criminoso" e "bandido", muito bem "teatralizado" pelos meios de comunicação de massa. Isto gera conseqüências sociais graves principalmente no que diz respeito à aquisição de um emprego, o que contribui para o inchaço e a formação de um/outro exército de mão-de-obra excedente.

Claro que este processo é fruto também de outras manifestações, dentre as quais se destaca a atual política econômica, que impulsiona estes sujeitos a várias conseqüências, dentre elas, à informalidade no emprego, que junto a outros agravantes geram inúmeras conseqüências.

A revisão bibliográfica aqui apresentada nos mostrou que o processo de urbanização acelerado, agregado à atual política econômica, na era da globalização, gera fortes aspirações de consumo, dificuldades de inserção no mercado de trabalho (desemprego estrutural – subempregos) e conflitos de valores, pontos que certamente não podem ser **descartados**, por colaborarem com o quadro de violência urbana atual, sendo assim são **destacados** como variáveis que concorrem para a configuração do quadro de criminalidade e narcotráfico.

Assim, o presente trabalho entende que a violência urbana é um fenômeno amplo, de caráter social e cultural, e suscetível a várias manifestações, como por exemplo, a criminalidade. Como já destacamos, Sérgio Abranches e Alba Zaluar, afirmam que violência urbana e criminalidade são manifestações distintas, ainda que uma seja proveniente da outra. Para estes autores, a violência urbana é algo bem mais amplo que a criminalidade destacando a última, como um fenômeno cultural, proveniente de uma cultura hedonista, em que o prazer pessoal e individual estão acima e a frente dos sentimentos do outro, isto no nosso entender, significa que o ser humano perdeu o respeito pelo próximo, e ainda pior, por si mesmo e pela sua própria vida, cultura esta que a valorização do dinheiro e do status pessoal estão acima das preocupações humanas.

Desta forma, os dados da pesquisa de campo nos permitem pontuar três desafios para a profissão:

- a importância de se compreender a violência urbana dissociada da criminalidade (certamente influenciada pelos meios de comunicação e pela alienação gerada por ações institucionais burocráticas, imperceptíveis aos próprios olhos);
- a importância de se perceber como parte da estrutura institucional a qual, na execução de programas e projetos, é um profissional que fala e representa a Instituição. Com isto, se alteram as compreensões da questão da intimidação impetrada por traficantes, não como algo particular da pessoa, mas uma intimidação dirigida à Instituição representada, e que portanto, precisa de resposta institucional;
- o desafio de colocar o tema da violência urbana e criminalidade na pauta das discussões institucionais, para que a saída seja institucional. Aqui ressaltamos, também, a

importância deste debate iniciar-se na academia, pois atualmente não dispomos no conjunto da grade curricular tal tema.

Importante frisar que não é possível tratar um tema como a violência (social e urbana), como define Silva (2004) de forma isolada e pontual. Este trabalho sugere que a formação continuada seja um constitutivo do exercício profissional, de tal forma a se construir aportes teóricos de compreensão da realidade vivida cotidianamente na profissão, que nos possibilitem construir saídas para enfrentar tais desafios decorrentes do mundo moderno.

Corroborando com Iamamoto (2001, p.21), finalizamos nossas reflexões, uma vez que acreditamos que estas ações só poderão ser executadas quando houver a "*ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego.*" É fundamental compreender-se como um profissional com "*competência para propor, para negociar com as instituições seus projetos e defender seu campo de atuação, suas qualificações e funções profissionais*".

Concluimos, pautados no trabalho ora apresentado que as manifestações da violência urbana e criminalidade são o resultante de um processo político, ideológico e social, construído historicamente, gerado pelos conflitos de interesse. E esta compreensão leva-nos a entender o tema para além do patamar explicativo que o relaciona diretamente à pobreza, sem desconsiderar que esta é uma expressão da violência e constitui-se também uma das manifestações da questão social, ou seja, as desigualdades e o não-acesso à riqueza e à cidadania.

Julga-se necessário ainda, pontuar que vivemos e vivenciamos leis inaplicáveis, um sistema presidiário insociável, políticas públicas e sociais seletistas e focalizadas, além de um sistema de segurança arcaico o que "não basta apenas prender bandido", é preciso trabalhar, segurança pública, profissionais e sociedade, com o intuito de reduzir danos, tentando resolver o "problema" e angariando respostas.

Contudo, nosso trabalho também indica que a violência urbana e a criminalidade são também um fator cultural, e que profissionais como os Assistentes Social precisam cada vez mais compreender estes fenômenos para estarem aptos a lidarem com o mesmos.

Desejamos que este trabalho sirva de subsídio para a reflexão da categoria profissional, bem como da própria sociedade, a fim de contribuir para a construção de uma ótica distinta daquela posta pelos meios de comunicação de massa ou pelo senso comum, do que se entende

por violência social, violência urbana e criminalidade, e assim contribuir para que as respostas sejam construídas coletivamente.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In: **Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana: O Governo ausente: violência e criminalidade urbana (Segunda Parte)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p.124-157.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192p.

ADORNO, Sérgio. Ética e Violência: adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. V; SPÓSITO, M. P. (org.). **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 97-111.

\_\_\_\_\_. Debate sobre a violência. <http://www.iedc.org.br/pública/dialogando/sergioadorno.htm> - acessado em 23/08/07.

ALENCAR, Sandra R. S. A. Condições institucionais e exercício profissional – **Desafios postos para o Serviço Social na efetivação do Programa Sentinela no município de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2007.

AUTOR DESCONHECIDO. A arte de governar crianças: **a história das políticas sociais, da legislação e assistência à infância no Brasil**, (org.) Francisco Piletti, Irene Rizzini, Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, 48p.

ASBLASTER Anthony. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Violência. Disponível em: [www.serasa.com.br/guiacontraviolencia/violencia.htm](http://www.serasa.com.br/guiacontraviolencia/violencia.htm) acessado em 18 de outubro de 2007.

BAIERL, Luzia F. Medo Social – **da violência invisível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 224p.

BAIERL, Luzia F. ALMENDRA, Carlos A. da C. **A dinâmica perversa do medo e da violência urbana**. In: Serviço Social & Sociedade, nº 70, ano XXIII, Florianópolis: Cortez, julho 2002. p.59-74.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1993.

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993. p. 605-614.

BOBBIO, Nôberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranca. **Dicionário de Política**. Volume 2, 11ª edição: Unb, [19?].

BRAVO, Maria Inês Souza. Prefácio. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRUM, Rosemary; CENTURIÃO, Luiz R. **A violência contra os excluídos**. Humanas: revista do IFCH – UFRGS, Porto Alegre: v.16, n.2, jul./dez., 1993. p.49-66.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família Brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília, 1993.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**. Uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

COSTA, Teresa H. B. S; LIMA, Rochelly E. **Questão Urbana e Serviço Social**. Disponível em: [www.cearahperiferia.org.br/oktiva.net/anexo/5960](http://www.cearahperiferia.org.br/oktiva.net/anexo/5960) - acessado em 26 de julho de 2007.

COSTA, Adriana da. **Formação profissional e mercado de Trabalho: o que pensam os egressos do curso de Serviço Social da UFSC**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, 94 f.

DAMACENA, Andréa; ARNAUD, Edy. **Violência no Brasil: representações de um mosaico**. In: Violência, sociedade e cultura. Cadernos CERIS, ano 1 nº 1. Rio de Janeiro: Vozes, abril de 2001. p. 07-34.

FERREIRA, A.N. Segurança e Violência Urbana. In: **Revista de Cultura IMAE**, ano 2, número 6 e 7, jan./jun., São Paulo: 2002.

FILHO, Manoel Alves. **Tecnologia é ferramenta na investigação da distribuição espacial da criminalidade em Campinas**. [http://www.alunosonline.com.br/barra/index.htm?url=http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/abril2004/ju249pag12.html](http://www.alunosonline.com.br/barra/index.htm?url=http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2004/ju249pag12.html) - acessado em 06/08/07.

FRAGA, P. C. P. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção da violência contra jovens. In: **Política Social, Família e Juventude/ Uma questão de direitos**. SALES, M. A.; MATOS, C. M.; LEAL, M.C. (org.). Rio de Janeiro: 2001. p. 81-164.

GUIA CONTRA A VIOLÊNCIA. <http://serasa.com.br/guiacontraviolencia/violenciaurbana.htm> - acessado em 25/10/07.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. ed. 3. São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



GONÇALVES, Ana Paula G. **As características das famílias chefiadas por mulheres no POASF da PMF**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

HACK, LÍlian. **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar**: Novos desafios frente ao Sistema Único de Assistência Social. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2007.

HALFPAP, Dulce Maria. **Alguns fatores de deterioração social no processo produtivo num ambiente de violência urbana**. Dissertação de Mestrado Engenharia de Produção. Centro Tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Florianópolis, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> – acessado em 10 de outubro de 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998. 326p.

\_\_\_\_\_. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: módulo 1: **Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999. p.112 -126.

JUVENTUDE E SERVIÇO SOCIAL: algumas **reflexões para a prática profissional na contemporaneidade**. Disponível em: <http://www.ccsa.ufrn.br/anais/ixseminario/dados/GT26/comm2606.doc> - acessado em 26 de julho de 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS). Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Legislação Suplementar

LIMA, Eliéte M. **Famílias e Programas de Atendimento a Crianças e Adolescentes**: uma relação que está em construção. Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialização no Curso de Pós Graduação em Metodologia de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco do Centro de Ciências da Educação – FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Proteção Social no âmbito da família**: Um estudo sobre as famílias do bairro monte cristo em Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006.

MADEIRA, Kátia Regina. **As Conferências Municipais de Assistência Social de Florianópolis como Instrumento de Planejamento da Política de Assistência Social em Âmbito Local**.

Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

MAFRA, M. **As famílias na era da globalização**: breve perfil dos grupos familiares atendidos do Projeto de Orientação e Apoio Sócio Familiar do Município de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

MENDES, E. M. **Sistemas de Informação e Práxis Internacional**: um “clic” no Serviço Social na Contemporaneidade. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. Sistema Único de Assistência Social. **A nova Assistência Social**. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/ascom/hot\\_suas/suas.htm](http://www.mds.gov.br/ascom/hot_suas/suas.htm) - acessado em: julho de 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social. Contribuição para o debate. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 55. São Paulo: Cortez, 1997. p. 114-130.

\_\_\_\_\_. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

MORAIS, Regis. **O que é Violência Urbana?** In: Coleções Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense. 1985, 108p.

MOURA, Gercinaldo. **Ensaio dos leitores**: discurso político e violência urbana. Disponível em: <http://conciencia.net> – acessado em 22 de abril de 2007.

**O DESMONTE DA NAÇÃO**: balanço do Governo FHC. LESBAUPIN, Ivo (org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 199p.

OLIVEIRA, C. S.; WOLFF, M. P.; HENN, R.; CONTA, M. **Criminalidade juvenil e estratégias de (des)confinamento na cidade**. Katálysis, v.9, n. 1 jan./jun., Florianópolis, 2006. p.53-62.

OLIVEIRA, Eliane Araújo. **Violência Urbana**: um problema social. Estudos & Pesquisas. Revista da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação de Lins, ano 6, nº 1, junho 2003, p. 93-101.

ODALIA, Nilo. **O que é Violência?** In: Coleções Primeiros Passos. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 09-62.

PADILHA, Valquíria. **Urbanidade, violência e lazer**: uma abordagem sociológica crítica. In: Revista Cinergis, v. 3, n. 2 jul/dez, Santa Cruz do Sul: UNISC 2002. p. 21 – 42.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 217-233.

PERCÍLIA. Eliene. Disponível em: <http://www.alunosonline.com.br/sociologia/violencia-urbana/> - acessado em 06 de agosto de 2007.

PENSAR A VIOLÊNCIA SOCIAL. Disponível em: [www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/144.rtf](http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/144.rtf) - acessado em 26 de julho de 2007.

PIRES. Cecília. **A violência no Brasil**. In: Coleção Polêmica, 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1985. 70p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS. **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar** – março de 2007.

RIBEIRO, Edaléa M. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina**: os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 25-79.

SANTOS, E. A. F dos. **Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis**: Avanços e desafios no controle social do fundo municipal de Assistência Social. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

SEEMANN, Grasiela. **O Serviço Social na área da saúde**: contribuições para a reflexão sobre a prática profissional. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SILVA, Taís Coelho. **O Panorama das drogas na percepção das famílias acompanhadas e dos profissionais do POASF**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

JSILVA, José Fernando S. da. **Violência, Serviço Social e formação profissional**. In: Serviço Social: formação e projeto político. Serviço Social & Sociedade, nº 79, ano XXV especial 2004. p.133-147.

SOUZA, R. S. R. **O Serviço social na prevenção à criminalidade**. In: Serviço Social & Sociedade, nº 86, ano XXVII, julho 2006. p. 163-181.

SOUZA, Luis A. Francisco. **Violência urbana: causas e soluções apontada**. Disponível em: [http://www.serasa.com.br/guiacontraviolencia/violencia\\_urbana.htm](http://www.serasa.com.br/guiacontraviolencia/violencia_urbana.htm) acessado em 06 de agosto de 2007.

SOUZA, Ellen Deola. **A importância da Orientação e do Apoio Sócio Familiar no âmbito escolar.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, 92 f.

SCHILLING Flávia. **Um olhar sobre a violência da perspectiva dos direitos humanos: a questão da vítima.** Revista IMESC, nº 2, 2000. p.59-65.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a Violência:** NEVES, Paulo.(trad.). São Paulo: Martins Fonte, 1992, - (ColeçãoTópicos), 382p.

SPOSATI, Aldaíza. **Desafios para Fazer Avançar a Política de Assistência Social no Brasil.** Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXII, novembro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988. 333p.

VERONESE, Josiane R. P. **Entre violentados e violentadores?** São Paulo: Cidade Nova, 1998. 71p.

VERCHAI, Jacson K. **As condições de trabalho das assistentes sociais da PMF de Florianópolis: o caso do Programa de Orientação de Apoio sócio Familiar.** Trabalho de Conclusão de Curso em serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

VIOLÊNCIAS. Disponível em: [http:// www.renascebrasil.com.br/f\\_violencia2.htm](http://www.renascebrasil.com.br/f_violencia2.htm) - acessado em 05 de outubro de 2007.

VIOLÊNCIA. **Serviço Social & Sociedade**, n.º 70, ano XXIII. Cortez, julho 2002. 200p.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Assistência Social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio.** Política de Assistência Social: Uma Trajetória de Avanços e Desafios. Cadernos ABONG n. 30 – novembro/2001.

\_\_\_\_\_. **A Assistência Social na prática profissional: História e perspectiva.** Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXVII, março 2006.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

WEISSHAUPT, Jean Robert. **As atividades como processo de apropriação.** In: As funções socioassistencias do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998. p.39-178.

WIEVIORKA, Michel. **Violência Social no espaço público.** Disponível em: <http://www.ambafrance.org.br/abr/label//label36/societe/violence/violence.html> - acessado em 05 de outubro de 2007.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S.A.** In: Coleção Polêmica. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996. 128p.

\_\_\_\_\_. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: **Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana: O Governo ausente: violência e criminalidade urbana (Segunda Parte)**. Rio de Janeiro: José Olympio 1994, p. 83-121.

	Bairro	Tempo na Comunidade	Responsável	Profissão	Escoralidade	Naturalidade
1	Coqueiros	mais de 10 anos	Pai	Formal	Fundamental	Florianópolis
			Madrasta	Do Lar	Não informado	Interior do Estado
2	Santa Vitória	4 anos	Pai	Informal	Fundamental	Interior do Estado
			Mãe	Do Lar	Fundamental	Interior do Estado
3	Costeira do Pirajubaé	mais de 10 anos	Padrasto	Desempregado	Não informado	Fora do Estado
			Mãe	Desempregado	Não informado	Interior do Estado
4	Tapera	mais de 10 anos	Pai	Informal	Fundamental Completo	Interior do Estado
			Mãe	Do Lar	Fundamental incompleto	Interior do Estado
5	Caeira do Saco dos Limões	2 anos	Pai	Formal	Não informado	Não Informado
			Mãe	Do Lar	Não informado	Fora do Estado
6	Saco dos Limões	mais de 10 anos	Pai	Não Informado	Alfabetizado	Fora do Estado
			Mãe	Formal	Fundamental incompleto	Interior do Estado
7	Caeira do Saco dos Limões	8 anos	Pai	Informal	Não informado	Não Informado
			Mãe	Desempregado	Fundamental Cursando	Interior do Estado
8	Morro da Caixa	mais de 10 anos	Mãe	Informal	Fundamental incompleto	Interior do Estado
9	Barra do Sambaqui	5 anos	Pai	Formal	Não Informado	Fora do Estado
			Mãe	Formal	Fundamental incompleto	Fora do Estado
10	Centro	mais de 10 anos	Mãe	Desempregado	Fundamental incompleto	Florianópolis
11	Inglezes	mais de 10 anos	Pai	Informal	Fundamental Completo	Interior do Estado
			Mãe	Do lar	Médio incompleto	Florianópolis
12	Vila União	mais de 10 anos	Mãe	Informal	Fundamental incompleto	Interior do Estado
13	Balneário	menos de 1 ano	Mãe	Não informado	Fundamental incompleto	Florianópolis
14	Vargem do Bom Jesus	2 anos	Pai	Desempregado	Fundamental Completo	Florianópolis
			Mãe	Não informado	Fundamental Incompleto	Florianópolis
15	Rio Vermelho	mais de 10 anos	Mãe	Informal	Fundamental Incompleto	Florianópolis
16	Cachoeira	2 anos	Pai	Informal	Fundamental Completo	Fora do Estado
			Mãe	Do Lar	Fundamental incompleto	Interior do Estado
17	Morro do Mocotó	mais de 10 anos	Pai	Aposentado	Não informado	Florianópolis
			Mãe	Do Lar	Fundamental Completo	Florianópolis
18	Trindade	mais de 10 anos	Pai	Informal	Fundamental incompleto	Interior do Estado

19	Campeche	1 ano	Pai	Informal	Não informado	Fora do Estado
			Mãe	Do Lar	Fundamental incompleto	Fora do Estado
20	Saco dos Limões	Não Informado	Pai	Formal	Não informado	Interior do Estado
			Mãe	Formal	Não informado	Florianópolis
21	Armação	5 anos	Pai	Informal	Fundamental incompleto	Florianópolis
			Mãe	Do Lar	Não informado	Florianópolis
22	Tapera	2 anos	Pai	Formal	Não informado	Fora do Estado
			Mãe	Informal	Fundamental incompleto	Fora do Estado
23	Monte Cristo	5 anos	Pai	Formal	Não informado	Fora do Estado
			Madrasta	Não informado	Fundamental incompleto	Fora do Estado
24	Tapera	mais de 10 anos	Pai	Formal	Não informado	Interior do Estado
			Mãe	Não informado	Fundamental incompleto	
25	Rio Tavares	8 anos	Pai	Formal	Não informado	Interior do Estado
			Mãe	Informal	Fundamental incompleto	Fora do Estado
26	Morro do Horácio	6 anos	Mãe	Informal	Fundamental incompleto	Interior do Estado
27	Ribeirão da Ilha	mais de 10 anos	Mãe	Informal	Fundamental incompleto	Florianópolis
28	Agronômica	mais de 10 anos	Padrasto	Formal	Não informado	Não informado
			Mãe	Formal	Fundamental Completo	Interior do Estado
29	Campeche	Não informado	Mãe	Informal	Não informado	Fora do Estado
30	Morro do Horácio	mais de 10 anos	Pai	Aposentado	Não informado	Não informado
			Mãe	Informal	Fundamental incompleto	Interior do Estado
31	Estreito	4 anos	Mãe	Desempregada	Fundamental Completo	Florianópolis
32	Alto do Riberão	mais de 10 anos	Pai	Informal	Não informado	Florianópolis
			Mãe	Informal	Não informado	Florianópolis
33	Caeira do Saco dos Limões	mais de 10 anos	Pai	Informal	Fundamental incompleto	Interior do Estado
			Mãe	Formal	Fundamental incompleto	Fora do Estado
34	Saco Grande II	mais de 10 anos	Mãe	Desempregada	Fundamental Completo	Florianópolis
35	Vila Aparecida	6 anos	Pai	Formal	Não informado	Interior do Estado
			Mãe	Do Lar	Não informado	Interior do Estado
36	Barra da Lagoa	mais de 10 anos	Padrasto	Informal	Fundamental incompleto	Interior do Estado
			Mãe	Desempregada	Fundamental incompleto	Florianópolis
37	Prainha	mais de 10 anos	Mãe	Formal	Fundamental incompleto	Florianópolis

38	Santa Vitória	3 anos	Mãe	Desempregada	Não informado	Fora do Estado
39	Morro da Caixa (Coqueiros)	mais de 10 anos	Mãe	Desempregada	Não informado	Não informado
40	Morro da Caixa (Coqueiros)	Não informado	Padrasto	Formal	Não informado	Não informado
41	Monte Cristo	Não informado	Mãe	Do Lar	Fundamental incompleto	Florianópolis
42	Morro do Horácio	mais de 10 anos	Avó	Do Lar	Não informado	Não informado
43	Costa da Lagoa	2 anos	Tios	Não informado	Não informado	Não informado
44	Morro da Penitenciária	mais de 10 anos	Pai	Formal	Não informado	Fora do Estado
45	Serrinha	2 anos	Mãe	Informal	Fundamental Completo	Fora do Estado
46	Morro da Penitenciária	mais de 10 anos	Pai	Desempregado	Fundamental incompleto	Interior do Estado
47	Serrinha	2 anos	Mãe	Informal	Fundamental incompleto	Interior do Estado
48	Santo Antônio	Não informado	Padrasto	Não informado	Não informado	Não informado
49	Santo Antônio	Não informado	Mãe	Não informado	Não informado	Não informado
50	Rio Vermelho	Não informado	Pai	Não informado	Não informado	Não informado
51	Rio Vermelho	Não informado	Mãe	Informal	Não informado	Não informado
52	Inglese	mais de 10 anos	Mãe	Não informado	Não informado	Interior do Estado
53	Estreito	mais de 10 anos	Mãe	Aposentada	Fundamental Completo	Fora do Estado
54	Morro da Queimada	mais de 10 anos	Pai	Informal	Não Informado	Fora do Estado
55	Morro da Queimada	mais de 10 anos	Mãe	Informal	Não Informado	Interior
56	Morro do Horácio	8 anos	Padrasto	Formal	Fundamental Incompleto	Interior
57	Morro do Horácio	8 anos	Mãe	Desempregado	Não Informado	Florianópolis
58	Monte Cristo	mais de 10 anos	Pai	Informal	Não Informado	Fora do Estado
59	Monte Cristo	mais de 10 anos	Mãe	Formal	Pós Graduação	Interior
60	Inglese	7 anos	Pai	Formal	Não Informado	Fora do Estado
61	Inglese	7 anos	Mãe	Do Lar	Fundamental Incompleto	Fora do Estado



Renda Familiar	Números de filhos	Quantas pessoas residem na casa	Provedor da Família
2 a 3 salários	2	4	Pai
Sem renda	3	2	Pai
Benefício	3	5	Outros
Até um salário	4	6	Pai
2 a 3 salários	4	6	Pai
1 a 2 salários	3	5	Mãe
Até um salário	2	3	Mãe
Benefício			
Até um salário	7	8	Mãe
mais de 3 salários	4	6	Ambos
Não tem	2	não informado	Não tem
Até um salário	4	6	Pai
2 a 3 salários	1	1	Não tem
1 a 2 salários	3	4	Outros
Até um salário	4	6	Outros
Até um salário	6	4	Mãe
Até um salário	3	4	Pai
2 a 3 salários	3	5	Pai
1 a 2 salários	3	4	Pai

1 a 2 salários	5	7	Pai
1 a 2 salários	3	5	Pai
2 a 3 salários	3	5	Pai
2 a 3 salários	4	6	Ambos
Não informado	4	6	Não informado
1 a 2 salários	5	7	Pai
1 a 2 salários	3	5	Mãe
1 a 2 salários	4	5	Mãe
1 a 2 salários	2	6	Mãe
mais de 5 salários	2	4	Padrasto
Não informado	4	7	Mãe
Até 1 salário	8	7	Outros
Até 1 salário	4	8	Mãe
1 a 2 salários	3	Não informado	Não informado
1 a 2 salários	5	7	Ambos
3 e 4 salários	6	8	Outros
1 a 2 salários	3	5	Pai
Sem renda	2	3	Outros
1 e 2 salários	1	Não informado	Mãe

Sem renda	3	4	Outros
Sem renda	3	4	Outros
2 e 3 salários	1	3	Ambos
Até 1 salário	4	4	Mãe
Não informado	1	4	Não informado
	1		
mais de 5 salários	3	6	Ambos
Até 1 salário	3	4	Ambos
Até 1 salário	4	2	Padrasto
Não informado	1	Não informado	Não informado
Não informado	6	Não informado	Não informado
Sem renda	4	6	Outros
Até 1 salario	3	5	Mãe
Até 1 salario	9	9	Ambos
Até 1 salario	7	7	Padrasto
3 a 4 salários	2	4	Mãe
1 a 2 salários	3	5	Pai

## **Apêndice 2**

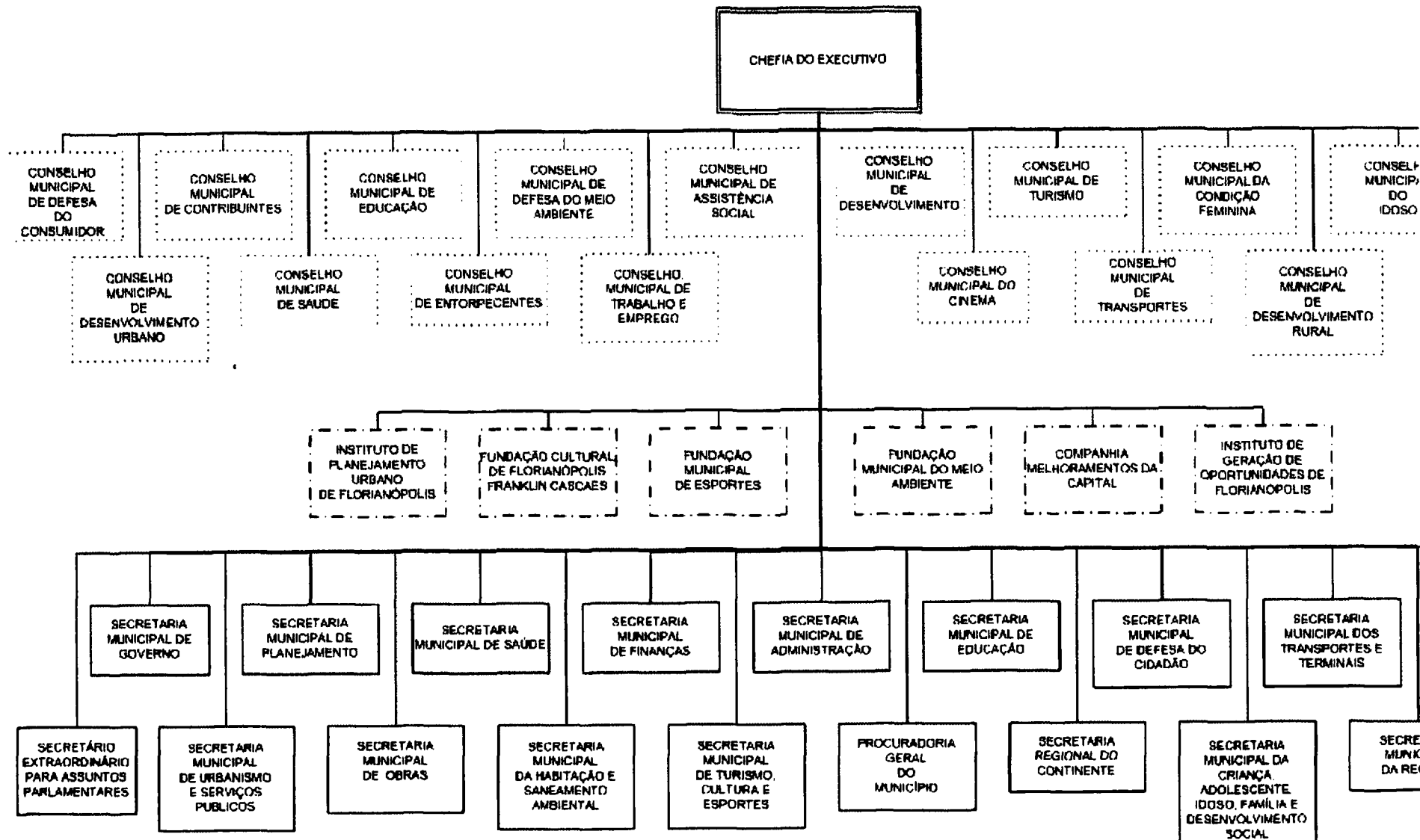
## **QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS DO POASF**

1. Como você se sente enquanto profissional, quando vai fazer visitas in lócus nos locais de moradia dos usuários do POASF?
2. Você tem encontrado alguma dificuldade em entrar em alguma comunidade por causa da crescente onda de homicídios, intimidação de traficantes, assaltos, seqüestros e de ameaças à presença do Estado ou qualquer outra forma de Violência Urbana?
3. Você, no seu exercício profissional, já presenciou situações de ameaças, intimidações, perseguição, medo ou homicídio nos atendimentos in lócus?
4. Você já sofreu situações de ameaças, intimidações, perseguições ou medo nos atendimentos in lócus?
5. Para você como é atuar em áreas onde a presença do Estado é praticamente ausente, sendo você profissional da PMF representando o Estado?
6. O que para você é Violência Urbana? Quais os principais causadores deste processo?
7. Como o Serviço Social, no POASF vem lidando com as situações de violência urbana, no cotidiano do seu exercício profissional?

**Anexo 1**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

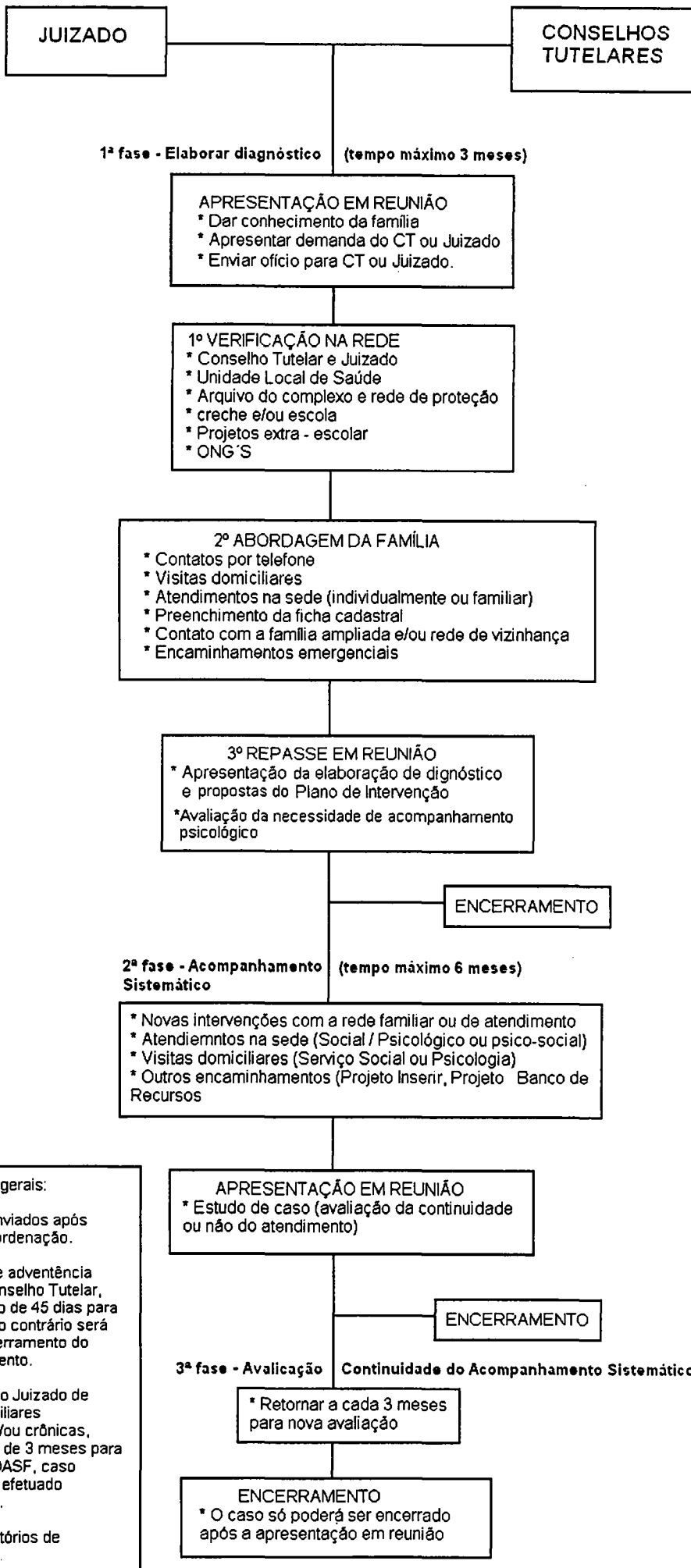
## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



## **Anexo 2**



# FLUXOGRAMA



## Observações gerais:

- Relatórios enviados após ciência da coordenação.

- Relatórios de adventância familiar ao Conselho Tutelar, enfatizar prazo de 45 dias para o retorno, caso contrário será realizado encerramento do acompanhamento.

- Audiências no Juizado de situações familiares recorrentes e/ou crônicas, solicitar prazo de 3 meses para adesão no POASF, caso contrário será efetuado encerramento.

- Priorizar relatórios de encerramento.

## **Anexo 3**

PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS  
SECRETARIA DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, FAMÍLIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR  
POASF

ACOLHIMENTO DA FAMÍLIA

Endereço atual da família : \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Ponto de Referência: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

**I Identificação da Família**

1.1. Nome da mãe: \_\_\_\_\_

Apelido: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Natural de: \_\_\_\_\_

Profissão atual: \_\_\_\_\_ Local de Trabalho: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

1.2. Nome do Pai: \_\_\_\_\_

Apelido: \_\_\_\_\_

Nome do companheiro da mãe/ pai \_\_\_\_\_

Apelido: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Natural de: \_\_\_\_\_

Profissão Atual: \_\_\_\_\_ Local de Trabalho: \_\_\_\_\_

## Histórico Familiar

1. Há quanto tempo o casal contraiu união conjugal? \_\_\_\_\_

2. Há quanto tempo reside nesta comunidade? \_\_\_\_\_

3. Há parentes próximos que mantêm contato? \_\_\_\_\_ Quem: \_\_\_\_\_

Telefone deste parente: \_\_\_\_\_

4. Qual a renda familiar? \_\_\_\_\_

5. Quem é o responsável pelo sustento da família? \_\_\_\_\_

6. O que fazem para angariar recursos quando a família encontra-se em dificuldades? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. A casa onde moram é própria, alugada ou cedida? \_\_\_\_\_

8. Quantas pessoas residem na casa? \_\_\_\_\_

9. Quantos cômodos tem a casa? \_\_\_\_\_

10. Tipo de Construção (alvenaria, madeira...) \_\_\_\_\_

11. Condições da casa (boa, razoável, ruim, péssima) \_\_\_\_\_

12. Condições da casa (tem água, luz, banheiro, esgoto) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Informações Complementares

13. Segundo a família, qual é o motivo do encaminhamento? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. O que a família tem feito para tentar resolver esta situação? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**II Gráfico - Dependentes - filhos, sobrinhos, irmão...**

<b>Nome do dependente</b>	<b>Parentesco</b>	<b>Data de nascimento</b>	<b>Escolaridade Atividade Profissão</b>	<b>Escola Local trabalho Creche</b>	<b>Programa participa Posto de Saúde</b>

Observações : \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**V. Perfil da Família:**

5.1. Responsável pela família ( quem cuida dos filhos) ? \_\_\_\_\_

5.2. Quem é o provedor da família ( quem paga)? \_\_\_\_\_

5.3. Quantas vezes a mãe/ companheira já foi casada? \_\_\_\_\_

5.4. Quantas vezes o pai/ companheiro já foi casado? \_\_\_\_\_

5.5. A família recebe algum tipo de benefícios ( Peti, Bolsa Família, BPC ...) \_\_\_\_\_

Qual benefício? \_\_\_\_\_

**VI. Saúde da Família:**

6.1. Alguém da família é portador de HIV? \_\_\_\_\_ Quem? \_\_\_\_\_

6.2 Alguém da família é dependente ou usuário de drogas ? \_\_\_\_\_ Quem? \_\_\_\_\_

6.3. Alguém da família é portador de necessidades especiais? \_\_\_\_\_

Quem? \_\_\_\_\_ Tipo de deficiência: \_\_\_\_\_

6.4 . Alguém da família apresenta distúrbios psiquiátricos? \_\_\_\_\_ Quem \_\_\_\_\_

6.5. Outras patologias existentes na família: \_\_\_\_\_

Quem? \_\_\_\_\_

## Situação Identificada no Atendimento

Negligência ( )

Conflitos Familiares ( )

Violência Sexual ( )

Violência Física ( )

Violência Psicológica ( )

Dependência/ Uso de Drogas ( )

Carência Econômica ( )

Saúde ( )

Nome do Entrevistado : \_\_\_\_\_

Ínculo Familiar: \_\_\_\_\_

Nome do Entrevistador: \_\_\_\_\_

Data da Entrevista: \_\_\_\_\_

## PERFIL DA FAMÍLIA

01. Configuração familiar:

Pai ( ) Mãe ( ) Companheiro ( ) Companheira ( )

02. Número de filhos: \_\_\_\_\_

0 à 6 anos ( ) 7 à 12 anos ( ) 13 à 18 anos ( )

03. Número de filhos na escola: \_\_\_\_\_

Número de filhos na creche: \_\_\_\_\_

Número de filhos fora da rede de atendimentos: \_\_\_\_\_

04. Moram junto: (em relação aos filhos)

avô ( ) avó ( ) sobrinhos ( ) tios ( ) amigos ( ) outros ( )

05. Responsável pela família (quem cuida):

Homem ( ) Mulher ( ) Casal ( ) Avós ( ) Outros ( )

Quem: \_\_\_\_\_

06. Provedor da família ( quem paga):

Homem ( ) Mulher ( ) Casal ( ) Avós ( ) Outros ( )

Quem: \_\_\_\_\_

07. Procedência:

Pai: Norte ( ) Sul ( ) Oeste ( ) Planalto ( ) Vale Itajaí ( ) Outros estados ( )

Mãe: Norte ( ) Sul ( ) Oeste ( ) Planalto ( ) Vale Itajaí ( ) Outros estados ( )

08. Número de uniões conjugais:

Mãe: 1 à 2 ( ) 3 à 4 ( ) mais de 4 ( ) sem união ( )

Pai: 1 à 2 ( ) 3 à 4 ( ) mais de 4 ( ) sem união ( )

09. Renda familiar

Até 1 salário ( ) 1 à 2 salários ( ) 3 à 4 Salários ( ) + de 4 salários ( )

10. Benefícios (Bolsa família, PETI, LOAS ... ) ( ) sim ( ) não

Especifique: \_\_\_\_\_

11. Mercado de trabalho: formal ( ) Informal ( ) desempregado ( )



12. Tipo de ocupação:

Serviços gerais ( ) construção civil ( ) Serviços domésticos ( )

Catador ( ) biscates ( )

Outros.Especificar : \_\_\_\_\_

13. Condições de Moradia:

própria ( ) alugada ( ) cedida ( ) sem casa ( ) mora com outros ( )

14. Tipo de construção:

Alvenaria ( ) Madeira ( ) Mista ( ) Outro material ( )

15. Condições da casa:

Boa ( ) Razoável ( ) Ruim ( ) Péssima ( )

16. Condições de higiene:

Banheiro ( ) Energia elétrica ( ) abastecimento água ( ) esgoto ( )

17. Saúde da família :

**HIV** Sim ( ) Não ( )

Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )

**Dependência / Uso de drogas** Sim ( ) Não ( )

Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )

**Necessidades especiais** Sim ( ) Não ( )

Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )

**Tipo de necessidade especial:**

Mental ( ) visual ( ) fala / auditiva ( ) múltipla ( ) física ( )

**Doenças psiquiátricas:** sim ( ) não ( )

Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )

**Outras patologias:** sim ( ) não ( )

Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )

Especifique: \_\_\_\_\_

**SITUAÇÃO IDENTIFICADA NO ATENDIMENTO:**

- **Negligência ( )**
- **Conflitos familiares ( )**
- **Violência sexual ( )**
- **Violência física ( )**
- **Violência psicológica ( )**
- **Dependência / uso de drogas ( )**
- **Carência econômica ( )**
- **Saúde ( )**
- **Evasão escolar ( )**

**Observações gerais:**

---

---

---

---

---

---

**Nome do entrevistado:** \_\_\_\_\_

**Vínculo familiar:** \_\_\_\_\_

**Nome do entrevistador:** \_\_\_\_\_

**Data da entrevista:** \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

**Anexo 4**



## FICHA DE CADASTRO

Endereço atual da família: \_\_\_\_\_

Bairro : \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

### Situação Encaminhada:

- Negligência ( )
- Conflitos familiares ( )
- Violência física ( )
- Violência psicológica ( )
- Dependência / uso de drogas ( )
- Carência sócio-econômica ( )
- Saúde ( )
- Evasão escolar ( )
- Abrigo ( )

### I – IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA:

1.1 Nome da Mãe/Companheira: \_\_\_\_\_

Apelido: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Natural de \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Trabalho Atual \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

Mercado de Trabalho: Formal ( ) Informal ( ) Desempregado ( )

1.2. Nome do Pai/Companheiro: \_\_\_\_\_

Apelido: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Natural de : \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Trabalho Atual : \_\_\_\_\_

Escolaridade : \_\_\_\_\_

Mercado de trabalho: Formal ( ) Informal ( ) Desempregado ( )

## II - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

### (Do Ponto de Vista Familiar)

3.1. Há quanto tempo o casal contraiu união conjugal?

---

---

3.2. Há quanto tempo reside nesta comunidade?

---

---

3.3 Há parentes próximos que mantém contato? Quem? Telefone.

---

---

3.4. Qual a renda familiar?

---

---

3.5. Quem é o responsável pelo sustento da família?

---

---

3.6. Quem é responsável pela família? Quem cuida dos filhos?

---

---

3.7. A casa onde moram é própria, alugada ou cedida?

---

---

3.8. Quantas pessoas residem na casa?

---

---

3.9. Que tipo de construção é a casa? Quantos cômodos esta possui?

---

---

3.10. Como você avalia a situação de sua casa ( Ótima, Boa, Ruim, Péssima...)?

---

---

3.11. E com relação a infra-estrutura da residência: possui água potável, energia elétrica, saneamento básico. E de que forma estes recursos são viabilizados: próprio ou rabicho?

---

---

3.12. A família recebe algum tipo de benefício (Peti, Bolsa Família, BPC...)?

---

---

Nome do dependente	Parentesco	Data de nascimento	Escolaridade / Profissão	Escola / Local / Local de trabalho	Programa que participa / Posto de Saúde

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### III – SAÚDE DA FAMÍLIA

**HIV** Sim ( ) Não ( ) Não Informado ( )  
Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )

**Dependência / Uso de drogas** Sim ( ) Não ( )  
Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )

**Necessidades especiais** Sim ( ) Não ( )  
Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )

**Tipo de necessidade especial:**  
Mental ( ) Visual ( ) Fala / Auditiva ( ) Múltipla ( ) Física ( )

**Doenças psiquiátricas:** Sim ( ) Não ( )  
Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )

**Outras patologias:** Sim ( ) Não ( )  
Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Idoso ( )  
Especifique: \_\_\_\_\_

**Observações gerais:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Nome do entrevistado:** \_\_\_\_\_

**Vínculo familiar:** \_\_\_\_\_

**Nome do entrevistador:** \_\_\_\_\_

**Data da entrevista:** \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

**Anexo 5**





Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
24	Continente	Abraão
33	Continente	Abraão
45	Continente	Abraão
55	Continente	Abraão
68	Continente	Abraão
73	Continente	Abraão
78	Continente	Abraão
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
13	Ilha	Agronômica
28	Ilha	Agronômica
29	Ilha	Agronômica
31	Ilha	Agronômica
57	Ilha	Agronômica
61	Ilha	Agronômica
69	Ilha	Agronômica
111	Ilha	Agronômica
117	Ilha	Agronômica
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
67	Ilha	Areias do Campeche
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
43	Norte	Cacupé
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
23	Ilha	Campeche
85	Ilha	Campeche
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
48	Continente	Capoeiras
62	Continente	Capoeiras
87	Continente	Capoeiras
118	Continente	Capoeiras
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
122	Ilha	Carianos
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
94	Ilha	Carvoeira
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
3	Ilha	Centro
5	Ilha	Centro
6	Ilha	Centro
15	Ilha	Centro
30	Ilha	Centro

46	Ilha	Centro
47	Ilha	Centro
59	Ilha	Centro
63	Ilha	Centro
64	Ilha	Centro
70	Juizado	Centro
79	Ilha	Centro
84	Ilha	Centro
100	Ilha	Centro
101	Ilha	Centro
106	Ilha	Centro
113	Ilha	Centro
119	Ilha	Centro
120	Ilha	Centro
123	Ilha	Centro
<b>Nº</b>	<b>CT / JUIZADO</b>	<b>BAIRRO</b>
25	Continente	Chico Mendes
34	Continente	Chico Mendes
38	Continente	Chico Mendes
107	Continente	Chico Mendes
127	Continente	Chico Mendes
<b>Nº</b>	<b>CT / JUIZADO</b>	<b>BAIRRO</b>
88	Continente	Coloinha
<b>Nº</b>	<b>CT / JUIZADO</b>	<b>BAIRRO</b>
124	Ilha	Costa de Dentro
<b>Nº</b>	<b>CT / JUIZADO</b>	<b>BAIRRO</b>
20	Norte	Costão do Santinho
<b>Nº</b>	<b>CT / JUIZADO</b>	<b>BAIRRO</b>
35	Ilha	Costeira
40	Ilha	Costeira
54	Ilha	Costeira
66	Ilha	Costeira
82	Ilha	Costeira
91	Ilha	Costeira
104	Ilha	Costeira
<b>Nº</b>	<b>CT / JUIZADO</b>	<b>BAIRRO</b>
11	Continente	Estreito
22	Continente	Estreito
41	Continente	Estreito
<b>Nº</b>	<b>CT / JUIZADO</b>	<b>BAIRRO</b>
1	Norte	Inglezes
39	Norte	Inglezes
77	Norte	Inglezes
116	Norte	Inglezes
<b>Nº</b>	<b>CT / JUIZADO</b>	<b>BAIRRO</b>
26	Continente	Jardim Atlantico
32	Continente	Jardim Atlantico
52	Juizado	Jardim Atlantico

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
2	Ilha	João Paulo
7	Ilha	João Paulo
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
105	Ilha	José Mendes
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
17	Ilha	Lagoa da Conceição
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
93	Ilha	Lar São Vicente
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
50	Continente	Monte Cristo
65	Continente	Monte Cristo
75	Continente	Monte Cristo
76	Continente	Monte Cristo
103	Continente	Monte Cristo
114	Continente	Monte Cristo
121	Continente	Monte Cristo
125	Continente	Monte Cristo
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
51	Norte	Monte Verde
Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
56	Continente	Morro da Caixa
129	Continente	Morro da Caixa

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
27	Ilha	Morro da Penitenciária

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
53	Ilha	Morro das Pedras

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
97	Ilha	Morro do Mocotó
110	Ilha	Morro do Mocotó

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
92	Norte	Morro do Mosquito

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
95	Ilha	Pantanal

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
71	Juizado	Pantano do Sul

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
42	Ilha	Pântano do Sul
58	Ilha	Pântano do Sul
96	Ilha	Pântano do Sul

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
19	Norte	Ratones
132	Norte	Ratones

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
8	Ilha	Ribeirão da Ilha
44	Ilha	Ribeirão da Ilha

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
36	Ilha	Rio Tavares
37	Ilha	Rio Tavares
90	Ilha	Rio Tavares

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
72	Norte	Rio Vermelho
80	Norte	Rio Vermelho
99	Norte	Rio Vermelho
115	Norte	Rio Vermelho

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
10	Ilha	Saco dos Limões
16	Ilha	Saco dos Limões
98	Ilha	Saco dos Limões
112	Ilha	Saco dos Limões

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
74	Norte	Saco Grande
108	Norte	Saco Grande
126	Norte	Saco Grande

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
14	Continente	Sapé

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
4	Ilha	Serinha
9	Ilha	Serinha
83	Ilha	Serinha
109	Ilha	Serinha

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
21	Ilha	Tapera
49	Ilha	Tapera
60	Ilha	Tapera
86	Ilha	Tapera

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
12	Norte	Vargem do Bom Jesus

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
18	Continente	Vila Aparecida
89	Continente	Vila Aparecida
102	Continente	Vila Aparecida
130	Continente	Vila Aparecida

Nº	CT / JUIZADO	BAIRRO
81	Continente	Vila São João
131	Continente	Vila São João



<b>Nº</b>	<b>CT / JUIZADO</b>	<b>BAIRRO</b>
1	Norte	Inglese
2	Ilha	João Paulo
3	Ilha	Centro
4	Ilha	Serrinha
5	Ilha	Centro
6	Ilha	Centro
7	Ilha	João Paulo
8	Ilha	Ribeirão da Ilha
9	Ilha	Serrinha
10	Ilha	Saco dos Limões
11	Continente	Estreito
12	Norte	Vargem do Bom Jesus
13	Ilha	Agronômica
14	Continente	Sapé
15	Ilha	Centro
16	Ilha	Saco dos Limões
17	Ilha	Lagoa da Conceição
18	Continente	Vila Aparecida
19	Norte	Ratones
20	Norte	Costão do Santinho
21	Ilha	Tapera
22	Continente	Estreito
23	Ilha	Campeche
24	Continente	Abraão
25	Continente	Chico Mendes
26	Continente	Jardim Atlântico
27	Ilha	Morro da Penitenciária
28	Ilha	Agronômica
29	Ilha	Agronômica
30	Ilha	Centro
31	Ilha	Agronômica
32	Continente	Jardim Atlântico
33	Continente	Abraão
34	Continente	Chico Mendes
35	Ilha	Costeira
36	Ilha	Rio Tavares
37	Ilha	Rio Tavares
38	Continente	Chico Mendes
39	Norte	Inglese
40	Ilha	Costeira
41	Continente	Estreito
42	Ilha	Pântano do Sul
43	Norte	Cacupé
44	Ilha	Ribeirão da Ilha
45	Continente	Abraão
46	Ilha	Centro
47	Ilha	Centro

48	Continente	Capoeiras
49	Ilha	Tapera
50	Continente	Monte Cristo
51	Norte	Monte Verde
52	Juizado	Jardim Atlantico
53	Ilha	Morro das Pedras
54	Ilha	Costeira
55	Continente	Abraão
56	Continente	Morro da Caixa
57	Ilha	Agronômica
58	Ilha	Pântano do Sul
59	Ilha	Centro
60	Ilha	Tapera
61	Ilha	Agronômica
62	Continente	Capoeiras
63	Ilha	Centro
64	Ilha	Centro
65	Continente	Monte Cristo
66	Ilha	Costeira
67	Ilha	Areias do Campeche
68	Continente	Abraão
69	Ilha	Agronômica
70	Juizado	Centro
71	Juizado	Pantano do Sul
72	Norte	Rio Vermelho
73	Continente	Abraão
74	Norte	Saco Grande
75	Continente	Monte Cristo
76	Continente	Monte Cristo
77	Norte	Ingleses
78	Continente	Abraão
79	Ilha	Centro
80	Norte	Rio Vermelho
81	Continente	Vila São João
82	Ilha	Costeira
83	Ilha	Serrinha
84	Ilha	Centro
85	Ilha	Campeche
86	Ilha	Tapera
87	Continente	Capoeiras
88	Continente	Coloninha
89	Continente	Vila Aparecida
90	Ilha	Rio Tavares
91	Ilha	Costeira
92	Norte	Morro do Mosquito
93	Ilha	Lar São Vicente
94	Ilha	Carvoeira
95	Ilha	Pantanal
96	Ilha	Pântano do Sul
97	Ilha	Morro do Mocotó
98	Ilha	Saco dos Limões
99	Norte	Rio Vermelho
100	Ilha	Centro
101	Ilha	Centro
102	Continente	Vila Aparecida
103	Continente	Monte Cristo
104	Ilha	Costeira

105	Ilha	Jose IV ences
106	Ilha	Centro
107	Continente	Chico Mendes
108	Norte	Saco Grande
109	Ilha	Serrinha
110	Ilha	Morro do Mocotó
111	Ilha	Agronômica
112	Ilha	Saco dos Limões
113	Ilha	Centro
114	Continente	Monte Cristo
115	Norte	Rio Vermelho
116	Norte	Ingleses
117	Ilha	Agronômica
118	Continente	Capoeiras
119	Ilha	Centro
120	Ilha	Centro
121	Continente	Monte Cristo
122	Ilha	Carianos
123	Ilha	Centro
124	Ilha	Costa de Dentro
125	Continente	Monte Cristo
126	Norte	Saco Grande
127	Continente	Chico Mendes
129	Continente	Morro da Caixa
130	Continente	Vila Aparecida
131	Continente	Vila São João
132	Norte	Ratones

**Anexo 6**





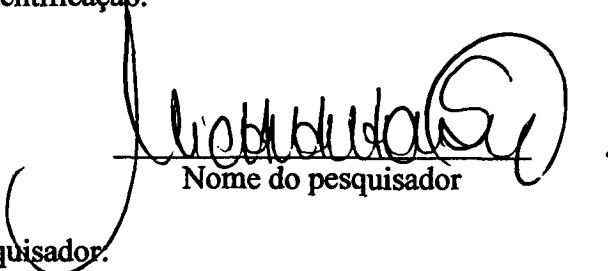
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio-Econômico  
Departamento de Serviço Social

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa referente ao tema “Violência Urbana: Implicações para o exercício profissional das assistentes sociais do POASF”, que culminará no Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social de minha autoria. Os objetivos desta pesquisa são: pontuar algumas questões que geram o aumento da violência urbana, apresentar o perfil dos usuários do POASF dissertando sob este perfil em faceta à violência social e urbana e apresentar como as profissionais do Serviço Social do POASF lidam cotidianamente com as expressões da violência urbana.

Você foi selecionada e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o entrevistador ou com a Instituição. Os benefícios relacionados com a sua participação são em suma: contribuir para a construção de estratégias que visam à articulação destes profissionais do Serviço Social com as comunidades inseridas na referida temática, além de instigar novos estudiosos o interesse por esta temática que não pode mais ser ignorada na sociedade contemporânea.

A pesquisa assume o compromisso de utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa, bem como as informações obtidas nesta entrevista, não serão divulgados de forma a possibilitar a sua identificação.

  
Nome do pesquisador

Endereço e telefone do pesquisador.

Declaro que obtive todas as informações necessárias e que concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

  
Entrevistada

Florianópolis,  de 2007.



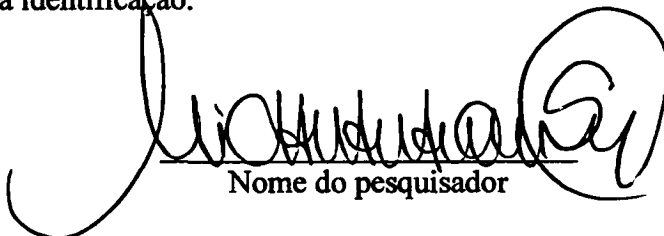
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio-Econômico  
Departamento de Serviço Social

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa referente ao tema “Violência Urbana: Implicações para o exercício profissional das assistentes sociais do POASF”, que culminará no Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social de minha autoria. Os objetivos desta pesquisa são: pontuar algumas questões que geram o aumento da violência urbana, apresentar o perfil dos usuários do POASF dissertando sob este perfil em faceta à violência social e urbana e apresentar como as profissionais do Serviço Social do POASF lidam cotidianamente com as expressões da violência urbana.

Você foi selecionada e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o entrevistador ou com a Instituição. Os benefícios relacionados com a sua participação são em suma: contribuir para a construção de estratégias que visam à articulação destes profissionais do Serviço Social com as comunidades inseridas na referida temática, além de instigar novos estudiosos o interesse por esta temática que não pode mais ser ignorada na sociedade contemporânea.

A pesquisa assume o compromisso de utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa, bem como as informações obtidas nesta entrevista, não serão divulgados de forma a possibilitar a sua identificação.

  
Nome do pesquisador

Endereço e telefone do pesquisador:

Declaro que obtive todas as informações necessárias e que concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

  
Entrevistada

Florianópolis, .....11 de Novembro de 2007.



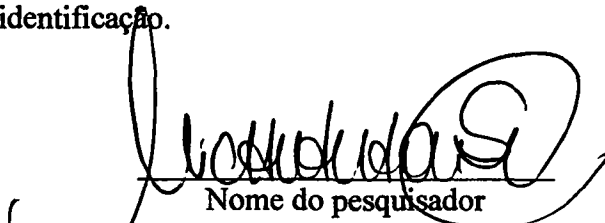
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio-Econômico  
Departamento de Serviço Social

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa referente ao tema “Violência Urbana: Implicações para o exercício profissional das assistentes sociais do POASF”, que culminará no Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social de minha autoria. Os objetivos desta pesquisa são: pontuar algumas questões que geram o aumento da violência urbana, apresentar o perfil dos usuários do POASF dissertando sob este perfil em faceta à violência social e urbana e apresentar como as profissionais do Serviço Social do POASF lidam cotidianamente com as expressões da violência urbana.

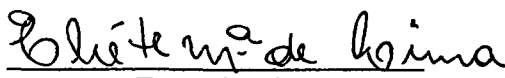
Você foi selecionada e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o entrevistador ou com a Instituição. Os benefícios relacionados com a sua participação são em suma: contribuir para a construção de estratégias que visam à articulação destes profissionais do Serviço Social com as comunidades inseridas na referida temática, além de instigar novos estudiosos o interesse por esta temática que não pode mais ser ignorada na sociedade contemporânea.

A pesquisa assume o compromisso de utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa, bem como as informações obtidas nesta entrevista, não serão divulgados de forma a possibilitar a sua identificação.

  
Nome do pesquisador

Endereço e telefone do pesquisador:

Declaro que obtive todas as informações necessárias e que concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

  
Entrevistada

Florianópolis,  de 2007.



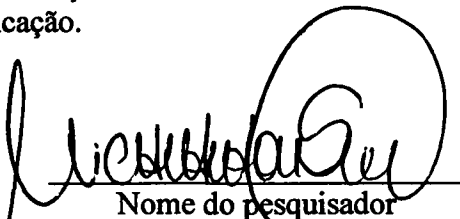
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio-Econômico  
Departamento de Serviço Social

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidada a participar da pesquisa referente ao tema “Violência Urbana: Implicações para o exercício profissional das assistentes sociais do POASF”, que culminará no Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social de minha autoria. Os objetivos desta pesquisa são: pontuar algumas questões que geram o aumento da violência urbana, apresentar o perfil dos usuários do POASF dissertando sob este perfil em faceta à violência social e urbana e apresentar como as profissionais do Serviço Social do POASF lidam cotidianamente com as expressões da violência urbana.

Você foi selecionada e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o entrevistador ou com a Instituição. Os benefícios relacionados com a sua participação são em suma: contribuir para a construção de estratégias que visam à articulação destes profissionais do Serviço Social com as comunidades inseridas na referida temática, além de instigar novos estudiosos o interesse por esta temática que não pode mais ser ignorada na sociedade contemporânea.

A pesquisa assume o compromisso de utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa, bem como as informações obtidas nesta entrevista, não serão divulgados de forma a possibilitar a sua identificação.

  
Nome do pesquisador

Endereço e telefone do pesquisador:

Declaro que obtive todas as informações necessárias e que concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

  
Entrevistada

Florianópolis, 11 de Novembro de 2007.



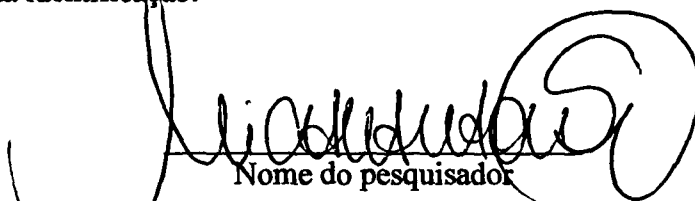
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio-Econômico  
Departamento de Serviço Social

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidada a participar da pesquisa referente ao tema “Violência Urbana: Implicações para o exercício profissional das assistentes sociais do POASF”, que culminará no Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social de minha autoria. Os objetivos desta pesquisa são: pontuar algumas questões que geram o aumento da violência urbana, apresentar o perfil dos usuários do POASF dissertando sob este perfil em faceta à violência social e urbana e apresentar como as profissionais do Serviço Social do POASF lidam cotidianamente com as expressões da violência urbana.

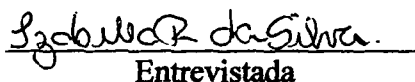
Você foi selecionada e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o entrevistador ou com a Instituição. Os benefícios relacionados com a sua participação são em suma: contribuir para a construção de estratégias que visam à articulação destes profissionais do Serviço Social com as comunidades inseridas na referida temática, além de instigar novos estudiosos o interesse por esta temática que não pode mais ser ignorada na sociedade contemporânea.

A pesquisa assume o compromisso de utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa, bem como as informações obtidas nesta entrevista, não serão divulgados de forma a possibilitar a sua identificação.

  
Nome do pesquisador

Endereço e telefone do pesquisador:

Declaro que obtive todas as informações necessárias e que concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

  
Entrevistada

Florianópolis, 20/11..... de 2007.